



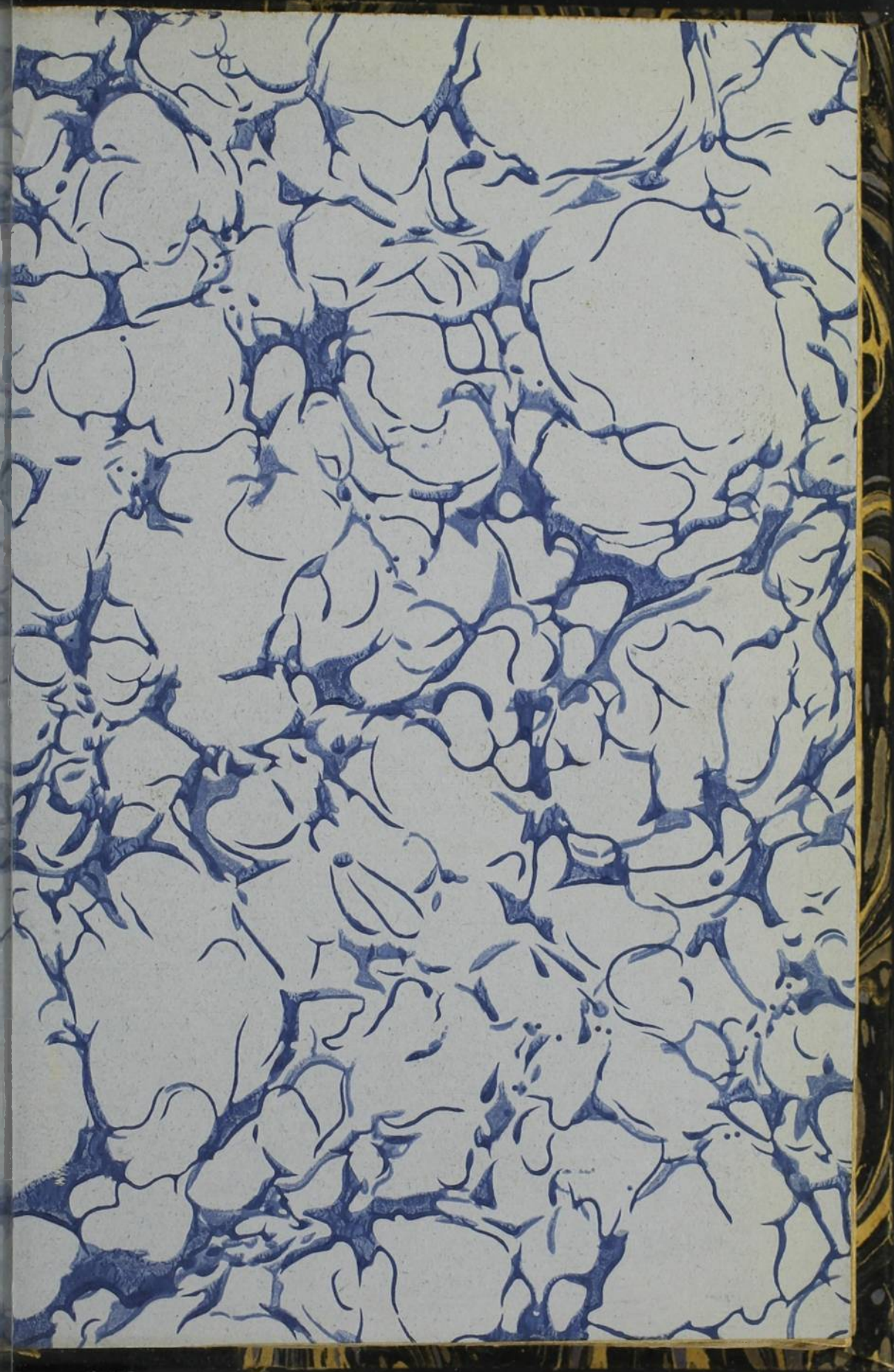


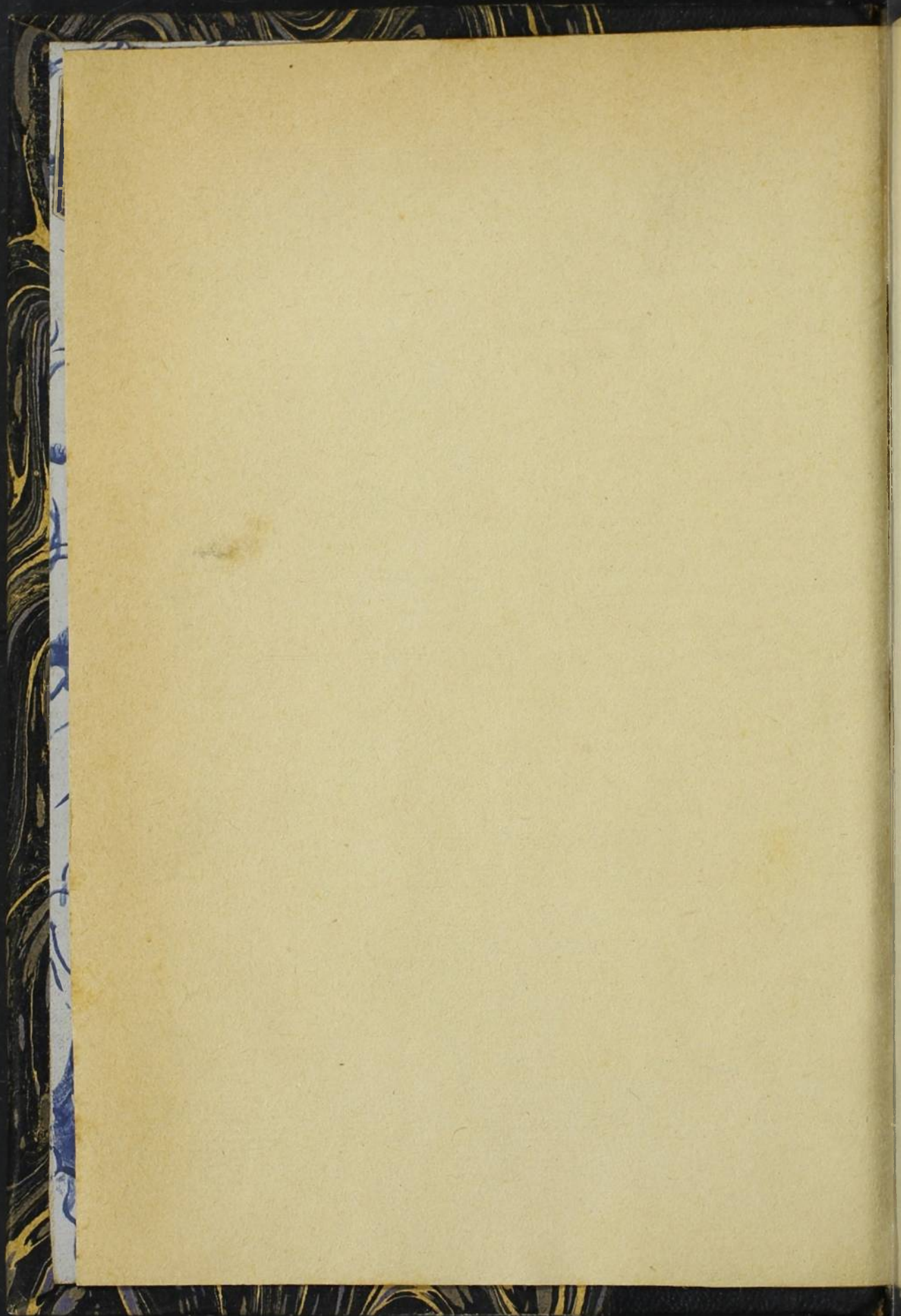
le ne fay rien
sans

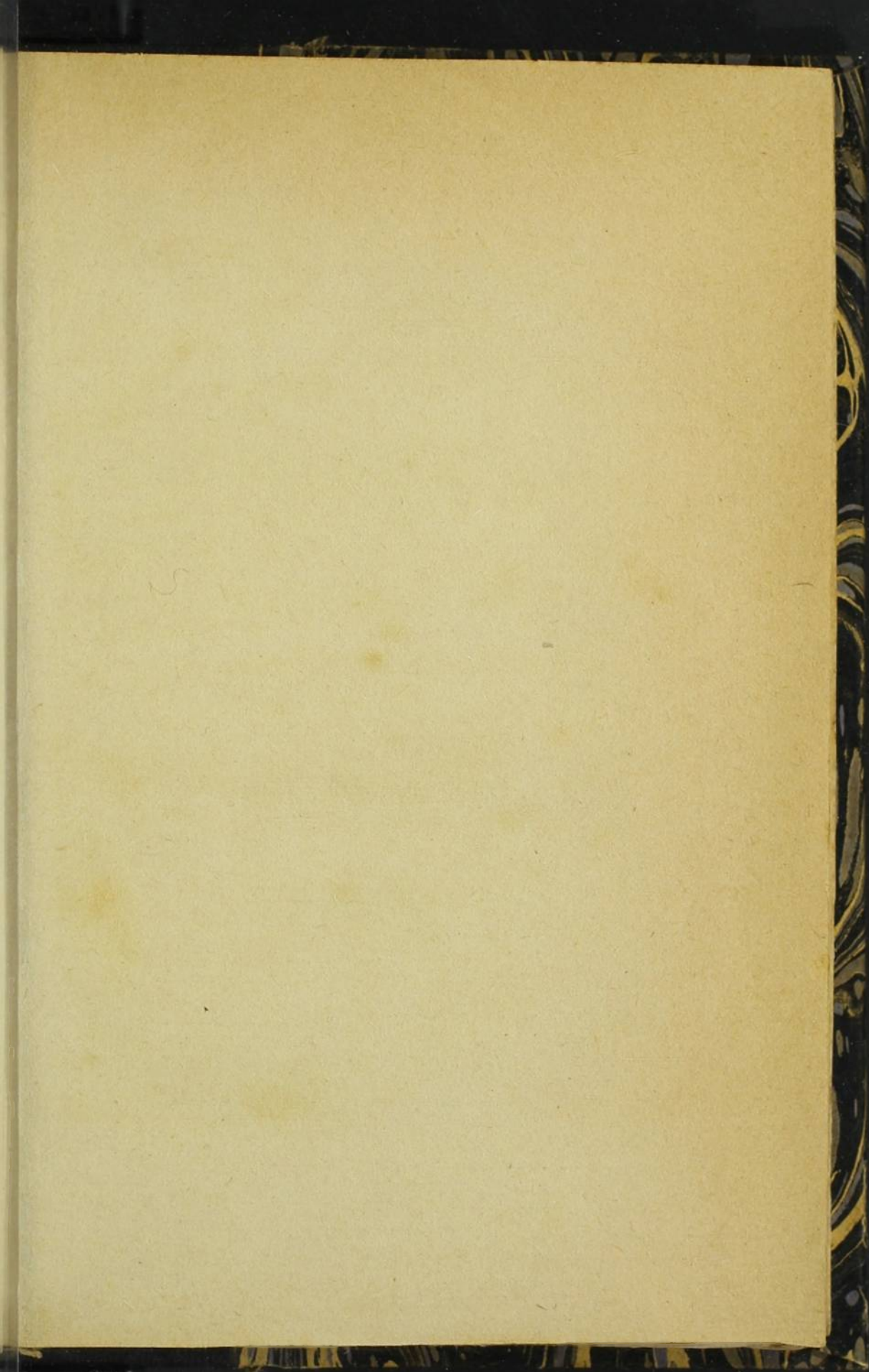
Gayeté

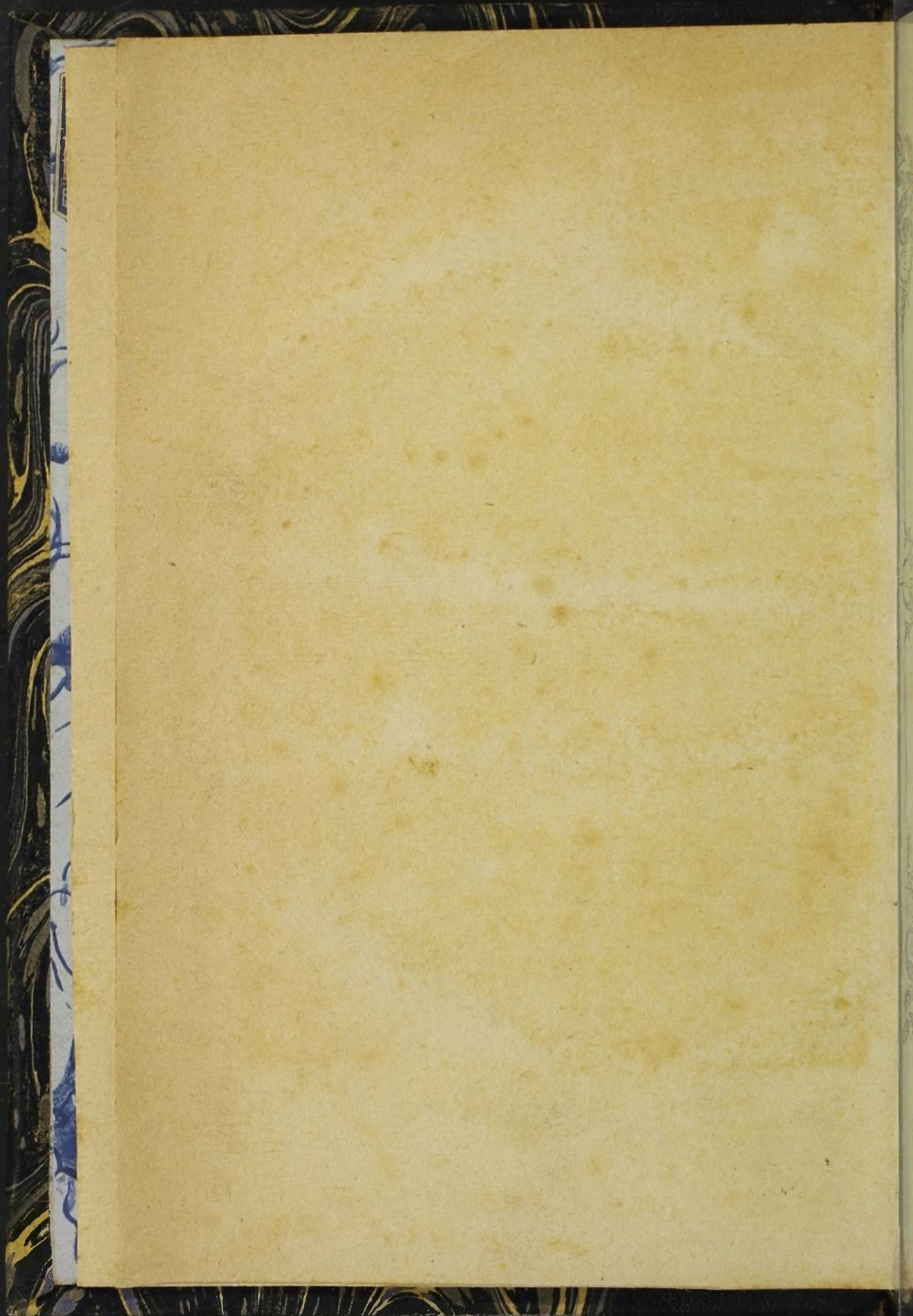
(Montaigne, Des livres)

Ex Libris
José Mindlin









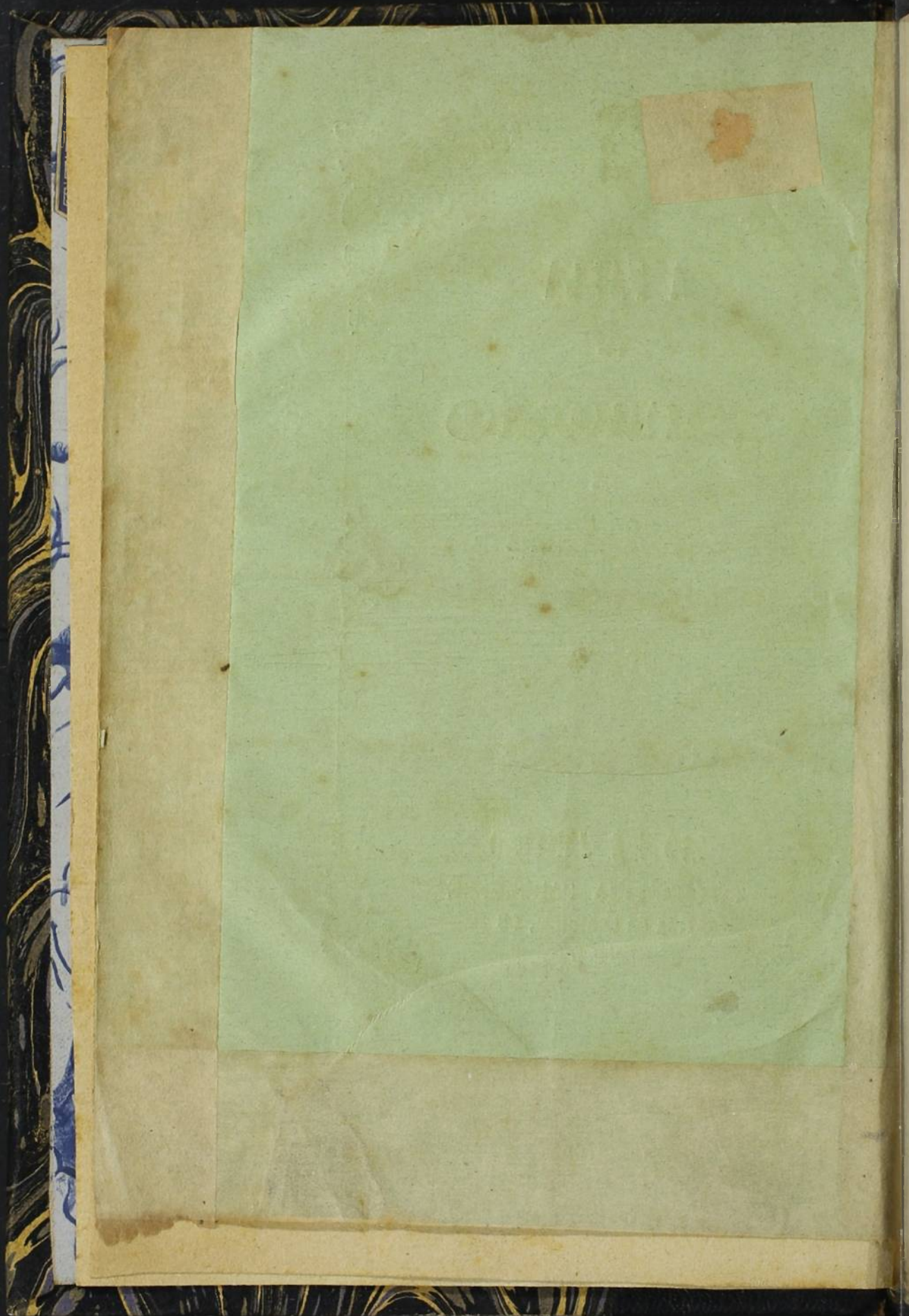
A FALLA
DO
TERONO

NO
ANNO

DE
1830

RIO DE JANEIRO
TYPOGRAPHIA PARISIENSE
Rua da Quitanda, 68
1830

19581



A FALLA

DO

TRONO

NO

ANNO

DE

1850

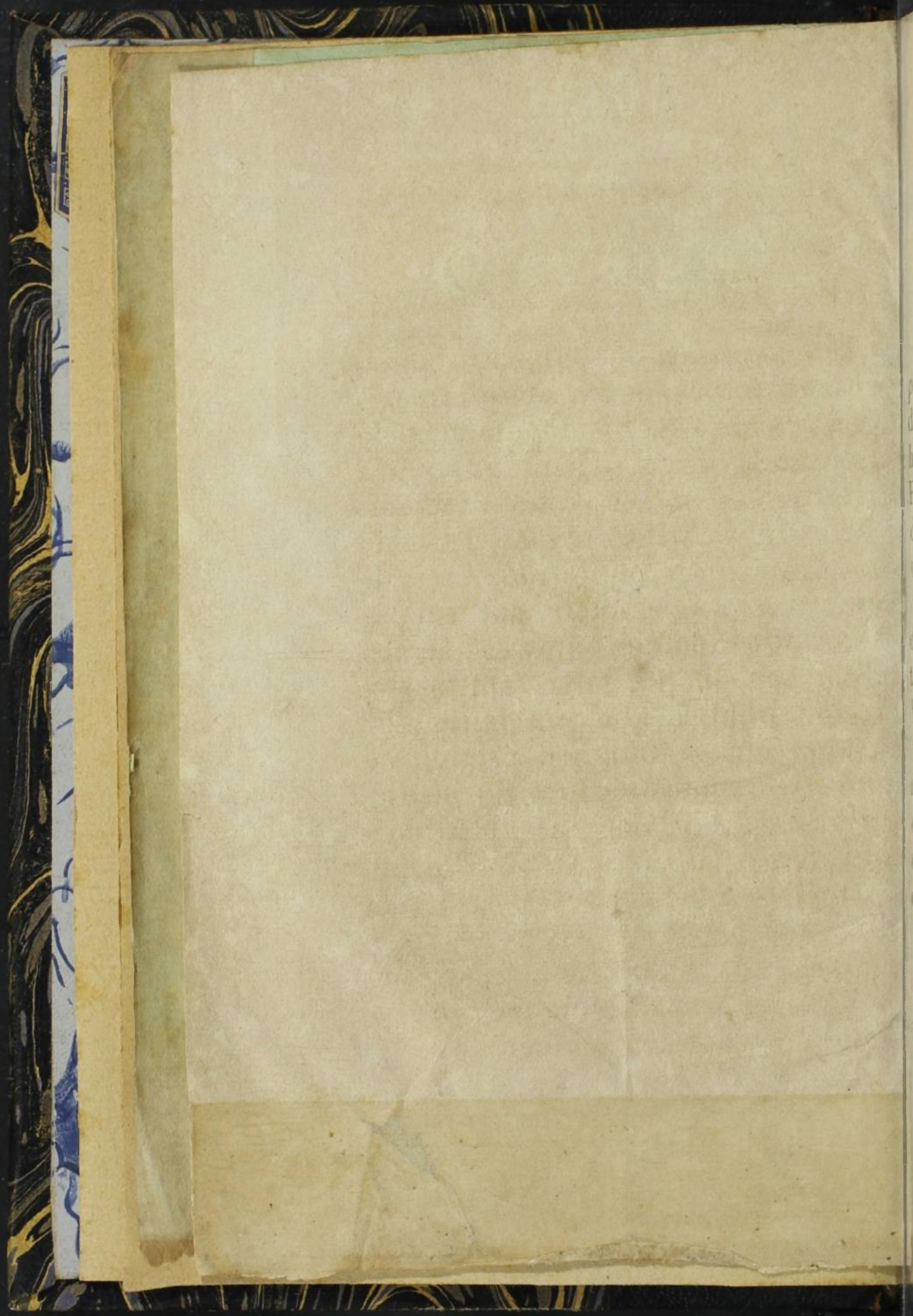


RIO DE JANEIRO

TYPOGRAPHIA PARISIENSE

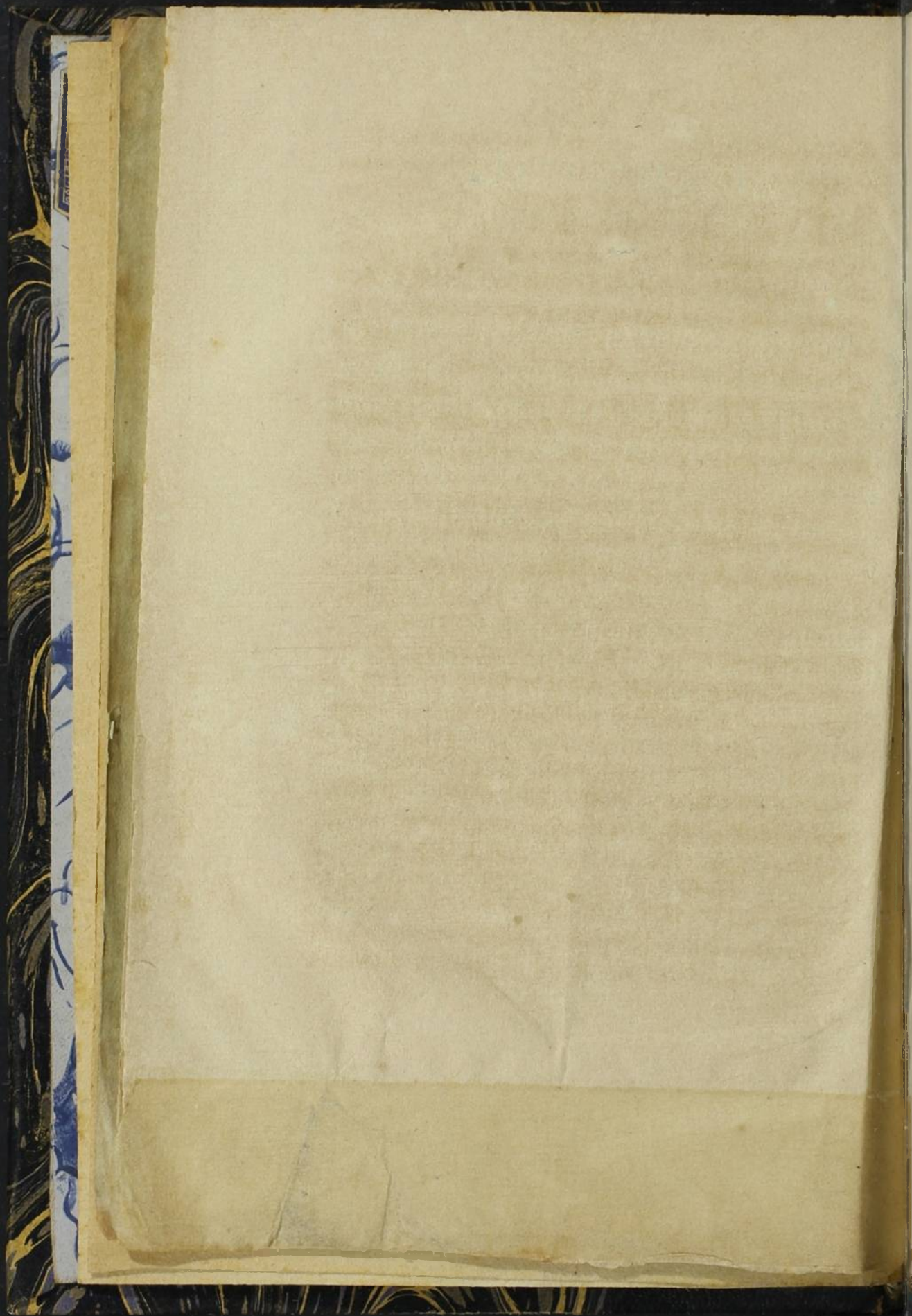
Rua da Quitanda, 68

—
1850



ADVERTENCIA.

Tencionava-mos publicar em o presente folheto os discursos proferidos na camara dos Srs. deputados, pelo honrado Membro o Exm. Sr. Souza Franco; porém como estes, e todos os discursos proferidos por tão distincto orador, vão ser publicados exclusivamente em um folheto, por isso pedimos desculpa aos leitores, que notarem semelhante falta. Outra sim fazemos publico, que com muito sentimento apresentamos o primeiro e importantissimo discurso do distincto Senador Manoel Alves Branco com alguma differença d'aquelle que o proferio no Senado; porem esta falta não recahirá sobre nós pois copiamos da folha encarregada de publicar os trabalhos do mesmo Senado (o Jornal do Commercio).



FALTA

COM QUE

SUA Magestade o Imperador

**ABRIO A PRIMEIRA SESSÃO DA OITAVA
LEGISLATURA**

Da Assembléa Geral Legislativa

NO DIA 1º. DE JANEIRO DE 1850.

**AUGUSTOS E DIGNÍSSIMOS SENHORES
REPRESENTANTES DA NAÇÃO.**

Possuido do mais vivo prazer Viera Eu abrir a primeira Sessão da oitava Legislatura, se não Me fosse tão penoso ter de commemorar os desgraçados acontecimentos que occorrerão recentemente na provincia de Pernambuco.

Homens dominados por paixões violentas perturbáram a tranquillidade e ordem publica, e tentáram alterar as instituições do Brasil.

Comprazo-me porém de communicar-vos que essa criminosa empreza foi reprimida pela coragem e firmeza da Guarda Nacional, do Exercito, da Marinha, e pela patriotica coadjuvação da grande maioria dos Pernambucanos.

Agradeço-lhes o apoio que prestáram ao Meu Governo, e os testemunhos de lealdade e afeição que Me deram.

A provincia de Pernambuco ainda não está de todo pacificada. Homens perdidos, que surdo á voz da Minha Imperial Clemencia se retrahirão ás mattas para persistirem na carreira de seos crimes, procurão novamente perturbar a tranquillidade publica. O Meu Governo continúa a empregar meios energicos para extinguir este germen revolucionario.

A paz é condição essencial da prosperidade dos povos. Desvelar-Me-hei pois em manter as relações pacificas que existem entre o Brasil e as Potencias estrangeiras, em quanto Puder faze-l-o sem quebra da honra e dignidade nacional.

Chamo a vossa attenção sobre a necessidade de providencias que habilitem o Governo a augmentar a força do Exercito e Marinha, e lhes deem organisação mais regular e vigorosa.

A flutuação do valor do meio circulante paralysa as transacções e acanha o desenvolvimento da industria, urge pois dar-lhe maior estabilidade; e felizmente o melhoramento de nossas rendas permite que comecemos a empregar alguns meios para conseguil-o.

Recommendo - vos muito especialmente que providencieis sobre o modo de supprir á lavoura os braços que diariamente lhe vão faltando.

A vossa consideração serao submettidas algumas propostas sobre estes, e outros objectos, que são reclamadas pelos interesses do Paiz.

Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação.

As instituições Monarchico – Representativas consagrando a intervenção do Paiz na deliberação de seus grandes interesses; garantindo os direitos e liberdade dos cidadãos; protegendo o desenvolvimento da industria e commercio, são o mais seguro penhor da prosperidade nacional: esforce-mo-nos pois por mantel-as illessas. A harmonia entre os Poderes politicos do Estado é o meio mais efficaz de conseguir-mos esse fim; e dará ao Paiz o exemplo de uniao e concordia, sem as quaes nao poderá elle alcançar a força e grandeza a que o tem destinado a Providencia.

Está aberta a Sessão.

D. PEDRO II, IMPERADOR CONSTITUCIONAL E DEFENSOR PERPETUO DO BRASIL.

ANALYSE

AO

DISCURSO DA COROA.

Lemos o discurso da corôa, e o não crêramos, se o não lessemos. Tínhamos em lembrança indelevel a linguagem truculenta, usada pelo devastador de Pernambuco; avaliavamos perfeitamente as tendencias de seu espirito, as inclinações de seu coração, reveladas e demonstradas na crueza com que ensanguentou e assolou a provincia, e trucidou uma população numerosa: vimos esse homem revestido da toga ministerial, rodeando a corôa, e predominando em seus conselhos; esperavamos portanto que a falla do throno fosse, mais ou menos, o reflexo de seus instinctos e paixões.

Acreditavamos porém que o nosso Haynau teria a delicadeza de distinguir a sua posição da do monarcha, de medir a immensa distancia que vai de um proconsul turbulento e um sanguinario, de um instrumento frenetico de partido ao chefe supremo do estado, collocado pela constituição no centro dos poderes, ao abrigo do embate das ondas politicas, fóra da discussão e lutas dos partidos: nunca nos passou pela idéa que o desrespeito e a perfidia levasse sua audacia a ponto de fazer

do throno o orgão de paixões impuras e violentas, que não poderia dignamente exprimir um ministro de estado, e só assentariao bem na palavra de algum deputadinho esquentado, cujo diploma tivesse sido ensopado no sangue Pernambucano.

A mentira, a calúnnia, o insulto, a vingança, eis a traducção fiel dessa peça, friamente calculada para operar a mais completa identificação da corôa com os immensos e horribéis compromettimentos dos ministros, e seus desapiedados agentes: para justificar do alto do throno os actos de barbarismo que o desfagamento da imprensa se tem pejado de defender, e amparar os ministros, com a magestade da palavra imperial, contra os vivos ataques da mais juste pronunciada reprobacão publica.

Sob a impressão da dôr e da surpresa, que nos causou a leitura dessa peça, um pouco se perturbou a tranquillidade de nosso espirito, e pedimos soccorro ao tempo para restabelecermo-nos do assombro em que ficámos.

E quem não ficaria tocado de espanto; ao vêr a corôa aprovando e prometendo *continuar* a empregar meios energicos, esses meios selvagens, que encherão de horror, nesta corte e nas provincias, aos menos escrupulosos partidistas da politica dominante?

Nos governos representativos está admittido o principio que a falla do throno é uma peça ministerial: mas deve o ministerio tomar em a devida consideração que o monarcha é quem vai nessa

ocasião exprimir os sentimentos e politica do seu gabinete, e que, cercado da magestade da realza, nao pôde usar da linguagem de um ministro saquarema, e menos de um presidente, que ria e folgava ao som dos gemidos e agonias de suas victimas.

O ministerio abusou, portanto, indigna e traioceiramente, da ficção constitucional, cobrindo com a sagrada irresponsabilidade da corôa os crimes e attentados contra a constituição e humanidade, que elle tem praticado em vastissima escala, e fazendo representar ao poder moderador o papel do inimigo irreconciliavel, do juiz inexoravel, do soberano implacavel, que repelle de si para sempre uma porção de seus subditos, roubando-lhes até o direito de implorar a clemencia imperial.

Nós vamos analysar essa peça, reflexo dos benignos sentimentos do Sr. ministro do marinha, e que com toda a propriedade poderia elle recitar em Pernambuco em uma reunião de *guabirús*, e no meio dos delirios da victoria do dia 2.

O devastador de Pernambuco assignala como causa da revolta as *paixões violentas* dos revoltosos. A revolução Pernambucana está ha muito julgada pelo paiz: de sobejo se tem demonstrado as causas que a produzirão, alimentarão e engrandecerão, e tão evidentes teem sido as provas e os factos, que os homens da *ordem* ficarão completamente indefesos a respeito da immensa responsabilidade que pesa sobre elles pelo sangue derramado.

Por ultimo elles mesmos justificáráo do modo

o mais solemne aos revoltosos: sim; esse presidente, que a provocou, foi condemnado pelo gabinete; tao dominado por suas ambições, que não duvidou sacrificar os sentimentos de lealdade para segurar-se com *dous diplomas*, foi demittido com summo dezar e atassalhado nas columnas das folhas ministeriaes. Foi o interesse da deputação, ou talvez mesmo da senatoria quem o levou a servir do mais docil instrumento as *paixões violentas* de homens sequiozos de vingança: forão as conveniencias da conquista eleitoral, que levarão o poder a provocar a desordem pelos meios perfidos e hediondos, e depois a colher os fructos com inaudita erueza.

O ministerio ouve em silencio as mais severas accusações contra a sua politica de sangue e exterminio; não ousa mandar escrever uma palavra em sua justificação, deixa-se condemnar á revelia pela opiniao, tremendo de animar uma discussão fatal, e por ultimo ei-los os devotos da monarchia lançando sobre a corôa o peso enorme de uma defesa, que os energumenos da imprensa não puderão, ou não quizerão tomar!

O que póde escusar o gabinete na revolta de Pernambuco? talvez recorrao ao julgamento dos compromettidos: mas ahí mesmo está a condemnação dos verdugos: nas commoções politicas, diz um escriptor, *os tribunaes commissarios* são os carrascos da tyraania, e *commissarios* forão todos os juizes. Foi commissario do governo o juiz processante; forão-no os jurados, escolhidos a dedo

por uma lista, que tinha um policia na algibeira, praças do batalhão de voluntarios, combatentes do dia 2, e cujos votos forao pagos com o producto da subscrição aqui agenciada: forao cotamissarios os juizes da relação, para onde o *justo* ministro da JUSTIÇA despachou desembargadores *ad hoc*, removendo outros, e onde pesou com toda a sua influencia *soberana o vice-rei* de Pernambuco.

Esse julgamento nada prova, se nao em favor dos opprimidos, que forao violentamente arrancados de seus juizes naturaes e imparciaes, e entregues á furia de inimigos encarniçados e rancorosos para os condemnarem; esse julgamento revela bem o cynismo e audacia do poder, que nao respeita o que ha de mais sagrado no mundo, a administração da justiça, e a converte em instrumento de ignobile e feroz vingança.

Homens dominados por paixões violentas!

De que lado esteve a violencia na luta? Nao nos será preciso recordar o catalogo dos crimes e atrocidades commettidas pela gente do poder: os seus vestigios ali estão dispersos por todas as provincias, onde abundao os proscriptos: como attribuem a seus adversarios paixoes violentas? Derao elles provas irrecusaveis do contrario em todo o decurso da desgraçada guerra civil, pela moralidade e generosidade com que sempre procedêrao.

Se acaso os ministros tivessem de fallar perante a representação nacional, se nao se dirigissem á sala de seus escolhidos, certo nao teriao essa linguagem, guardariao sobre a revolta o mais cau-

teloso silencio, como o teem feito na imprensa, cujos orgaos não dependem, felizmente, da liberrima escolha ministerial; fugirão de provocar uma discussão desastrosa, que chamaria sobre suas cabeças o horror de tantas atrocidades. Bem sabem elles o que fazem, pois que vão exigir, com o direito de credores politicos, o muito que despendêrão na compra e conquista dos diplomas dos honrados representantes.

Devião porém considerar que ao monarcha cumpria fallar, como se estivesse em presença dos verdadeiros representantes do paiz; deviao elles mesmos ir congratular-se, pelo sangue derramado, com esses que aproveitarão os despojos da conquista: mas ao monarcha, que nada lucrou, e sempre tem que perder nas commoções politicas, e muito mais ainda nas medidas de sangue de seus conselheiros, a esse devião reservar o sentimento de pezar, unico (e não o de vingança) que compete à corôa à vista do lugubre espectáculo das calamidades publicas.

Diz o Sr. ministro da marinha, o alliado e amigo do *bravo* Vicente de Paula, que os revoltosos tentarão alterar as instituições do Brasil. Assim o disse o devastador de Pernambuco; foi esse o processo que mandou elle fazer pelo seu cruel instrumento, o chefe de policia: os revoltosos querião a destruição de monarchia e da integridade do imperio, e os processarao como *rebeldes*: mas é uma falsidade impudente, inventada com o fim de lhes applicar a pena de prisão perpetua,

Uma cousa porém nos surpreendeu; foi o vêr que o ex-presidente de Pernambuco se esqueceu, na falla do throno, de qualificar de *rebellião* o movimento daquella provincia: tão seguro estava o dictador, em sua consciencia pura e imparcial, da existencia desse crime, que nos admira a sua hesitação em afirma-lo. Não forão os insurgentes condemnados como rebeldes pelas commissões especiaes do governo? como trepida em chama-los rebeldes? Não forão legalmente condemnados pelo jury do Recife, *competente, segundo a opinião do deputado Tosta em 1841?*

Porque, pois, se não encontra no discurso de abertura a palavra *rebellião*, ou rebeldes! O ministerio mesmo se horrorisa das obras de sua estúpida iniquidade!

O ministro da marinha se compraz de communicar que a criminosa *empresa* foi reprimida pela coragem e firmeza da *Guarda Nacional*, do exército, da marinha, e pela patriótica coadjuvação da *grande maioria dos Pernambucanos*.

Meu Deus! que impudente mentira! não sabemos como tomar ao serio semelhante asserção.

Julga o ministerio que representava nessa occasião algum entremez, onde se dizem pilherias para divertir e fazer rir ao publico? Pois devéras, senhores ministros, o governo teve de seu lado a guarda nacional, e a grande maioria dos Pernambucanos? tivestes bastante coragem para o afirmar?

Não veríamos ahí senão motivo para desprezar esses homens, que não duvidão mentir com o maior

escandalo perante o paiz inteiro; mas é que a mentira foi atirada do alto do throno, e entao o negocio toma um aspecto grave, e digno de mais seria meditação.

Senhores, não tratais o monarcha com o profundo respeito que lhe é devido; confundis a corôa com os vossos interesses e paixões de partidistas; trahis a confiança illimitada que se vos abandona. Qual de vós, dizei, teria o desembaraço de afirmar em publico, sem lhe enrubecerem as faces, que o governo foi coadjuvado pela guarda nacional, e pela grande maioria dos Pernambucanos?

Ahi estão os factos em abundancia para desmentir essa proposição. É sabido geralmente, reconhecido e confessado pelos proprios amigos do governo, que a guarda nacional se pronunciou quasi toda em favor da revolta, e a prova dessa verdade está no immenso recrutamento feito na guarda nacional, e em todas as classes da população; nessa proscripção e exterminio, que ainda cruelmente se emprega, como para operar uma substituição de população.

O governo devasta o povo Pernambucano, e depois diz que é coadjuvado pela sua grande maioria? Se fosse isso verdade, como poderiam sustentar-se os revoltosos, tendo contra si um numeroso exercito e esquadra, a guarda nacional, e a grande maioria da provincia?

Chegamos ao topico dos agradecimentos, que é o seguinte: « agradeço-lhes o apoio que prestárao

ao meu governo, e os testemunhos de lealdade e afeição que me derão. »

E' visto que os agradecimentos se dirigem a guarda nacional, e a maioria dos Pernambucanos, pois que o Sr. ministro confessou no periodo antecedente a coragem e firmeza daquelle, e a patriótica coadjuvação destes no empenho de debellar a revolta. Como, porém, o agradecimento é um sentimento correlativo aos beneficios, favores, ou serviços recebidos, é claro que deve ser da mesma natureza que elles, e por consequente tão falso e mentiroso como a origem donde nasce.

Assim, deixando palavras, que nem sempre exprimem os verdadeiros sentimentos d'alma, vejamos os factos em que mais acredita o publico: elles sao com effeito de indubitavel significação. A guarda nacional tem recebido do governo, em signal de *agradecimento*, as maiores honras e considerações: o recrutamento ceifou e rarefez suas fileiras, e ainda hoje os briosos guardas nacionaes, sempre em *agradecimento*, são arrancados de suas casas e familias, para irem provar as misérias e tormentos do soldado nas campinas do Sul; os seus officiaes, tambem em *recompensa* de serviços, foram pela maior parte promovidos ao honroso posto de soldados de linha.

Pelo que diz respeito ao povo pernambucano, a cuja grande maioria tanto deve o actual governo, é extrema a bondade e deferencia, com que tem sido tratado: o recrutamento indistincto, as prisoes arbitrarías; os processos caprichosos, as de-

portações *sob a responsabilidade* do presidente, garantem-lhe o goso pleno e tranquillo da segurança e liberdade individual: a destruição completa de engenhos e propriedades por *ordem expressa* do administrador constitucional, e por forças legaes *ad hoc* commissionadas, assegura, de modo imperturbavel, o uso e exercicio do direito de propriedade.

A liberdade de imprensa é efficazmente defendida pelo governo, que lhe prende e deporta os redactores, recruta os empregados, e leva sua zelosa protecção a ponto de mandar encaixotar-lhe os typos, para que, bem acondicionados, se não estraguem. A liberdade politica é a mais satisfatoria: o povo não teve o incommodo de votar: a policia tomou sobre si esse pesado sacrificio, as baionetas garantirão em todos os pontos a pureza e espontaneidade da eleição.

Que mais pôde desejar um povo para sua liberdade e perfeita prosperidade? que mais pôde exigir um povo fiel de um governo paternal?

Em verdade tem razão o Sr. ministro da marinha: a dedicação da guarda nacional e do povo pernambucano foi paga pelo governo, paga com exageração e usura: pôde-se achar excesso de crueldade no agradecimento; mas não se poderá negar que o gabinete muito e muito tem excedido a expectativa geral na recompensa dos serviços recebidos. — E é esse o agradecimento que o ministerio vai depor no throno imperial, e exprimir pelo órgão do chefe do estado!

Senhores, a mentira, por mais repetida que seja nunca se faz verdade; e ha verdades tão palpaveis, que a impostura e hypocrisia não podem encobrir, nem se podem negar sem quebra da dignidade e honra individual.

Fallando perante o paiz, principalmente pelo intermedio do chefe do estado, deveis usar de franqueza, dizer a verdade: nunca poderieis afirmar que a grande maioria dos Pernambucanos, e a guarda nacional vos ajudou, porque isso é uma falsidade tão grosseira, que nenhum dos vossos teve ainda a coragem de sustentar.

Essas expressões de um insincero agradecimento tornão-se ainda demasiadamente ridiculas á face da tyrannia descommunal, com que se opprime aquelle povo, e parece se o procura extinguir e aniquilar.

O discurso da corôa agradece o apoio prestado ao governo, e os testemunhos de lealdade e affeição dados ao *imperador*. Esta distincção no mesmo periodo bem mostra que a segunda proposição refere-se individualmente á corôa: assim aquelles que combaterão pela legalidade derão testemunhos de lealdade e affeição ao imperador, e os revoltosos derão testemunhos de deslealdade e desafeição: foi, por tanto, a monarchia que se disputou nos campos da batalha.

Os estadistas inglezes, quando apparece algum ataque contra a pessoa do rei, tratão o agressor como louco, e dizem que é impossivel que alguem, em seu juizo, tente contra a sua sagrada pessoa ;

os *amigos* do throno no nosso paiz, quando apparece a mais pequena desordem, conduzem logo o a monarchia para o combate.

Alguns cidadãos em Pernambuco pegarão em armas para defenderem suas vidas e propriedades: se esse passo desesperado não estava assaz justificado pelos actos anteriores do governo, foi a perseguição deste, que só offerecia aos revoltosos por garantias pólvora e bala, e lhes dirija as mais acintosas provocações, a causa que multiplicou e engressou os grupos; perdidas, a final, todas as esperanças de solução amigavel, hastearão elles uma bandeira politica. E' a republica, disserão os amigos da monarchia: — mas os insurgentes não a proclamáráo, nem atacarão o Imperador: — não importa, mas *in pectore* queirão desthronisa-lo, occultando os seus intentos: — publicarão com toda a solemnidade as suas vistas; pretendião a constituinte: — era o mesmo para destruir a monarchia, pois a constituinte *por força* havia de proclamar a republica, como já o fez na época da independencia, e na do acto addicional.

Que especie de devoção é essa? Esses senhores podião em seu proprio nome, em nome do governo, combater, vencer, castigar a revolta: mas não! Seus actos são tao estupendos; seus meios (de opprimir, e não de pacificar) são tao asquerosos, e atrozes, que procurão occultar-se no manto imperial aos justos ataques da reprobção publica. Se a corôa está fóra da discussão pacifica, para que leva-la á discussão das baionetas? para que figu-

rar em perigo a monarchia, quando somente se disputavão garantias e reformas na constituição?

Essa peça revela uma verdade importante. Ah! se diz que a criminosa *empresa* foi reprimida pela coragem e firmeza da guarda nacional, do exercito, da marinha, e pela patriótica coadjuvação da maioria dos Pernambucanos. Nem uma palavra sobre a amnistia! entretanto se disse em *abril* que havia um decreto de amnistia de 11 de *janeiro*; publicou-se em *abril*, e quando já não existia gente em armas, esse decreto, concedendo amnistia a todos os que a largassem: tão ridiculo e perverso, foi o abuso dessa *ficção*, que o Sr. Tosta não se animou a fallar do *seu* decreto de amnistia.

Continúa o Sr. ministro da marinha: « A provincia de Pernambuco *ainda* não está de todo pacificada (apesar de ter sido reprimida a criminosa *empresa*). Homens *perdidos* (!!!), que, surdos á voz da minha imperial clemencia, se retrahirão as mattas para presistirem na carreira de seus crimes, procurarão novamente perturbar a tranquillidade publica.

Antes de commentarmos a expressão perdida —homens *perdidos*,— digamos alguma cousa sobre a surdez dos *perdidos* á voz da clemencia imperial. O Sr. Honorio, chegando a Pernambuco, fez uma verdadeira ostentação de justiça e clemencia: deu algumas *amnistias individuais* a quem alias dellas não precisava; expediu diversas ordens sobre processos, prisões, e liberdade de voto, ordens de que os seus agentes não fize-

rão o menor cazo ; reprehendeu publica e severamente o chefe de policia ; e com pasmo nosso vimos que só *nas vespas da eleição* soube que Pedro Ivo se conservava nas matas, e que o Sr. Tosta não deixára a provincia pacificada, como (apesar de homem verdadeiro) havia participado.

Então o Sr. Honorio expediu forças para diversos pontos da provincia, com o fim de bater Pedro Ivo, que estava nas matas do Sul, e em segredo mandou-lhe offerecer condições de paz. Encarregou dessa missão ao general Coelho, o qual, segundo as informações que temos colhido, depois de trocadas algumas cartas e respostas, conveyiu em certas bases de conciliação : vem Pedro Ivo para o Recife, na fôrma ajustada, munido de um *salvo conducto*, apresentar-se a S. Ex. : sabe em caminho que a convenção não tinha sido ractificada, e que as tropas tinham tomado certas posições ; volta, e a custo torna a entrar nas matas.

Pelas noticias á que acima nos reportamos, um dos pontos da convenção era a amnistia geral, que seria publicada dahi a dous mezes. Pedro Ivo desconfia de traição, e desde então tornáram-se mais difficeis as negociações, sendo o seu *ultimatum* que só largaria as armas depois de publicada uma amnistia geral.

Vê-se, portanto, que o capitão Pedro Ivo não continuou armado só pelo gosto de persistir na carreira de seus crimes, como se diz na falla

do throno : elle estava prompto a largar as armas, e deu a isso principio, contando com amnistia geral ; mas o governo estava prompto a conceder-lhe todas as vantagens, a elle, que estava em armas, e recusava obstinadamente a amnistia geral.

Portanto o governo poderia ter poupado a nova guerra com a amnistia geral. Nem se diga que elle a recusou por sentimentos de dignidade, e principios de ordem ; porque não ha dignidade, n'aquelle que se humilha perante homens armados, e martyrisa nas cadêas os que abi estão inermes : foi o interesse mesquinho de partido, o odio e a vingança contra os presos politicos, que dictarão esse procedimento.

A' vista disso, com que justiça se chama perdido ao capitão Pedro Ivo ? Não approvamos, nem queremos endeosar revoltas : mas que homem de coração bem formado, de idéas elevadas e generosas não sympathizará com a nobreza da conducta desse bravo official, quando desprezou todas as vantagens pessoaes, e sómente se occupou da sorte de seus companheiros de infortunio ?

E é a um homem de taes sentimentos, que o governo chama de *perdido* ? Póde bate-lo até á extremidade ; mas não póde, nem tem direito de o ultrajar. Ha nas sociedades principios sagrados, que não podem ser violados sem prejuizo dos costumes publicos : os sentimentos que mostrou Pedro Ivo não podem ser insultados por um governo honesto.

O que entende o Sr. ministro da marinha por homens *perdidos*? em que sentido usou dessa expressão, já que não nos foi possível descobrir a sua significação *juridica ou politica*?

Serão perdidos na opinião de S. Ex.? mas pouco pôde valer, no conceito geral dos homens, a opinião d'aquelle que baratêa os titulos de *amigo, bravo e homem de honra* a um salteador; e o Sr. Tosta é tão leviano, injusto e caprichoso em suas qualificações, que, assim como não honrão a Vicente de Paulo esses titulos que lhe deu, tambem não infama ás victimas de sua politica exterminadora o titulo de *perdidos*, que lhes dá.

Serão perdidos na opinião publica? Não é o ministerio o seu interprete: alguns os poderão accusar com severidade; outros desculparão sua resistencia: mas ninguem chamará de perdidos a homens que teem posição e fortuna na sociedade, e que se conservão em armas por uma necessidade fatal, a que os arrastra a ominosa politica dominante.

Serão perdidos perante as leis e os tribunaes? Ainda não forão julgados e condemnados: e quando o sejão, estão abolidas as penas infamantes, e a morte civil, e depois lhe restaria o recurso ao poder moderador.

Estarão perdidos na graça do poder moderador? indicará essa phrase a perda de toda a esperanza de perdão? nesse caso, o ministerio nao o podia, nem devia dizer.

Tendo Filippe 3º., rei de Hespanha, concedido uma amnistia a uma cidade rebelde, um cortezo o advertiu do logar em que se havia occultado um cavalleiro que tinha sido excluido da concessão: «Seria melhor, lhe respondeu esse principe, dizer-lhe que eu aqui estou, do que dizer-me onde elle está.»

Como pôde o monarcha chamar *perdidos* a uma parte de seus subditos? como repelli-los, e aliena-los de si para sempre? negar-lhes até o direito sagrado de implorar a sua clemencia?

Não! um monarcha não pôde ter semelhante linguagem: ella não convém á sua elevada e magestosa posição.

Os juizes que tem de julgar os crimes não pôdem anticipar opiniao, não pôdem mostrar prevençao, e menos odio e paixao contra os criminosos, sem descer do seu caracter, e affrontar a justiça: como o poderá fazer o chefe do estado? Na apreciação dos crimes, e imposição das penas, é elle o juiz supremo, o reparador das injustiças e iniquidades dos tribunaes, já perdoando, já moderando as sentenças.

Em vista de tão sagrada attribuição, cujo recurso é um direito do cidadão, não pôde o monarcha chamar *perdido* a nenhum criminoso. Os maiores seclerados tem direito de lhe requerer compaixao: os condemnados a morte, pelos mais hediondos crimes, esses mesmos não estão *perdidos*, emquanto o poder moderador não decide da sua sorte.

Como então aconselha o ministerio ao Imperador para que do alto do throno chame e declare *perdidos* aos revoltosos de Pernambuco ? como esmaga-los com o odio e maldição d'aquelle cuja clemencia seria o seu ultimo recurso ?

Semelhante linguagem é uma infracção violenta dos principios constitucionaes, pois que o poder moderador não pôde declarar perdido a um criminoso qualquer, sem examinar o processo, avaliar a gravidade e provas do crime, e a justiça da condemnação.

Perdidos ! sómente são perdidos os que estão privados da graça do Senhor, e a Misericordia Divina sempre perdôa aos arrependidos !

Perdidos ! e porque ? por terem feito uma revolução ? e não estão ali com assento nos concelhos da corôa homens que fizerão a revolução de abril, que causarão a abdicação do fundador do imperio ? por ventura ficarão perdidos ?

Onde estão os *perdidos* do Rio Grande do Sul ? não os teem o ministerio actual accumulado de honras e considerações ? por ventura ficarão perdidos ?

Desses homens que estão hoje em armas, muitos são prestimosos servidores do estado, cidadãos uteis ao seu paiz : nem todos hão de ser fuzilados, ou morrer nas prisões : voltando para a sociedade, prestarão valiosos serviços ao paiz, gozarão da estima e consideração que merecem : como os chamais perdidos ?

E' verdade que o Sr. Honorio ainda mais gra-

vemente lhes offendeu os brios, chamando-os bandidos : mas que peso teem as palavras de uma autoridade por mais elevada que seja, quando está dominada de raiva e despeito ? Não os considerava S. Ex. bandidos, quando lhes mandou fazer proposições, quando Caetano Alves foi recebido á frente do exercito com todas as honras devidas a um general.

O ministerio devia reflectir que o monarcha não é o mesmo que um delegado de partido, nem a falla do throno o mesmo que artigo de periodico ou um officio de presidente de provincia, desses que estamos acostumados a ler desde 29 de setembro.

A impressão, produzida no publico, pelo emprego de tão estranha expressão, e pela virulencia de todo o discurso da corôa, foi extrema : todos, sem excepção de partido, reprovárão linguagem tão desusada, e o ministerio é altamente responsável por fazer representar á corôa um papel sem duvida odioso.

« O meu governo *continua* a empregar meios energicos para extinguir este germen revolucionario. » A palavra — *continua* — aqui empregada, é de uma extraordinaria significação : ella liga o passado e o presente ao futuro, e estabelece a continuidade e prolongação do estado verdadeiramente desesperado, em que se acha Pernambuco desde novembro de 1848 : envolve a approvação manifesta da politica até hoje seguida, e promette a sua continuação.

Mas será essa politica constitucional, justa, humana, e mesmo sensata e conveniente? A esta pergunta todos responderão — não — á excepção dos ministros, e mui poucos partidistas, que querem a ruina de seus inimigos, ainda que seja á custa da ordem e tranquillidade publica. Não fallando da politica do Sr. Penna, que plantou a desordem para outros colherem os fructos, consideremos por um pouco a dos Srs. Tosta e Honório, e vejamos as suas consequencias provadas por factos incontestaveis.

O que conseguiu a politica sanguinaria do Sr. Tosta? qual era o effeito de suas medidas atrozes? Somente servirão de engrandecer a revolta, a qual tomou proporções gigantescas, a ponto de ir dar combate ao presidente na capital: a sorte desse ataque memoravel dependeu de circumstancias casuaes, dependeu principalmente da morte do distincto desembargador Nunes Machado. Se taes circumstancias se não tivessem dado, ou se não tivessem tentado tão ousada empreza, teria o Sr. Tosta vencido a revolta? não por certo, porque estava quasi desenganada de obter esse resultado pela tyrannia.

E apezar da tremenda derrota do dia 2, o Sr. Tosta pacificou a provincia? tambem não: desarmou alguns dos chefes ainda em armas, mas não pelo emprego da força: os Srs. João Paulo, Moraes, Affonso Ferreira e Camara não foram vencidos, largarão as armas por sua vontade, annuindo a propostas de paz feitas pelo Sr. Tosta;

não foi, portanto, a tyrannia que bateu os insurgentes.

Ainda assim ficou o capitão Pedro Ivo nas matas, e o Sr. Tosta não quiz mandar atacal-o, ao contrario, participou ao governo que a provincia estava completamente pacificada, faltando assim á verdade. A amnistia parcial desarmou alguns insurgentes, a amnistia geral teria restabelecido de todo a tranquillidade.

Muito se abusou dessas *amnistias* individuaes ; os *amnistiados* foram presos e recrutados ; o ex-presidente continuou na mais atroz perseguição, e para sustentar-se algum tempo foi preciso marchar em progressão de violencia e opressão : não podia parar, era-lhe preciso correr, sem cessar, no caminho do mais frenetico despotismo.

Conseguiu a paz da provincia ? não ; e a sua continuação na presidencia tornou-se impossivel, porque traria necessariamente uma nova revolta.

Eis os fructos da politica do presidente Tosta ; foi a compressão que deu incremento á revolta ; não foi a compressão que a derrotou, e foi a compressão que conservou e engrossou os seus restos.

E considerada essa politica em sua moralidade, é ella horrivel e detestavel : para não repetirmos o que tantas vezes se tem referido, diremos que foi ella tão deshumana, tão odiosa, que deixou asco e repugnancia aos proprios guabirûs.

Sim ! o Sr. Tosta, o homem que *salvou* a

provincia, não pôde obter dos seus uma cadeira de senador : candidato, foi repellido das urnas, desprezado pelo seu proprio partido, por aquelles mesmos a cujos interesses e paixões tinha tudo sacrificado.

E' pouco para bem caracterisar essa politica ? Entretanto, ahí está ella sanctificada no discurso da corôa, e promettida a sua continuação !

A politica do Sr. Honorio ! enquanto apparentou uma conducta de justiça e moderação, ia pouco a pouco conseguindo o restabelecimento de uma *paz pacifica e legal*, em vez da paz armada e militar, que alli achou ; e chegou a fazer retirar da provincia quasi toda a força de linha.

Se o primeiro acto do Sr. Honorio fosse a publicação de um decreto de amnistia geral, tudo teria acabado : mas não ; entrou a dar umas *amnistiazinhas*, que nada conseguão, e só exasperavão aos excluidos : depois vierão os escandalos, a atrocidade da condemnação dos presos pela *commissão de voluntarios* : forao-se exacerbando os animos.

De repente *descobre-se aqui na côrte* que havia em Pernambuco um plano de nova revolta, e o Sr. Honorio muda subitamente de procedimento : desterra os presos politicos em vespervas de seu julgamento na relação, revoga amnistias, deporta cidadãos, e resolve bater o capitão Pedro Ivo.

O tal plano de revolução nunca houve : as proprias folhas governistas confessarão que se

não tinha verificado essa noticia, que *sabe Deus por onde veio*. Qual foi, pois, o motivo de tão brusca mudança? Não se quiz dar a amnistia geral, que tão nobre e cavalheiramente pedia o capitão Pedro Ivo : mandou-se-o bater. Mas não se limitarão a atacar quem estava em armas ; não, houve logo uma serie de medidas violentas, e renovou-se o recrutamento, as prisões etc.

Qual tem sido o resultado? O bando de Pedro Ivo tem engrossado consideravelmente, e, a acreditarmos nas ultimas noticias, e raciocinando sobre os factos, podemos assegurar que a desordem vai tomando proporções iguaes ás da primeira.

Eis os fructos demonstrados pela experiencia da obstinada politica da opressão. E ainda se vem approvar uma tal politica, e prometter a sua continuação?

E em sua moralidade, o que é a politica desenvolvida ultimamente pelo Sr. Honorio? Permitti-nos, senhores, fallar com franqueza : não é só a politica do despotismo, é quasi a da loucura.

Lêde com meditação, nós vo-lo pedimes (se é que o odio politico vos deixa a liberdade de reflectir) o decreto de sangue do Sr. Honorio : pensai friamente em cada uma dessas medidas estupidas, promulgadas em 9 de novembro do anno passado, e selladas com o seu nome !

Decretar que seja tida e havida, (como se isto estivesse em seu poder!) como um bando de assassinos e salteadores uma reunião armada com um fim politico, e já condemnada como tal pelos

tribunaes ! é isso compativel com o bom senso ?

Decretar que sejam procurados *como assassinos e salteadores* todos os que lhes derem favor e ajuda, fornecerem armas, viveres, derem asylo, etc.

Que numero extraordinario de cidadãos não vai ahi comprehendido ? quantos proprietarios e fazendeiros, quantos homens de importancia e influencia ? — Sejam todos processados como assassinos e salteadores ! — milhares sem duvida de cidadãos ! E' isso uma medida de bom senso ?

Decretar que os habitantes das matas vão morar onde o commandante das armas lhes determinar ; e no caso de transgressão , manda-los processar, por esse grande crime, como assassinos e salteadores ! é medida de bom senso ?

Decretar a organização de guerrilhas, ou dar cartas de *corso terrestre* , o que, se fosse executado, devastaria a provincia, e a deixaria anarchisada por longos annos : é de bom senso ?

Por ultimo offerecer premio a quem prendesse os chefes, e premio tambem a quem os *matasse* !

Haverá um só homem, de coração, e mesmo que tenha o juizo em seu lugar, que possa approvar semelhantes medidas ? Que resultado produzirão ellas ? Não se formárão guerrilhas; ninguém largou suas habitações ; ninguém olhou para os revoltosos como para bandidos e assassinos ; ninguém os foi matar por dinheiro, e em vez de decrescer o numero dos insurgentes , augmentou, como se não podia esperar.

Nós desejamos sinceramente a pacificação da

provincia, e por isso pedimos a attenção dos poderes do estado para a seguinte verdade: é tal o desespero da população pernambucana, que o terror não lhe faz a menor impressão: ella desconhece na actualidade semelhante sentimento: a oppressão, em vez de abate-la e humilha-la, a exalta e exaspera.

E' defensavel uma tal politica? Entretanto, è approvada na falla do throno, e promette-se a sua continuação! Nós queremos ver o que respondem as camaras a um tal periodo: queremos ver se é possivel que um parlamento sancione o que se tem feito em Pernambuco; approve esse decreto do Sr. Honorio, e os actos do Sr. Tosta, e subscrava a sua continuação.

Pelo caminho que levais, Srs. ministros, será preciso, para pacificar Pernambuco; arrasa-lo, e despova-lo: esta é a questão que tem de decidir-se; e não é outra: já recrutastes para mais de 3 mil homens! ainda recrutais! e a revolta cresce e engrossa! Quem é cego para não ver e apreciar factos tão claros e palpaveis?!

Vamos ao periodo das relações exteriores: — « A paz é condição essencial da prosperidade dos povos. Desvelar-me-hei, pois, em manter as relações pacificas que existem entre o Brasil e as potencias estrangeiras, emquanto puder fase-lo sem quebra da honra e dignidade nacional. »

Ou ha muita inhiabilidade no redactor do discurso da corôa, ou a proposição limitativa —

enquanto, etc. — annuncia graves complicações, proximas de um rompimento.

Quaes são, porém, e onde estão esses perigos ? terão relação com as republicas do Prata ? não o cremos. O ministerio actual abaixou-se miseravelmente ante o dictador de Buenos-Ayres : levou sua humilhação a ponto de ultrajar a independencia e inviolabilidade da tribuna brasileira, censurando e dando satisfações pelo discurso de um deputado : mostrou ao ministro argentino nesta côrte, segundo somos informados, a correspondencia confidencial e reservada das autoridades brasileiras.

O ministerio tem dado todas as seguranças e garantias possiveis, e não será por falta de condescendencia e resignação de sua parte que virão a alterar-se as relações amigaveis com aquella republica. Consta além disto que o dictador fez a paz como o Paraguay, que tambem nos punha em embaraços.

Serão as complicações com a Grã-Bretanha ? Será por esse lado que o ministerio se prepara com o *poderoso* augmento de força que pede ? Seria isso demasiadamente ridiculo.

Entretanto o governo nas propostas para a fixação das forças de mar e terra pediu um não pequeno augmento.

Em as ultimas leis de fixação de forças, se decretarão para o exercito quinze mil homens em circumstancias ordinarias, e vinte mil em extraordinarias; e para a marinha tres mil em circum-

tancias ordinarias, e quatro mil em extraordinarias. Este anno pediu o governo quinze mil homens de força de terra em circumstancias ordinarias, e authorisação para destacar quatro mil guardas nacionaes (mais dois mil do que na lei vigente); e na força de mar tres mil em ordinarias, e cinco mil em extraordinarias.

De maneira que ha augmento muito sensivel de forcas para circumstancias extraordinarias, e, o que é ainda mais, tambem para as ordinarias, quando a fixação anterior era já considerada como o maximo sacrificio que poderia supportar o paiz: e além de tudo, pede para o exercito e marinha uma organização mais regular e vigorosa.

Para que todo esse apparatus bellico? Sinceramente, não cremos que seja para manter a *honra e dignidade nacional*: não julgamos que tenha por motivo complicações exteriores. Seguramente todo esse augmento de força, e projectos de vigorosa organização militar, com tanta ostentação annunciados, se dirigem a auxiliar a *continuação* dos meios energicos dentro do paiz: mais basta de sangue, e cumpre reccorrer a meios mas justos, moderados e promptos para restituir a paz interna.

O ministerio se queixa da fluctuação do valor do meio circulante, que paralysa as transacções e acanha o desenvolvimento da industria: quer que se lhe dê maior estabilidade: ostenta o melhoramento de nossas rendas que permite empregar os meios para a consecução daquelle fim.

Como não temos conhecimento das medidas

concebidas pelo ministerio para dar estabilidade ao valor de nosso meio circulante, esperamos a apresentação da proposta para avaliarmos a sua conveniencia : o relatorio de S. Ex. nem-uma luz offerece a este respeito.

Entretanto muito poderia ter feito, e pôde ainda fazer o ministerio pelos simples meios administrativos : o que fez porem elle ?

O que mais empeiora o nosso meio circulante é a falsificação da moeda papel : mas que cuidado e zelo tem o governo desenvolvido nesse importante negocio ? O paiz está inundado de papel falso, e o ministerio e sua policia dormem o somno da indiferença.

Na provincia da Bahia fez-se uma ostentação estrondosa para uma diligencia dessa ordem : poz-se toda a cidade em armas, e proclamou-se que se ião prender os falsificadores ; dado o golpe de policia, apanhou-se a machina, alguns trabalhadores, e nada mais. Os papeis de importancia, que se diz terem sido apprehendidos, não apparecêrão, não forão incorporados ao processo, nem apresentados ao jury ; o resultado de tão estranho procedimento, foi a obsolvição dos miseraveis, que, unicos, tinham sido pronunciados.

A relação mandou proceder a novo julgamento, e então, dizem que, para attenuar tão grande escandalo, a muito custo forão condemnados os mesmos pronunciados.

Todos sabem que esses erão apenas os instrumentos de uma vastissima especulação, que tem

enchido o mercado por todas as provincias em quantidade prodigiosa : os verdadeiros criminosos, que continuão a causar ao paiz gravissimos prejuizos, e arruinar as fortunas particulares, e o credito publico, esses ali ficárão completamente innocentados : com esses continúa inalteravel a camaradagem, porque gozão posições, e teem influencia !

Por aqui mesmo se teem dado buscas, prendido homens suspeitos como falsificadores, e até apprehendido machinas, os objectos, instrumentos e provas do crime : tem-se feito muita bulha; mas ainda não vimos resultado; pelo menos não se tem publicado o desfecho de um só processo.

O ministerio desenvolve estupenda energia na conquista de eleições, cruel severidade na perseguição dos criminosos politicos (quando seus adversarios), porque em tudo isso vão de envolta os interesses de partido ; mas no que respeita á moralidade publica, e repressão dos crimes em geral, vão as cousas ao acaso sem que lhe mereção o menor cuidado ; e ainda não assustado com os effeitos de sua indiferença e negligencia, perverte os costumes com torpes exemplos, dando testemunhos de estima e consideração a infames *salteadores*, e enchendo-lhes as algibeiras de dinheiro para matarem seus adversarios.

Parece que o ministerio se quer attribuir a gloria do melhoramento das rendas publicas : é o caso de dizer-se com o poeta « *hos ego versiculos feci, tulit alter honoris.* » O melhoramento das rendas é sem duvida devido a medidas e escolhas acerta-

das, que lhe forão legadas pelo ministerio anterior.

Constantemente se ha repetido no paiz um facto extraordinario, que revela um dos caracteres distinctivos dos dous partidos, que se disputão o poder : o liberal tem tido sempre por missão encher os cofres, que acha vasillos, para serem de novo esvaziados pelos seus adversarios : aquelles reduzem os orçamentos, cortão gratificações, recusão-se a promoções e guardão uma severa economia, offendendo às vezes até as conveniencias do serviço publico; estes esbanjam e esgotão o thesouro : em *confortos* para os amigos, e polvora e bala para os adversarios, só nisso exhaurem os dinheiros publicos.

E promette o ministerio empregar o augmento das rendas no melhoramento do meio circulante ! . . . Ora, senhores, não zombeis tanto do publico, que tem olhos para ver e razão para avaliar os factos : que somma enorme se não tem despendido só em Pernambuco? ainda pedis augmento de forças de mar e terra; quereis levar a revolta a ferro e fogo, ainda que dure longos annos, e ainda contaes com sobras para applicar ao melhoramento do meio circulante ? Todo o dinheiro será pouco para sustentar uma luta, que aliás poderia terminar immediatamente por meios humanos e economicos.

Vamos ao periodo dos *braços*. Pede o ministerio providencias sobre o modo de *supprir* á lavoura os braços que *diariamente* lhe vão faltando. De que *braços* entende faltar o ministerio ? serão livres ou escravos ? parece-nos que os escravos tambem são

braços, e de que mais gostão algumas das notabilidades *ordeiras*. Até aqui a grande questão que tem occupado a attenção publica, e dos poderes do estado, é a colonisação, a importação de população livre: o ministerio muda completamente a natureza da questão: quer *braços*; não lhe importa que sejam livres ou escravos!

Seria triste attribuir á ignorancia o equivoco, porque em peças dessa ordem e importancia nao se admite—o já se entende, — e as palavras devem exprimir pensamentos precisos e inequivocos; e vendo um dos mais afamados *ordeiros* á testa da repartição dos negocios estrangeiros, não podemos attribuir a erro e descuido o emprego do termo generico—braços. — Portanto o que exige o ministerio, é *braços* e mais *braços*, e não faz differença entre os livres e escravos. É mais um passo dado na carreira da civilisação pelos homens que fazem ao paiz a honra e o sacrificio de o aditar *a seu pezar*.

E os factos parecem tirar todo o equivoco á expressão. Quando subiu o actual ministerio, espalhou-se, sem contestação, que o Sr. ministro da justiça tinha fixado aos contrabandistas de escravos o prazo improrogavel de 6 mezes para concluirem suas transacções na costa d'Africa, declarando-lhes que, decorrido o termo *fatal*, o governo seria *inexhoravel na repressão*. Ora, já passou mais de um anno, e o commercio de africanos continua em grande escala, e com impudente escandalo. Ahi estão a desembarcar-los quotidianamente; ahi estão os depositos cheios, e com a maior publicidade, e o

governo nada vê, porque em verdade é cego para essas cousas.

Na provincia da Bahia tem sido espantosa a importação, e a humanidade geme, e paga com as suas vidas a sêde de ouro dos especuladores : lá está a febre, importada pelos negros, devastando a população, e comprovando a sinceridade do governo na repressão do trafico. O ministerio representa às vezes alguma comedia de repressão : sahe algum vapor às carreiras à caça d'algum navio negreiro, mas volta sem o encontrar.

O publico, que não assistiu à combinação, que se disse ter havido o anno passado entre o ministerio e os que se empregão nesse trafico fatal, tem razão para acreditar que, em vez de se lhes conceder seis mezes para conclusão de suas *licitas* negociações, pelo contrario se lhes pediu e obteve a suspensão do trafico por esse tempo, porque em verdade, depois de expirado o prazo, é que o *commercio* tem engrossado, *escarnecendo-se* de modo insolito as intimações do ministerio.

Sabe-se que o principe de Joinville pretendeu estabelecer uma vasta colonisação na provincia de Santa Catharina, nas terras que couberão em dote à sua augusta esposa. Mandou elle um agente a esta côrte tratar a respeito com o governo imperial: somos, porém, informados de que o ministerio lhe não quiz dar attenção, e negou-se a todo o favor, e coadjuvação, porque o governo estava muito satisfeito com a emigração, que entrava espontaneamente pelos nossos portos, e não queria d'outra.

Não podemos afiançar o facto, mas expomo-lo ao publico, para que o ministerio o desmintá *positivamente*, se não é exacto, ou diga o que a respeito se passou.

Com franqueza exporemos o nosso juizo : parece que o ministerio, fallando em *braços*, quiz cortejar e alentar os *amigos*, reservando-se o direito de dar todas as seguranças e explicações ao representante da Grã-Bretanha; em segredo, já se entende, e sem conhecimento do publico, porque os arcanos da diplomacia são *entre nós* vedados aos profanos.

Ha ainda uma mentira nesse topico, o dizer-se que os braços vão *diariamente faltando* : é mais uma mentira, já demonstrada pelo que temos dito.

Passemos agora á constitucionalidade do ministerio.

Neste ultimo periodo faz o gabinete a apologia das instituições monarchico-representativas, « as quaes consagrando a intervenção do paiz na deliberação de seus grandes interesses ; garantindo direitos e liberdades dos cidadãos ; protegendo o desenvolvimento da industria e commercio, são o mais seguro penhor da prosperidade nacional » ; e acrescenta com a mais pura sinceridade. « esforcemo-nos, pois, por mante-las illesas. »

E' a ironia a mais cusada e impudente que se pôde imaginar ! é lançar o esgarneo sobre o paiz, e fazer ostentação do mais solemne desprezo.

A intervenção do paiz na deliberação de seus grandes interesses ! A intervenção do paiz somente se pôde exercer por meio de uma eleição livre

e pura, que seja a expressão genuína da opinião publica ; é isso o que existe neste misero paiz ? por certo que não ; essa camara, que ahi está, eleita por uma qualificação evidentemente nulla, e *ad hoc* preparada sob a ominosa influencia do poder, filha da fraude a mais torpe, e das mais atrozes violencias ; precedida e acompanhada da violação de todas as leis, dos combates, das prisões e recrutamento arbitrario, e até do emprego do bacamarte, e isso quasi sem excepção de provincia e localidade ; essa camara não pôde representar o paiz ; fructo da conquista, pertence ella de direito ao conquistador, e só exprime os principios que lhe deviao origem.

E' por meio desses representantes que o paiz vai intervir na deliberação de seus grandes interesses ? Unanime em servir ao governo, que a nomeou, o que tem o paiz a esperar della ? Sem opposição, que provoque e alimente a discussão dos negocios publicos, o exame e avaliação dos actos do ministerio, que beneficio pôde fazer, que confiança inspirar á nação ?

Garantindo os direitos e liberdade dos cidadãos ! tambem os ladroes fallão ás vezes de honra, e os assassinos de bondade : semelhantemente nos falla o actual ministerio de garantir os direitos e liberdade dos cidadãos. Não ha um só direito do cidadão que não tenha sido vilmente postergado, e a sua liberdade anda á mercê de qualquer esbirro de policia, que o pôde a capricho prender e recrutar, e despojar de todas as garantias.

Protegendo o desenvolvimento da industria e commercio ! Bem mal, mil vezes peor do que se acha, estaria o commercio e a industria, se a sua prosperidade dependesse do zelo e protecção do governo: o paiz vai sempre em progresso, é verdade; é porém esse progresso espontaneo, nascido da ordem natural das cousas, e no qual de nenhum modo se presente a acção do governo.

Eis a apologia das instituições monarchico-representativas, que o ministerio *se esforça por manter illesas*. Para avaliar a verdade e sinceridade destas expressões, basta reflectir que são ellas proferidas pelo Sr. Tosta, o membro predominante do ministerio, o predilecto dos eleitos da conquista.

Temos ha tempo observado que a facção governante se quer arrogar a bandeira da constitucionalidade: — somos o partido constitucional — nos gritão todos os dias os dominadores: mas é a mais desfaçada hypocrisia, a mais indigna e infame zombaria. Não ha um só artigo, uma só pagina da constituição, que elles não tenham despedaçado; uma garantia, que não tenham ultrajado; um direito, que não tenham calcado aos pés.

Liberdade de imprensa e de tribuna; liberdade e segurança individual, independencia do poder judiciario, attribuições de assembléas provinciaes, a santidade da justiça, tudo tem sido vil e audazmente ultrajado.

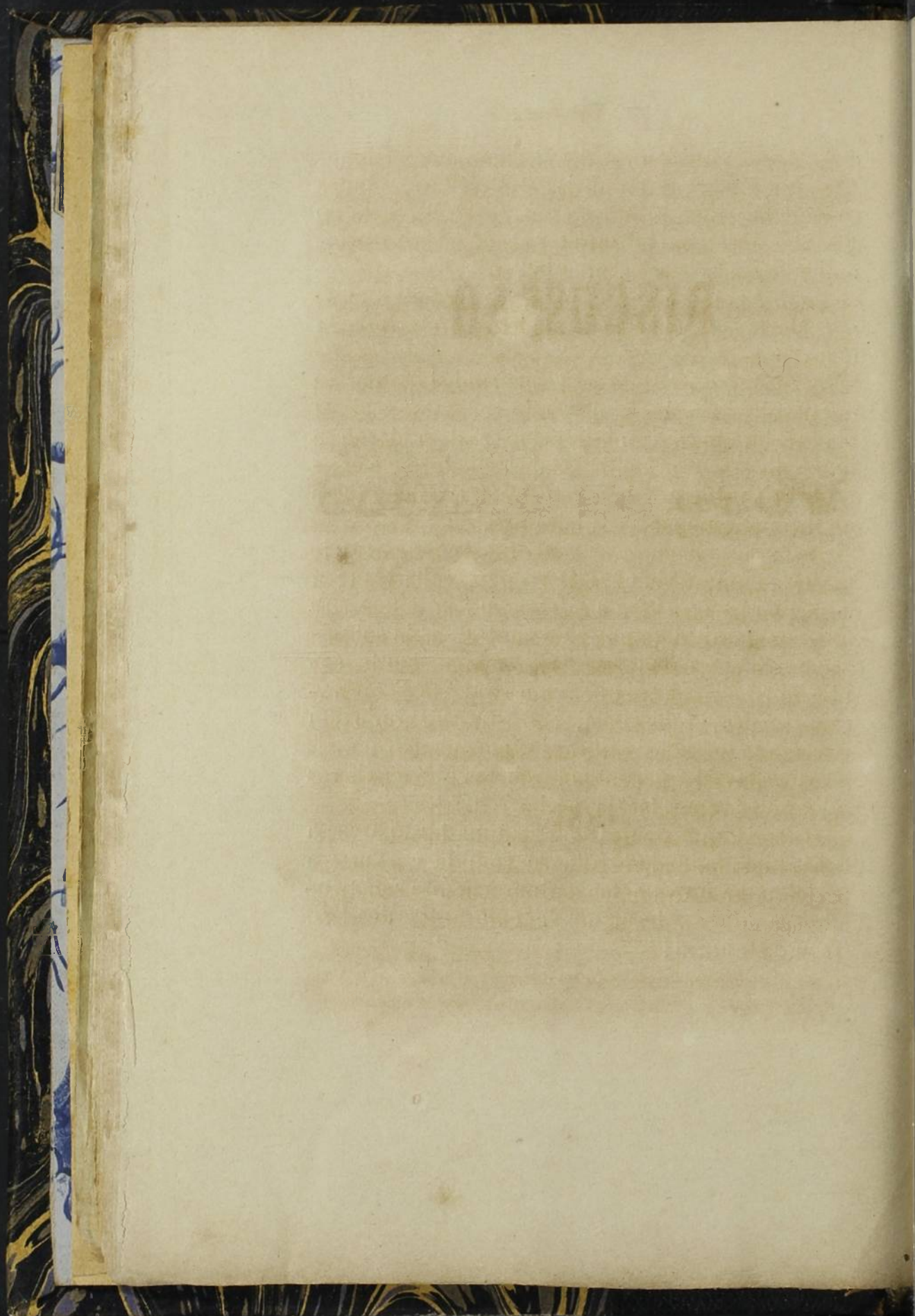
Sois constitucionaes, Srs. ! desmonstrai-nos então a constitucionalidade dessas medidas selvagens

dos vossos presidentes de Pernambuco. Como, sem suspender as garantias individuaes, tendes conservado uma provincia em horrivel estado de sitio ha mais de um anno? Onde a constitucionalidade das cabeças a premio?

Tudo tendes feito, e nem vos exedem o mesmo Radetzky, cujas atrocidades quereis imitar: nem as vidas de vossos adversarios haveis respeitado, e tendes levado a ferocidade a ponto de mandardes assassinar, e recompensar o assassino; tendes levado a immoralidade e degradação a ponto de procurar a alliança de saltiadores, e conferir-lhes os titulos de amigos vossos, e defensores do throno. Que mais vos falta praticar?

E ousais chamar-vos constitucionaes? Principiastes, cumpre lembra-lo ao paiz, cobertos com a mascara da *justiça e tolerancia*: já depuzestes essa mascara, e tomais hoje outra—a da constitucionalidade: — mas sois demasiadamente conhecidos, e nenhuma mascara vos pôde já disfarçar: justiça, tolerancia, constituição; tudo em vós tem a mesma significação, porque não é mais pelas palavras, e sim pelos factos que o paiz vos julga: e os vossos factos são horriveis!

Quereis que demos ao paiz uma idea da vossa constitucionalidade? Ella se resume e expressa perfeitamente nos actos eminentemente constitucionaes, justos, humanos e edificantes dos Srs. Tosta e Honório!



DISCUSSÃO

DO

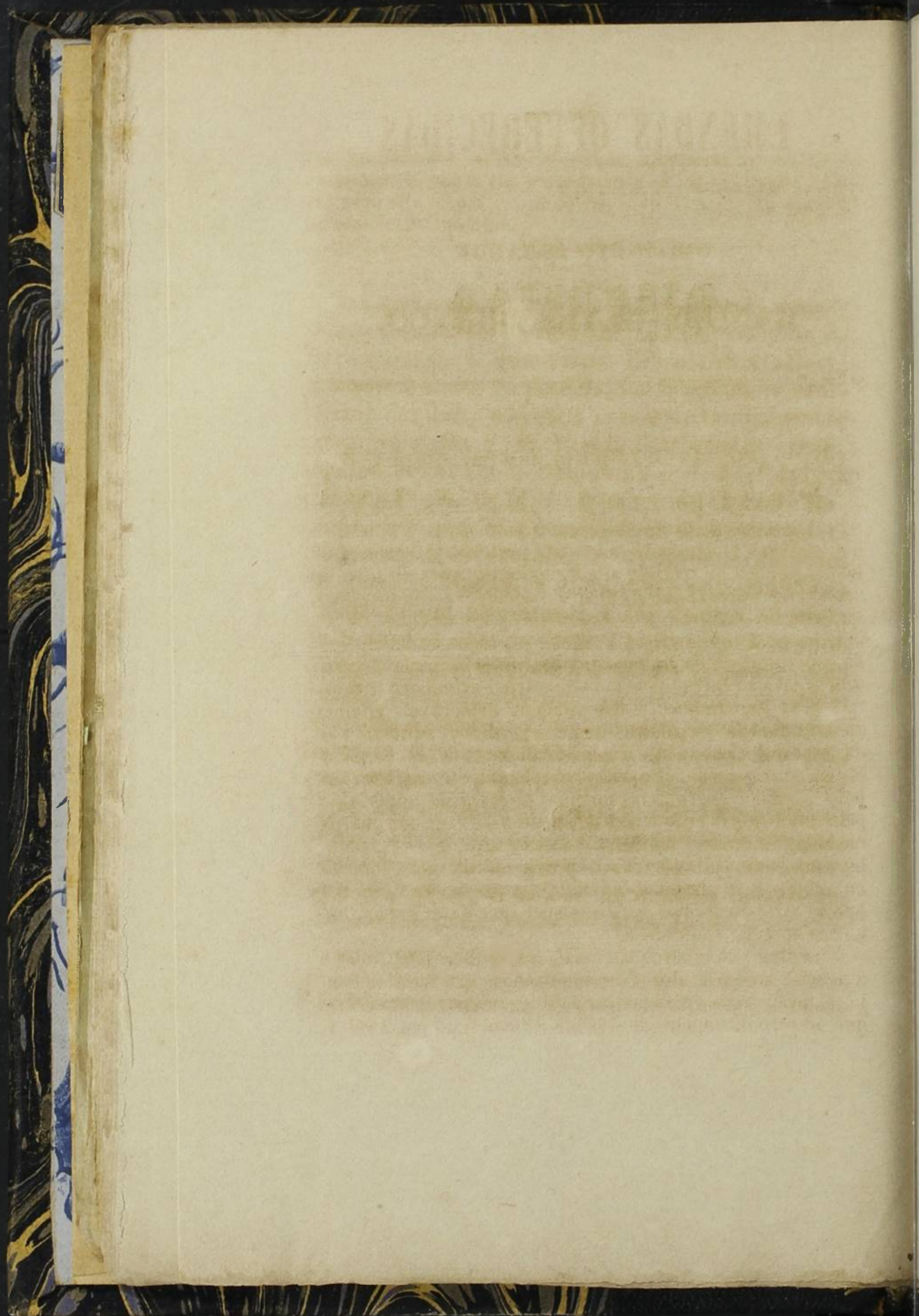
VOTO DE GRAÇAS

NÓ

ANNO

DE

1850.



EMENDAS OFFERECIDAS

PELO

DISTINCTO SENADOR

MANOEL ALVES BRANCO.

Diz o projecto de resposta, nos paragraphos 2º., 3º. e 4º.

« Lamentando profundamente que homens dominados por paixões violentas tivessem ahí perturbado a tranquillidade publica, e tentado alterar as instituições do paiz, o senado se compraz de reconhecer o decidido apoio prestado ao governo imperial, e os espontaneos testemunhos de lealdade, e afeição dados a V. M. I., por todos os defensores da constituição e da ordem, que concorrêrão naquella provincia para a repressão de tão temerario e criminoso arrojio.

« E se Pernambuco soffre ainda os deploraveis effeitos da contumacia de alguns homens perdidos, surdos á voz da imperial clemencia, o senado affiança a V. M. I. que a ordem e tranquillidade serão completamente restauradas pelo acerto e energia das medidas do governo imperial, e pelo valor e de liciação nunca desmentidos da mesma guarda nacional, exercito e marinha, e dos mesmos leaes Pernambucanos, que já salvarão a provincia da mais funesta anarchia, e já derão ao governo e a pessoa de V. M. I. o apoio, e testemunhos de dedicação, que V. M. I. tão altamente aprecia, e agradece.

« Senhor! A guarda nacional, o exercito, a marinha e a grande maioria dos Pernambucanos, que tanto fizeram já, e farão ainda, não podião aspirar a maior galardão do que ao reconhecimento dos seus serviços feito por V. M. I.

em tão solenne acto ; e o senado, interprete fiel dos seus sentimentos, rende em seu nome a V. M. I. as dividas gracas pelo alto conceito que forma desta benemerita porção de seus leaes subditos. »

EMENDA.

« Lamentando profundamente que a tranquillidade publica tenha sido alterada na provincia de Pernambuco, e que alguns Brasileiros se allucinassem a ponto de perderem a fé nos meios ordinarios das leis, o senado ao mesmo tempo que se congratula com V. M. I. pela repressão do crime, e pelos espontaneos testemunhos de fidelidade e confiança em V. M. I., e na constituição do Imperio, que por esta occasião deu de novo a guarda nacional, o exercito, a marinha, e cidadãos de todas as classes, e condições, não vacilla um momento em asseverar a V. M. I. que, se ainda de todo não está acabada a triste luta de sangue travada naquella provincia, ella não passará sem duvida além do dia em que uma politica de não equivoca moderação, e clemencia, tratar de cicatrizar as feridas abertas pela cegueira das paixões politicas, e fazer cessar inteiramente grande parte das medidas a que o governo empresta os fôros de energicas, e que, não possando de illegaes, e despoticas, apenas são proprias para excitar a indignação geral, e cobrir de mancha indelevel a historia dos povos livres. — *Alves Branco.*

Ao seguinte topico :

« O senado envidará, Senhor, todos os seus esforços

para que o exercito e a marinha tenham a organisação e força effectiva que V. M. I. deseja, e o interesse nacional reclama. »

EMENDA.

« O senado não pôde concordar com os ministros de V. M. I. na necessidade de augmentar as forças de terra e mar já elevadas a pé de guerra, que ha muito se suppõe imminente sobre o imperio; esperava antes o senado que o governo reconhecesse, que com uma politica de moderação, e justiça era possível manter a paz diminuindo-as, como muito convinha tanto para alliviar nossa lavoura dos onus que a acabrunhão, e dar-lhe possibilidade de empregar em seu serviço braços livres adestrados nos trabalhos de nosso campo, como para fazer cessar a monstruosa perseguição de um continuo recrutamento, que, tornando impossível a educação do nosso povo, o afugenta para o interior, onde vive em forçada ociosidade e miseria, fonte fecunda de crimes, ficando os povoados inteiramente entregues á exploração de uma emigração sem escolha, e que sendo pela maior parte estúpida, desmoralizada, mal pode concorrer para conservação, e augmento de nossas riquezas. — *Alves Branco.* »

A terceira emenda refere-se ao seguinte periodo :

« Predisposto sempre a promover quanto em si cabe o progresso moral e material do imperio, o senado, congratulando-se com V. M. I. pelo sensivel e notorio melhora-

mento das rendas publicas, concorrerá com a maior solici-
tude para a adopção de medidas que tenham por fim dar
maior estabilidade ao valor do nosso meio circulante, e
supprir com novos braços os que já vão faltando á nossa
agricultura. »

EMENDA.

« Em lugar das palavras — pelo sensível, e
notorio,— diga-se — pela continuação. »

« Depois da palavra — Agricultura, — que
vem no fim accrescente-se — que não devem ser
suppridos por Africanos, nem por colonos trans-
portados á custa de sacrificios pecuniarios, ou
privilegios como até hoje : a nossa população,
senhor, crescerá rapidamente por leis que restau-
rem, e protejão a liberdade individual quasi in-
teiramente opprimida ; por leis que fomentem o
estabelecimento de instituições de credito em
todas as provincias do imperio ; por leis que
promovão o melhoramento e multiplicação das
vias de communicação, de instrucção do povo
nas artes, principalmente na agricultura, e que
protejão efficazmente sua saúde, pois que de
tudo isto resultará infalivelmente augmento de
producção, segurança de vida e propriedade,
multiplicação dos nascimentos, não menos que
espontanea emigração de familias industriasas que
venhão estabelecer-se permanentemente entre nós,
e que são as unicas que nos podem ser realmento
uteis. — *Alves Branco.* »

Eis o periodo sobre que recahirão as ultimas
emendas do nobre senador :

« Convencido cada vez mais da excellencia das instituições monarchico-constitucionaes representativas, que a nação brasileira conscienciosamente adoptou, o senado não preterirá meio algum decimentar e manter a harmonia entre os poderes politicos do estado, como especial condição para a mais salutar efficacia das mesmas instituições, consequente desenvolvimento da prosperidade do imperio e gloria de V. M. I.

EMENDAS.

« Supprima-se a palavra—conscienciosamente.

« Depois da palavra —adoptou—, accrescente-se: — sendo desenvolvidas em leis derivadas de seus principios.

« Supprima-se o resto do paragrapho, substituindo-o pelas seguintes palavras: — o senado empregará todos os seus esforços para que quanto antes se possa realizar entre os poderes politicos a harmonia querida pela constituição, que jamais poderá resultar de sua confusão, e sujeição do maior numero a um delles, como tem acontecido até hoje entre nós, porque isso dá cabo de sua divisão e independencia, e ameaça constantemente o imperio de anarchia, ou despotismo, mas do pleno conhecimento dos direitos que deu e dos deveres que impôz a constituição a cada um; do mutuo respeito e firme proposito de manter-se cada um na orbita que lhe foi assignada, o que em nada se oppõe á sua divisão e independencia, e só se poderá obter por uma boa lei de incompatibilidades, eleições perfeitamente isentas da intervenção e influencia das autoridades agentes do executivo, e por uma mais efficaz responsabilidade

perante o jury, e assembléas provinciaes na forma da constituição. E' assim, Senhor, que se firmará a verdadeira ordem constitucional no Brasil, serão elevados os Brasileiros á maior felicidade, e V. M. I. á maior gloria. —*Alves Branco*



PRIMEIRO DISCURSO

DO EXM. SR. COSTA FERREIRA.

Sr. presidente, este morno silencio que observo no senado, não sei o que significa ; nunca o vi tao mudo, tao quêdo ! Olho para os meus companheiros, parecem-me estatuas ; olho para a camara dos deputados, e vejo um voto unanime a favor do governo ! O que nos resta, senhores ? Devemos cantar *hosanna*, entoar *Te-Deum* ao governo ? Como é que o Sr. senador se cala ? porque quebrou o remo ? Muitas vezes lhe tenho dito que o legislador deve suppôr-se sobre o cume mais elevado do monte ; olhando para um lado, vê a atmosphera abafada, coberta de nuvens ; olhando para outro, vê um sol risonho ; tudo mostra alegria. Eis-aqui, meu illustre collega e amigo, qual é a posição de um legislador ; a maior pécha, permitta que lhe diga, que pôde ter o legislador, é o desanimo.

Senhores, vejo o nosso horizonte politico abafado ; vejo que ventos ponteiros, contrarios ao rumo que segue a não do estado, parece que a querem levar contra os rochedos. Ah ! Srs. pilotos, se VV. Exs. não mudão de rumo, vamos aos cachopos ; e esbandalhada a não, quem se poderá salvar ?...

Sr. presidente, todos nós devemos enunciar os nossos sentimentos ; quem é eloquente como o Sr.

Vasconcellos, pôde tornear as phrases, atrastar com a sua eloquencia, imprimir suas idéas nos corações dos povos; quem não está em taes circumstancias, usa da linguagem chã, pronuncia-se como pôde; chama ao boi, boi; ao ladrão, ladrão; mas todos temos restricta obrigação de manifestar os nossos sentimentos.

Estou tão persuadido, como estou convencido de que me acho aqui em pé, que se a administração não seguir rumo diverso do que tem seguido (e não fallo só com vós, Srs. ministros; fallo também com muitos dos que vos precederão,) se a administração não mudar de rumo, não está nas mãos de ninguém evitar uma revolução terrivel em todo o Brasil; é impossivel que as cousas marchem como vão. Pôde continuar este estado de violencia em que nos achamos? Appello mesmo para alguns Srs. ministros; consigo mesmo hão de dizer que basta de oppressão, que é necessario mudar de rumo.

Disse o nobre senador que desanima, porque as leis concorrem para este estado de cousas em que nos achamos. Sei que existe essa lei a que tanto me oppuz; e lembra-me que quando passou essa lei o Sr. ministro que ali está sentado (*olhando para o Sr. Paulino*) disse que se alguma cousa escapasse digna de alteração, se a experiencia mostrasse essa necessidade, o ministerio faria emendar a lei. Lembra-me também que quando se fallava aqui na machina infernal, o illustre senador o Sr. Vasconcellos dizia: « Não é da machina que vem

o mal ; é dos trabalhadores. » Entretanto o que vemos agora ? O que nunca se viu em parte alguma do mundo ; uma camara unanime ! e todavia parece que se quer mandar cantar *Te-Deum* !

Não é difficil governar, é facil ; como ? observando a lei. Mas se não se quer observar a lei, como se pôde governar ? O que se tem feito, pergunto eu ? Mandou-se, v. g., supprimir a imprensa : julgais por ventura que isto é constitucional ? Prendêrão-se, deportarão-se cidadãos sem suspensão de garantias : julgais isto constitucional ? Se acaso ha perigo, se a patria corre risco, o remedio está na constituição ; pôde-se remediar o mal pela maneira que a mesma constituição manda. Que repugnancia tendes vós pois em salvar o paiz pelos meios marcados na constituição ? Se acaso as desordens de Pernambuco punhão em perigo a patria, porque não suspendestes as garantias ? Porque deixastes que os presidentes prendessem e deportassem arbitrariamente ? Porque esse luxo de despotismo ? Porque destes assim occasiao a que os anarchistas digão que não se quer a constituição, e tanto não se quer que, estando marcados nella os meios pelos quaes se devia marchar legalmente contra as desordens, não se seguirão estes meios ?

Eu, Sr. presidente, não descubro se não mentira sobre mentira. Lembra-me (e V. Ex. talvez esteja tambem lembrado, porque foi meu condiscipulo) que no nosso segundo anno, tratando nós da historia ecclesiastica, ali vimos que o criado de um propheta mentiu, e o Senhor o castigou com

uma lepra terrível. Ah ! Sr. presidente, se os nossos mentirosos políticos tivessem o mesmo castigo do Céu, que lindos cavalleiros ficavam ! De lindos moços que são, como se tornariam hediondos ! ? Para que mentir, e mentir descaradamente ? Eu mais do que ninguém fui illudido. Depois que aqui enunciei o meu modo de pensar sobre o governo, retirei-me, recolhi-me ; perguntava ás vezes o que havia sobre as desordens de Pernambuco : « Não ha nada ; está tudo em paz. » No outro dia lia o mesmo ; de repente apparece a rebelliao ; fiquei pasmo ! Pois não ha nada, e surge uma rebelliao ? Peço a VV. EEx., Srs. ministros, que me expliquem isto. N'um dia : « Não ha nada ; » no outro dia : « Ha uma rebelliao ! » Não podemos marchar do modo por que temos ido, e o melhor será acabar com esta farça ; digamos francamente : — A nação não está preparada para esta fôrma de governo ; nós senadores não prestamos para nada ; a camara dos deputados igualmente ; venha o despotismo, haja uma monarchia absoluta. -- Não se illuda o paiz, senhores, porque o governo constitucional falseado é o peor dos governos, até dá armas aos anarchistas, porque dizem : « A nossa lei é esta, mas não é observada ; portanto devemos reagir. » Ora, quando se tem um governo absoluto, diz-se logo : « O rei pode-nos mandar enforcar ; o Sr. capitão-mór pôde-nos mandar prender arbitrariamente ; portanto viva o rei ! viva o Sr. capitão-mór. » Mudemos de rumo, senhores ; o paiz não pôde marchar assim, não pôde continuar

com medidas tão violentas. Os nobres ministros tem vasto conhecimento da historia. Ora, ella nos diz o que foi Henrique IV. Em minha opiniao foi este (perdê-me S. Luiz) o melhor dos reis da França. Quando esse monarcha poz sitio a Paris, sabem os nobres senadores que neste assedio muita gente morreu ; segundo alguns autores, 50,000 ; segundo outros, 16,000 ; mas pelo calculo mais seguro 30,000. Mas Henrique IV, usando de meios compassivos, até consentiu que entrassem viveres na cidade. Vio-se depois obrigado a levantar o sitio, porque vinha em soccorro de Paris o duque de Parma. Os seus generaes, como que exprobrando-o, diziao-lhe : « Levantou-o V. M. , porque deixou entrar viveres. — E verdade, respondeu o monarcha, quebrantei as leis militares, mas não as leis de rei e de pai. — » Então não venceu Paris ; porém, quando entrou depois nessa cidade, o que vio ? Como o recebêrão os habitantes de Paris ? A historia o diz. Esse generoso monarcha entra em Paris, esquece tudo, perdôa a todos, inclusive o mesmo duque de Guisa ; manda embora os Hespanhòes com recommendações para o seu rei ; amnistia a quem quer receber a amnistia. Eis como esse grande rei acabou com a anarchia. Depois o celebre duque de Guisa deu-lhe uma grande prova do quanto pôde essa politica, quando lhe entregou a cidade de Marselha ; entrou por ella dizendo : « Francezes catholicos, é o duque de Guisa quem vos diz. Viva o rei ! olhai para a minha pessoa, vede a sinceridade com que o monarcha se por-

lou. » Eis-aqui como se acaba com a anarchia.

Ora, qual é a energia que pedis, e que quereis que o senado vos dê? Por ventura não é energico o Senhor Honório? E^o por falta de energia que elle tem deixado de vencer Pernambuco? Qual é essa energia, dizei-me? Mas para que repetir aquillo que está mesmo no pensamento de alguns dos Srs. ministros, que conhecem que não se deve obrar com tanta violencia, que é necessario modificar este systema, ser escravo da lei?

Occorre-me agora uma idéa. Nunca ouvi ao Sr. Vasconcellos dizer:—Sou grão-cruz da ordem do Cruzeiro—; mas já lhe ouvi dizer:—Sou velho saquarema.— Parece assim que não duvida vestir a libré do Sr. Torres; e o Sr. Torres deve ter com isso um nobre orgulho.....

Mas, eu mesmo estou admirado! Não ouço aqui vozes que me acompanhem. V. Ex. (*voltando-se para o Sr. Alves Branco*) ainda nos ajudou quando tratavamos dessa lei de 3 de Dezembro, dessa famosa lei com a qual ninguem se pôde entender, e que não deixa ninguem seguro em sua casa. Eu mesmo que aqui ousou levantar a voz, não sei o que me acontecerá sahindo daqui; talvez deva, com mais razão do que Carlos V, mandar fazer um officio de corpo presente. Tenho sido muito ousado, levantando a minha voz, quando o meu illustre amigo, o Sr. Paula Souza, quebrou o remo; quando até o Sr. Manoel Alves sumiu o cabo da enxada! (*Hilaridade prolongada.*)

Não fazia tenção de fallar; porém, observando

esta mudez, pareceu-me que se ia approvar tudo, e animei-me a pedir a palavra.

Senhores, quero dar força ao governo, quero um governo forte, porque já de ha muito tenho dito que um governo fraco é a peor peste, com que a providencia pôde castigar os povos; mas não chamo governo forte ao que faz luxo do despotismo; ao que, podendo salvar o paiz pelos meios legaes, despreza-os, faz o que quer, e quando se lhe pergunta o que tem feito, responde: — Não sei! — De maneira que o governo não sabe por onde vai; não sabe se se prendeu alguém, se se deportarão cidadãos brasileiros, se se sentou praça em homens de 50 annos; nada disto sabe o governo !..... Senhores, se a constituição não presta, proclame-se o despotismo; escusa haver um senado, uma camara de deputados, com que a nação tanto dispende.

Não posso deixar de dirigir-me ao nobre senador o Sr. Vasconcellos. Amaldiçoava o nobre senador o 2 de fevereiro; oxalá apparecesse esse 2 de fevereiro nesta crise! Elle diria: — Basta de acabrunhar, basta de medidas oppressoras; observe-se a constituição. — Fallais em constituição; mas quem vos ouve fallar em constituição, suppõe que fallais de defuntos; sois os primeiros a despreza-la. Por sem duvida quero que os anarchistas sejam batidos; mas, na forma da lei. Não podião os presidentes que tem havido em Pernambuco pedir a suspensão de garantias? Não estava isto na faculdade do governo? Não podia o governo

fazê-lo legalmente? Por que não o fez? E entretanto prende-se e deporta-se sem formalidade alguma! Podemos marchar assim?

Repito: não tinha tenção de fallar; mas observei tudo callado e força foi dizer alguma coisa: e já que tenho a palavra, e ouço dizer que se quer mais tropa, desejava saber alguma coisa das tropas desse senhor, que não sei se é rei ou vice-rei; desse Vicente de Paula que governa povos. Essas tropas não chegam? Esse Sr. Vicente de Paula foi amnistiado?...

O Sr. LOPES GAMA faz signal que não.

O Sr. COSTA FERREIRA Não foi?... Não me diga isso. Então é mentirosa aquella carta do Sr. ministro da marinha; porque não sei como um Sr. ministro corresponde-se com Vicente de Paula, e assigna-se: *De V. S. amigo e criado!*— Se elle não está amnistiado, se é um facinoroso, como é isto? Espero que o Sr. ministro da corôa, que escrevendo a Vicente de Paula se disse seu *amigo e criado*, responda ao que agora diz o Sr. Lopes Gama. Se com effeito Vicente de Paula não está amnistiado é para admirar que um ministro do imperador diga que esse facinoroso é governador de povos, que os bravos que elle commanda servem para defender Sua Magestade Imperial e o throno! como se o throno que é sustentado pelos corações dos Brasileiros, precisasse ser defendido por um Vicente de Paula, que, segundo diz o Sr. Lopes Gama não está amnistiado, está carregado de crimes!...

Senhores, não sei como tenho ousado dizer alguma coisa a este respeito. Quem sabe qual será a minha sorte? Quem sabe se esse amigo do Sr. ministro da marinha, julgando-se offendido, mande de lá um dos do seu peito que diga:--Fallas tanto? pois toma o premio!--Hoje em dia, senhores, onde ainda ha alguma segurança, é aqui no Rio de Janeiro; aquelles habitantes que são vizinhos de Vicente de Paula tremem, como eu havia de tremer; e elle fará o que quizer, porque dirá--tenho lá o meu amigo o Sr. ministro da marinha, que me ha de proteger.--Eu desejava que me declarassem que essa carta não era do Sr. ministro; o governo deveria mandar responsabilisar o tabelião que a reconheceu, devia mostrar que o Sr. ministro não se correspondia com o salteador Vicente de Paula... Ora, Sr. Vasconcellos, diga-me se é assim que julga que ha de marchar a constituição ?...

Concluo declarando que estou prompto a sustentar o governo, mas não marchando elle fóra da constituição e das leis.



PRIMEIRO DISCURSO

DO EXM. SR. ALVES BRANCO.

Sr. presidente, o senado ha de estar lembrado de que na sessão passada fui eu o primeiro que me dirigi ao Sr. visconde de Olinda, presidente do conselho, para pedir-lhe que me informasse quaes erão suas vistas no governo que elle e seus collegas tinham tomado sobre seus hombros, que esperanças annunciavão ao imperio do Brasil com a sua assenção ao poder. O senado tambem ha de estar lembrado que a resposta do Sr. visconde de Olinda foi que a administração de que se encarregára só tinha em vista cumprir a constituição e as leis, e usar de toda a moderação ou tolerancia, como era a linguagem da época.

Sempre entendi que este programma não era outra cousa mais que a confirmação das censuras que tinham sido constantemente feitas ás administrações dos meus amigos, e em que tambem servi, porque todas ellas tinham sido taxadas de viciosas em sua origem, ineptas em seus projectos, e violentas em sua marcha de governo, principalmente quanto a eleições. Eu devia, pois, ser tambem daquelles que perguntassem ao Sr. visconde de Olinda, mormente vendo-o collocado á frente da commissão que respondeu á falla do throno—que é da execução das promessas que fizestes? qual o

cumprimento da constituição e das leis? onde a moderação que nos havieis promettido? Mas este debate seria muito prolongado, e mesmo não sei se era possível lembrar-me de uma historia, ainda que curta na extensão, immensa nos factos, immensa para a historia do paiz. Portanto, limitar-me-hei simplesmente a fazer algumas observações sobre as respostas que a administração deu aos requerimentos que fiz ha poucos dias na casa; depois apresentarei algumas emendas, que, posto tenha certeza de não passarem, resumem as minhas idéas e as de meus amigos, segundo tenho ouvido.

A primeira resposta que dá o Sr. ministro da justiça, consiste na copia do decreto que concedeu a amnistia, e instrucções que o acompanharão. Ora, á vista desse decreto, é claro que a concessão da amnistia foi geral. É verdade que tinha suas condições—aquelles que depozessem as armas e se submettessem ao governo—; mas estas condições parecem desnecessarias e inuteis, porque era evidente que existindo uma revolta qualquer, naturalmente se bavia de dar amnistia áquelles que depuzessem as armas e se submettessem ao governo, e não áquelles que continuassem na revolta.

Vejamos agora as instrucções (*Lé*). Em minha opinião estas instrucções limitão a disposição do decreto. O decreto é para todos aquelles que largarem as armas e se submeterem ao governo; é geral; mas as instrucções como que limitão a

amnistia aos illudidos, áquelles que obrarão sem intenção de fazer mal; quanto aos outros parece que ficam excluidos da amnistia. Ora, se as instrucções tem com effeito esta significação, o decreto fica nullo, porque aquelles que obrão inteiramente illudidos, aquelles que não são chefes ou cabeças desses movimentos, pelas nossas leis não são criminosos; por consequencia, seria a amnistia desnecessaria para homens taes; os cabeças, aquelles que obrao com conhecimento do mal, esses é que precisavão da amnistia. Assim pois, se as instrucções limitao o decreto, como parece á vista de suas expressões, o decreto foi inteiramente illusorio.

Passarei agora á outra resposta que é esta. (*Lé*) O que aqui se diz vem confirmar ainda mais o que acabo de enunciar, isto é, que o decreto era inteiramente illusorio, porque, se o governo tinha desejo de dar amnistia, ainda mesmo quando não fosse a todos aquelles que depuzessem as armas e se sugassem ao governo que não fosse geral, mas sómente aos illudidos, a oportunidade estava marcada pelo fim do decreto. Se o governo com a amnistia queria salvar illudidos, então devia o decreto ser publicado quanto antes; mas o governo não obrou assim; o decreto é de 11 de Janeiro e foi, como se vê, publicado em março na secretaria da justiça. Com effeito, o lugar da publicação é um pouco esquisito! Quando foi em Perpambuco conhecido este decreto o Sr. ministro da justiça não o diz, mas julgo que em março se

derão as primeiras amnistias, e a publicação foi em junho ou julho, pelo que dizem até as folhas officiaes. Como, pois, tinha em vista o decreto salvar illudidos, salvar os que obrarão sem conhecimento do mal, se o governo não fez conhecer a esses homens que estava disposto a perdoar-lhes se largassem as armas?

E tanto é isto mais notavel quanto é doutrina geral de direito que, no caso de sublevações sociaes, é de mister primeiro proclamar aos homens revoltados que se retirem para evitar que a autoridade publica empregue a força, pois que muitas vezes isso basta para que se separe da revolta os illudidos, e mesmo muitos que só comparecem pelo prazer de ver o que se faz; e fazer fogo sobre esta gente é deshumanidade, é barbaridade. E' doutrina de quasi todas as nações advertir previamente que se vai empregar a força, que aquelles que se quizerem retirar o podem fazer quanto antes. E' esta doutrina proficua, porque desfaz muitas vezes a força dos revoltosos em seu principio, antes do governo ser obrigado a recorrer á força. Entretanto, apesar de que o Sr. ministro da justiça ou o governo entenda que a sua politica é de moderação e tolerancia, obrou de maneira tão contradictoria que não publicou, não fez conhecer este decreto a tempo que talvez podesse salvar muita gente e pacificar a provincia.

Mas continuemos (*prosegue na leitura das informações do governo.*) Ainda quando, Sr. presidente, eu tenha muita confiança no character do Sr.

ministro da justiça, custa-me a crer que as amnistias concedidas em Pernambuco não fossem participadas ao governo. Essas amnistias não foram concedidas por poder proprio, mas por poder que tinha uma delegação temporaria, delegação condicional. Ora, é da natureza de tues delegações serem constantemente vigiadas para que não se desviem no uso de um poder que não lhes pertence, mas a outro ; pelo menos pôde haver nisto alguma responsabilidade moral, quando não haja legal. Custa-me pois a crer no que aqui se diz, mas não ha remedio se não acreditar que as participações das amnistias concedidas não tem vindo ao governo.

Tambem não usei no meu pedido da palavra — *exactidão*. — Desejava ser informado de quantas amnistias tinham sido dadas. Se o presidente de Pernambuco tivesse informado de todas, o governo havia de remetter aquellas de que havia informações, entendendo que eram as unicas.

Diz o governo que não lhe consta que nenhuma das amnistias tenha sido revogada, e por isso nada pôde informar a respeito. E' cousa que tambem me custa a crer, porque tanto nas folhas de Pernambuco como nas da côrte, vem transcriptos os decretos do presidente de Pernambuco revogando algumas amnistias. Vejo que não usa da palavra — *revogar*, — mas não se pôde entender outra cousa desses decretos. Foi causa que me causou bastante estranheza; é procedimento que pôde fazer perder confiança no exercicio de uma attribuição que aliás pôde ser tao salutar nas grandes crises sociaes.

Vou ler aqui alguns desses actos, que vejo impressos no *Jornal do Commercio*. (*Lê a portaria do Sr. Carneiro Leão, deportado a Bernardo José da Camara.*) Faltão aqui as palavras---revogar a amnistia, — mas a conclusão de todo esse arrazoado é sem duvida revogar a amnistia concedida e deportar.

Vamos finalmente á resposta á quarta informação que pedi (*Lê.*) Ora, que em Pernambuco se tem feito actos de suspensão de garantias, é cousa sabida e notoria. Desde a presidencia do actual Sr. ministro da marinha sabe-se que não tem regulado ali a lei. Tem-se entendido que a capital acha-se constantemente em estado de guerra : o 2 de fevereiro tem continuado por quasi um anno. Tanto é isto assim que o mesmo Sr. Honório, depois que chegou a Pernambuco mandou retirar da ilha de Fernando 37 homens que lá estavam deportados pelo seu antecessor. Isto consta, e consta até officialmente ; pelo menos as folhas do governo o tem publicado. Que tem havido prisões, e prisões numerosas, embora a mór parte com a capa de recrutamento, é tambem sabido ; mas não posso admittir a coartada do recrutamento, porque o recrutamento está hoje regulado por uma lei nova que manda distribuir proporcionalmente por todas as provincias, e não carregar tão sómente sobre uma. Alisegundo me consta, tem-se recrutado mais de mil pessoas sem distincção nenhuma, e por isso pedi esta informação. O Sr. ministro diz que não sabe ; mas devo observar que a lei do recrutamen-

to, e o mesmo regulamento do governo manda que os recrutas não se apresentem sem uma lista nominal. Entretanto diz-se que não se sabe nada ! Isto não é possível entender-se. Parece-me que como não se fez um decreto suspendendo as garantias, assenta o Sr. ministro que não está obrigado a dar conta de actos que são de pura suspensão de garantias. Eu pelo contrario entendo que o facto é que vale alguma coisa ; o decreto, a formula não é nada. E' mister prevenir o paiz de que as leis que garantem a liberdade individual estão suspensas momentaneamente ; isto praticam todas as nações que se regulão por um senso de justiça e moralidade : entretanto entre nós suspende-se de facto as garantias e não se annuncia ! E' realmente a maneira mais monstruosa que pôde dar-se a respeito de suspensão de garantias ! A obrigação do governo é annunciar este acto ao publico, para que todos saibão que as leis que garantem a liberdade individual estão suspensas ; mas suspender essas garantias sem annunciar a ninguem, é realmente procedimento com que não posso concordar, nem se combina com o senso de nação alguma civilizada.

Mas ainda quando deixe passar esta falta, neste caso muito essencial pelo que disse, não é possível annuir ao que quer o Sr. ministro, isto é, a que suspendendo elle de facto as garantias, se isentasse de dar conta ao senado desses seus actos. Creio que o governo consentiu nesta suspensão de facto, e tanto consentiu que a mesma pessoa que obrou neste

sentido foi associada ao governo do estado (o Sr. ministro da marinha ;) donde se conclue que o governo approvou todos aquelles actos. Da mesma maneira, o actual Sr. presidente de Pernambuco tem obrado como se estivessem suspensas as garantias, e o governo pede a sua conservação ; do que se segue que tem approvado tudo isto, e que estão suspensas as garantias. Logo, como o governo se recusa a dar conta dos actos que se tem praticado em virtude dessa suspensão ? Não comprehendo.

Diz finalmente o Sr. ministro que não consta ao governo que em Pernambuco se tenham feito deportações. Sr. presidente, cada um pôde entender a palavra *deportação* como quizer ; mas eu uso da propria expressão do presidente daquella provincia. Elle declara que deporta ; usa da palavra *deportação* talvez como mais humana , porque de facto o que se tem feito em Pernambuco é --- degreço ; — o presidio de Fernando foi sempre destinado por nossos costumes e leis para degreço de condemnados. Pôde ser, pois, que usasse da palavra—*deportação*—por mais humana ; eu servi-me della, e por isso perguntei quantas deportações tinham havido.

Ha um officio dirigido ao Sr. ministro da justiça que diz:—Julguei dever adoptar algumas medidas de segurança, e deliberei remover os presos politicos para a ilha de Fernando de Noronha, etc. E' a segunda expressão de que usa ; a primeira é — deportar, — a segunda é — remover ; — mas bem se vê que é remover homens para Fer-

nando de Noronha, tirando-os de uma fortaleza em Pernambuco, onde podião estar até hermeticamente fechados, ou em uma embarcação de guerra ! Pois o governo não tem officiaes de marinha de sua confiança, de modo que esses presos a bordo não tivessem comunicação alguma com a terra ? Senhores, desgraçado do governo que por semelhante falta se visse obrigado a deportar homens das prisões reconhecidas por nossas leis para prisões de condemnados, e prisões de degredo !

Não são sómente estes actos ; ha outro que em verdade excede a tudo quanto se podia suppôr nas desordens de Pernambuco ; é esse grande acto a respeito da nova desordem que appareceu, ou desse resto que tornou a apresentar-se de uma maneira tão importante, não sei porque.

O presidente de Pernambuco diz nessa ordem notavel : --- Considerando que os grupos, etc. Ora, Sr. presidente, depois do Sr. presidente de Pernambuco ter considerado estes crimes como continuação de outros, segundo se conhece não só pelas correspondencias feitas para a Bahia, como para o governo geral, vio que em verdade devia dar uma nova natureza a estes crimes e para estabelecer complicitades; e neste intuito erigio-se pelo menos em ministro de estado, se se não erigio em poder legislativo ; porque em verdade estabelece grãos de complicitade que o codigo penal não marca ! Não sei como se pôde explicar este procedimento. Todos os que lerem esta portaria ou decreto verão que contém disposições novas de com-

plicidade. Não duvido que haja necessidade de algumas reformas no código penal a respeito de muitas cousas, e mesmo dos crimes politicos ; mas julgo que só podem ser decretadas pelo poder competente, que é o legislativo ; ninguém mais está autorizado a fazê-las. E como, senhores, se pôde impôr aos homens que morão nas immedições dessas matas, e que tem necessidade de vigiar suas casas, mesmo em consequencia dessas desordens, para as poderem defender, que se retirem dahi, que abandonem as suas propriedades, e que vão, não para onde quizerem, mas apresentarem-se aos commandantes militares para estes designarem os lugares onde devem residir ? Isto é incomprehen-sivel. Nunca no Rio Grande do Sul, durante a guerra civil que ali houve, se praticou semelhante cousa ; pelo contrario consta até que no interior haviaõ familias pacificas que na passagem dos rebeldes os recebião em suas casas, e o governo de então não as considerou como cúmplices. Aqui está o Sr. conde de Caxias que foi presidente daquella provincia, e poderá informar se recebeu algumas instrucções para marcar a taes homens um lugar de residencia fóra das suas propriedades ; entretanto hoje se faz isto em Pernambuco, e diz-se que estamos em um governo constitucional representativo !

Outro artigo desse decreto é uma dessas proclamações da cidade média em que se poem cabeças a premio. Nunca approvei revoltas, nunca dei assenso a ellas, pelo contrario reprovei-as inteiramen-

te ; mas tambem reprovo este procedimento , que fere todas as leis.

Dir-se-ha : — A nossa lei considera como criminoso o homem que munido de autoridade publica, inda na dilligencia de prender um criminoso, o matar, e que entretanto se o matar em defesa propria, como meio unico de salvar a sua vida, este crime é justificavel; — mas aqui não se considera isto, aqui se diz que terão um premio de tanto ! É isto exceder toda a norma dos principios, porque a lei considera apenas o crime justificado se quem matar provar que a sua vida corria perigo se acaso não matasse ; mas aqui não senhores, longe de se considerar isto um crime, considera-se como uma acção meritoria ! Não comprehendo; ou as nossas leis são monstruosas e absurdas, ou eu não as entendo. Nada mais direi a este respeito.

Não entrarei na analyse da marcha que tem seguido o governo que tomou conta da administração do imperio no dia 29 de setembro de 1848. Esses senhores que então nos accusavão de ambiciosos nos nossos projectos, de violentos e despoticos nos nossos procedimentos, que mettão as mãos em suas consciencias e vejão quem merece mais esses epithetos benignos, benevolos, bellos, com que nos tratavão.

Estou inteiramente de accordo com o nobre senador o Sr. Paula Souza no que disse ácerca das discussões da resposta á falla do throno ; mas como é este o uso, e não se ha de agora principiar a mudar, tinha tenção, e ainda tenho, de mandar al-

gumas emendas ao projecto que se discute, na certeza de que não passarão ; massão o enunciado das minhas opiniões sobre o que se diz na falla do throno ; apenas as offerecerei pura e simplesmente, não tratarei de as sustentar.

A primeira emenda é ao § 1.º A corôa diz : — Possuido do mais vivo prazer, etc. O projecto da resposta diz : — Senhor, grande jubilo, etc.

Eu preferiria antes que este paragrapho expressisse um sentimento de gratidão para com S. M. o Imperador pelo prazer que annuncia ter tido na abertura da assembléa geral, ainda quando esse prazer fosse um pouco diminuido pela magoa que lhe causavão as desordens de Pernambuco... Mas não dou muita importancia a isto, e não mandarei esta emenda ; offerecerei antes outra aos §§ 2.º, 3.º e 4.º da resposta á falla do throno. Nesta emenda enuncio a politica que me parecia dever-se seguir na actualidade, e nisto estou de accordo com todos os meus amigos : nella estão consignadas todas as idéas que se envolvem nos referidos paragraphos da resposta á falla do throno , sómente diffiro na recommendação dos meios de continuar-se a governar o paiz. Ao § 7.º offereço tambem uma emenda. A resposta diz assim : O senado enviará, senhor, todos os seus esforços, etc. A minha emenda é esta : O senado não póde concordar, etc. Ao § 8.º tambem offereço emendas : são duas. A resposta diz neste paragrapho... A primeira emenda é esta : Em lugar das palavras — pelo sensível e notorio , — que se diga — pela

continuação, etc. A segunda emenda é esta. (*Lê.*) Ao ultimo paragrapho, que diz respeito á harmonia dos poderes, eu proponho que se supprima a palavra — conscienciosamente — e o resto do paragrapho, substituindo-se pelas seguintes palavras. (*Lê.*)

Ora um destes meios é sem duvida fazer com que as eleições venhão sempre em auxilio do governo! Esta é uma das causas essenciaes das nossas crises, e eu não posso adoptar esta idéa.

Diz-se na resposta : — Não excluirá meio algum — e eu não posso deixar de querer que se exclua este meio ; por isso enuncio-me assim na emenda.

Não tenho nada mais a dizer.



EXPLICAÇÃO

Dada ao Sr. Paulino, ministro dos estrangeiros,

PELO

EXM. SR. ALVES BRANCO.

Sr. presidente, quando fallei nas instrucções que acompanhárão o decreto da amnistia, usei de um modo hypothetico, disse : — Se com effeito as taes instrucções excluiao, como me parecia, da concessão da amnistia aos chefes da revolta. — O Sr. ministro entende que as instrucções não excluem os chefes : portanto já não insto a este respeito ; não se dá o que eu entendi.

Devo porém declarar que a maneira por que forão redigidas essas instrucções parece que deixa entender que os chefes não podião ser comprehendidos na amnistia. Ellas dizem : --- S. M. o Imperador attendendo, etc. — Parece pois que dá-se a amnistia sómente porque entre os revoltosos existem illudidos, homens que praticarão o crime sem o saber ; porque se se não tivesse em vista isto, escusado era apresentar esta condição. (*Continúa a ler as instrucções.*) Deve-se concluir destas expressões que só estes forão os motivos da amnistia, e que por conseguinte os autores não podem ser amnistiados. Entretanto as instrucções

tem em algumas partes phrases que parece dão a entender que esses estão também comprehendidos; mas não é negocio claro; as instrucções deixarão tudo muito duvidoso, e por isso é que fallo nas minhas emendas em uma politica não equivocada e de clemencia.

Eis-aqui a explicação que eu desejava dar ao Sr. ministro.

Ainda quando o Sr. ministro entenda que os chefes da revolta também estavam comprehendidos na amnistia, e apresentasse o exemplo de Pedro Ivo e de Caetano Alves, contudo o governo não deixa de merecer alguma censura a respeito da phrase um pouco obscura das instrucções para serem bem entendidas e aproveita da amnistia pelos homens a quem se queria favorecer.

Também a respeito da palavra—deportação—o Sr. ministro disse que eu não a tinha entendido, que ella não estava definida nas nossas leis, etc. Ora, senhores, se a palavra — deportação — não está definida nas nossas leis, creio que o mais sensato é admittir a noção geral que se lhe dá, pois como o Sr. presidente de Pernambuco usou dessa palavra que não está definitiva em nossas leis, parece que eu devo dar a essa palavra a mesma noção que se lhe dá geralmente. Deportação é fazer mudar forçadamente um homem de um lugar para outro, como motivo de cautela, e não como uma pena: e é isso mesmo o que entendo que importa uma suspensão de garantias.

E note o Sr. ministro, quando se tem tratado de

suspensão de garantias entre nós tem-se tratado também de deportação neste sentido ; tenho lembrança disto, e se se consultarem os factos conhecer-se-ha que assim tem acontecido, e que sempre se entendeu esta palavra no sentido de tirar-se o cidadão de um lugar onde pôde ser perigoso, e manda-lo para outro lugar ; um homem a quem até se não quer prender ; e então ainda é mais duro, e já um acto muito mais forte do que a deportação.

Assim é que entendi a palavra — deportação, — e creio que o Sr. presidente de Pernambuco também a entendeu neste sentido ; chamou deportação como um acto que não é tão duro como aquelle que os nossos costumes, e mesmo a nossa legislação tem dado á remoção de pessoas para esses lugares. Por isso usei da phrase—hermeticamente — dizendo que se podia fechar hermeticamente esses homens que foram deportados em uma fortaleza no Recife, antes do que em Fernando de Noronha. Houve transferencia de prisão ; o Sr. Honório, presidente de Pernambuco, entendeu que houve deportação, e eu também entendo da mesma maneira.

O nobre ministro disse que as amnistias não são dadas para acoroçoar-se o crime : eu também julgo assim. Disse mais que Caetano Alves, a quem se deu amnistia, não devia de novo conspirar, e por isso não podia subsistir essa amnistia. Se elle tinha commettido novo crime, estava comprehendido nas leis penaes ; para que pois falla o Sr. pre-

sidente de Pernambuco nas condições com que lhe concedeu a amnistia? Se o homem se tinha associado aos criminosos, estava sujeito ás leis penaes; mandasse prendê-lo, e afinal o processasse de novo, sem se importar com a amnistia que lhe tinha sido dada para os crimes anteriores. Não havia pois necessidade de vir o Sr. presidente de Pernambuco com um preambulo desta ordem tratando das condições da amnistia: parece que ha nisto um luxo, uma especie de ostentação de fazer cousas que ninguem fez, e que não havia necessidade de fazer-se.

A ilha de Fernando de Foronha, disse o Sr. ministro, está no municipio do Recife; creio que 64 leguas arredada; mas é necessario que o Sr. ministro se lembre que os nossos tribunaes, o governo, e talvez algumas ordens consideravão sempre essa ilha como um presidio para degradados. Portanto essa idéa de estar a ilha de Fernando de Noronha no municipio do Recife me parece que não responde a nada.

Da provincia das Alagôas forão mandados para a da Bahia alguns réos, disse, o Sr. ministro: é verdade, e eu estava então no ministerio; mas o Sr. ministro deve lembrar-se que esses homens não ficarão na Bahia, nem o governo approvou essa remessa; foi revogada, não subsistio como está subsistindo essa transferencia para a ilha de Fernando; foi acto de um presidente de provincia que o governo não approvou, e por conseguinte não ha precedencia alguma neste argumento.

Disse finalmente o Sr. ministro que o decreto ou ordem do presidente de Pernambuco (não sei se se chama a isto decreto ou ordem) que manda prender aos dous cabeças, ou mata-los em caso de resistencia, está perfeitamente nas attribuições do presidente, porque isso não é mais do que a continuação de uma disposição do nosso código penal. Estará também no código penal que serão complices aquelles fazendeiros ou lavradores que não sahem das suas propriedades, que não se arredão dos lugares infestados por uma revolta ? Deu-se esta complicitade alguma vez na provincia do Rio Grande do Sul quando ali houve guerra civil ? Eu até podia citar os nomes de algumas familias pacificas que estavam residindo em suas fazendas, e que continuarão a conservar-se nellas, apesar de andarem os revoltosos por esses lugares....

O SR. VASCONCELLOS : — Não confunda o crime de rebellião com o de salteador.

O SR. ALVES BRANCO : — O nosso código penal marcou quaes os grãos de complicitade.

O SR. VASCONCELLOS : — No Rio Grande havia rebellião ; por conseguinte não havia complices ; e em Pernambuco ha hoje salteadores armados.

(*Cruzão-se alguns apartes.*)

O SR. A. BRANCO : — Então como se continúa a considerar esses actos como rebellião ?

O SR. VASCONCELLOS : — Não, senhor.

O SR. A. BRANCO : — Nesse caso são salteadores ? ! Tenha o nobre senador paciencia ; permitta

que não tome essas premissas para o meu raciocínio ; não sei insultar a pessoa alguma, chamando-a salteador, bandido, etc. ; a este respeito cada um diga o que quizer, o que entendo é que existe hoje em Pernambuco a continuação da mesma revolta que appareceu o anno passado.

Disse o Sr. ministro que as complicitades marcadas nessa ordem ou decreto, nos paragraphos anteriores a este, estão no código ; posso dizer a S. Ex. que não as achei ; é para mim uma disposição nova, que nem ao menos se pôde defender, e então peor.

Ainda a estava considerando como explicação de uma lei que se mandava pôr em execução ; mas agora vejo que é uma cousa nova : todo aquelle homem que não se retirar da proximidade das matas onde ha rebelliao é rebelde !

O SR. VASCONCELLOS : — Trata-se de salteadores.

O SR. A. BRANCO : — Pois bem : todo aquelle homem que não abandonar a sua casa, quando morar na proximidade das matas onde houver salteadores é ladrão ! Não entendo isto.

O SR. VASCONCELLOS : — Se lhes prestar auxilios.

O SR. A. BRANCO : — Aqui não se falla nisto ; porém ainda digo mais, não acho na lei que creou os presidentes de provincia tal attribuição. Ao governo compete fazer regulamentos e dar instrucções para a boa execução das leis, e não aos presidentes de provincias ; só se fôr para a execução de

leis provinciaes, mas não para as leis geraes. Consequentemente entendo que o Sr. presidente de Pernambuco usurpou direitos do poder executivo, e até do legislativo, porque vejo que nos artigos do código a que se referem as suas instrucções não existem as theses que elle quiz desenvolver.

Quanto ao mais, a respeito das cabeças a premio, digo que só na meia idade é que se fazia isso, ou nessa cidade onde os Chins mandarão matar o governador Amaral.

Relativamente ao exemplo que trouxe o Sr. ministro, dos Inglezes terem offerecido um premio a quem prendesse a O'Brien, acho que não tem paridade alguma, porque os Inglezes offerecêrão um premio aos que se arriscassem a prender um criminoso; e a nossa questão não é esta, é sim premiar-se a quem matar, a quem praticar uma acção que a lei considera um crime, ainda que possa ser justificado. Se isto é moral, se é legal, então ou eu tenho perdido a cabeça, ou não entendo a nossa legislação. Até concorri tambem para essa legislação, que é a mesma ingleza, ou dos Estados-Unidos, e jámais ahi se estabeleceu premio para quem matasse

Tenho dado as minhas explicações.

SEGUNDO DISCURSO

DO EXM. SR. COSTA FERREIRA.

Ouvi ao Sr. ministro de estrangeiros que a carta publicada como escripta a Vicente de Paula pelo actual Sr. ministro da marinha e em a qual S. Ex. trata de amigo áquelle facinoroso é falsa ; mas pergunto eu : os Srs. ministros já mandarão responsabilisar quem reconheceu essa carta ?

O SR. PAULINO faz signal negativo.

O SR. COSTA FERREIRA : — Pois uma carta de tal natureza, que se diz escripta pelo Sr. ministro da marinha a um dos maiores facinorosos do Brasil, é reconhecida por um tabellião e os nobres ministros não mandão responsabilisar o tabellião que recebeu a firma do Sr. ministro da marinha ? Espero que esse homem não fique impune, reconhecendo como verdadeira uma firma falsa, para que não venha aqui um senador illudido por um falsario, dizer que um ministro escreveu a um facinoroso: E' necessario isto: a palavra do nobre ministro de estrangeiros tem muito peso ; porém S. Ex. sabe qual é o valor que tem um acto reconhecido por tabellião ; não basta que S. Ex. diga — esta carta é falsa — deixando-a entretanto circular por maos de todos, judicialmente reconhecida.

Quanto ao mandar o Sr. Honorio, presidente de Pernambuco, que esses miseraveis habitantes

das matas se retirem das suas propriedades, só pôde louvar esta acção o nobre ministro dos negocios estrangeiros, e o nobre senador o Sr. Vasconcellos, que nunca souberão que cousa é necessidade : um é ministro de estado, o outro é senador, passam vida ditosa e folgazã ; gozando de todas as commodidades, não sabem sem duvida avaliar quanto custa a um pobre homem, que com grande sacrificio fez a sua palhoça para nella viver, que cria suas gallinhas, e tem uma rocinha de onde tira os meios de subsistencia para si, e muitas vezes para sua numerosa familia, abandonar tudo, retirar-se dahi e pôr-se á ordem de um commandante militar que pôde dizer-lhe : Vá residir para daqui a trinta ou quarenta leguas ! Oh ! Srs., para podermos avaliar bem as cousas é necessario collocar-nos nas circumstancias daquelles que soffrem : quem nunca soffreu, quem roda em brilhantes berlindas, quem se deita em fôfas camas, quem tem á sua mesa bons manjares não pôde avaliar bem o que soffrem os pobres, e muito menos os desarranjos que se lhes causa fazendo-os retirar de suas pequenas propriedades. E trata-se isto de bagatella ! Que mal poderão fazer estes homens continuando a residir nos lugares dos seus domicilios ? Eu vejo, senhores, na historia que no auge do furor e delirio, na *Vendée* os lavradores pegavam em armas, e quando se approximavão as tropas, largavão as armas e lançavão mão do arado ; entretanto não foram mandados retirar das suas propriedades. Já mostrei aqui tambem o exemplo do grande Henrique

IV, que quiz antes ministrar meios do subsistencia, fornecer mantimentos aos assediados de Paris, do que deixar esses miseraveis morrerem á fome. Entre nós porém tira-se o pobre da sua propriedade onde vive pacificamente, tira-se-lhe tudo quanto tem, manda-se que mude de residencia para dahi a trinta ou quarenta leguas, e isto não é nada ! Agarra-se em um desses homens que forão mandados presos ou deportados para Fernando de Noronha, colloca-se na ilha dos Ratos, que é um presidiu dos que se achão condemnados em Fernando de Noronha e tem ahi pessimo comportamento, e diz-se:—Não é nada, é apenas uma simples transferencia de prisão ! ! — Põe-se a premio a cabeça de Pedro Ivo e a de Caetano Alves, e diz-se : — E' para o bem publico, porque, morrendo esses malvados, a terra fica socegada, a humanidade não soffre, provavelmente acaba-se a revolta, não se gasta mais dinheiro, etc. ! ! — Ah ! senhores, foi eivado deste mesmo principio que Henrique III mandou matar ao duque de Guize e ao irmão do duque de Guize ; foi levado por essa humanidade ; mas eu vos digo que se este principio vigorar entre nós, ai do Brasil ! E ousa o nobre ministro de estrangeiros propalar semelhante doutrina nesta casa ? ! Ousa dizer que esta violencia que se faz a esses cidadãos, arrancando-os de suas casas, deixando-os sem os seus bens e sem as suas roças, não fere a constituição do estado ? ! Ousa dizer isto o nobre ministro, que naquelle lugar (*apontando para o estrado onde está collocada a*

mesa dos Srs. presidentes e secretarios,) de joelhos, ainda não ha muitos dias, jurou na qualidade de senador do imperio observar e fazer observar fielmente a constituição e as leis do estado ? E' assim que se respeita a santidade desse juramento ? !.. Eu não posso deixar de lembrar o dito daquelle tyranno que dizia : — Os juramentos são para os povos um meio de os embalar como os bonecos são para as crianças.

Arranca-se o cidadão contra a sua vontade de um lugar para outro ; tira-se-lhe da sua propriedade, e diz-se : — Isto não é contra a constituição ! ! — Pergunto eu, quem fica cuidando dos bens desses cidadãos ? A quem ficam elles entregues ? Não soffrerão elles muitas perdas ? Quem está no Rio de Janeiro, senhores, não sabe avaliar as desgraças dos povos. Eis-aqui, Sr. presidente, eis-aqui porque nos achamos no estado em que estamos. Esses miseraveis, moradores nas matas, lendo o discurso do Sr. ministro, em que diz : — isto não é nada, é apenas uma mudança de uma para outra parte — que idéa farão das garantias que a constituição lhes dá ?... E' assim que somos constitucionaes ? E' obrando por esta maneira que quereis restabelecer a paz no imperio ? Pergunto ao Sr. ministro : o que houve em Pernambuco foi uma rebelião, ou não ? Desejo uma resposta.

O SR. PAULINO (ministro dos estrangeiros) faz signal affirmativo.

O SR. COSTA FERREIRA : — Então porque os nobres ministros não mandáram suspender as ga-

tantias ali ? Que novas nos dão os Srs. ministros da liberdade da imprensa em Pernambuco ? Não se atirarão balas nessa provincia sobre quem andava entregando periodicos ? Não se mandou calar as folhas publicas ? Não se quebrarão typographias ?... Fazeis bem : já um vosso collega consentio que se praticasse o mesmo aqui na côrte sendo entao chefe de policia, não admira portanto que em Pernambuco se fizesse o mesmo ; é consequencia necessaria. E' assim que se cumpre o sagrado juramento de executar, e de fazer executar fielmente a constituição ? ou serão os Srs. ministros como esse tyranno que dizia— o que os meus labios pronuncião, o meu coração despreza ! — Se assim não é, porque não se observa a constituição ? Que repugnancia é esta ? Se Pernambuco está em rebelião, suspenda-se ali algumas das garantias dos cidadãos, como permite a mesma constituição ; se são necesarios meios para acabar com a anarchia, venhão esses meios ; e se os meios legaes não prestão para cousa alguma, nem a constituição serve para nada, então devemos aconselhar a nação que proclame o absolutismo, visto que a constituição não offerece meios para fazer a felicidade do povo.

Eu comparo, senhores, a nossa constituição, segundo vós a executais, com essas ratoeiras ferreas usadas em certos paizes, onde todavia não é licito arma-las sem que tenham ao lado uma bandeira, um signal que advirta para que se caia nellas ; entre nós porém está armada a ratoeira, mas sem bandeira para signal, de maneira que um homem in-

nocente, pensando que vai trilhando caminho seguro, cahe na armadilha, é preso, é agarrado e morto. E' como se pôde comparar uma constituição que não é observada; dessa maneira não faz se não males ao paiz e ao monarcha. Note-se que nesses paizes onde ainda hoje reina a anarchia, um delirio, assim está acontecendo porque as suas constituições não são observadas.

Deixemo-nos de palavras, senhores; em Pernambuco agarrão-se muitos homens, velhos; meninos, com isenções legaes, são recrutados a torto e direito; e se se pergunta — porque? não se sabe dizer. A liberdade de imprensa desappareceu ali: destes factos todos nós temos conhecimento. Se ha em Pernambuco homens que concitam á desordem, sejam processados, proceda-se como a lei manda. Nós não devemos pactuar com a anarchia, por muitas vezes o tenho dito; mas castigar um homem que quebranta a lei, quebrantando-a tambem as autoridades publicas; e ficando estas não só impunes, como até muitas vezes elogiadas, entretanto que são tão criminosos como os outros criminosos é sem duvida um exemplo terrivel. Não acha V. Ex., Sr. presidente, que é uma lição de moral que esses homens que estão em torno dos chefes da rebelliao, e a quem se promette um premio para os matar, desprezem esse premio, julguem indigao atirarem em seus chefes? Não é isto uma lição de moralidade a quem concita essas mortes? Quando Henrique III mandou apunhalar o duque de Guizo, o homem a quem elle chamou para isso res-

pondeu-lhe : « Sou amigo de V. M., porém sou soldado, e não assassino ; dispense-me pois V. M. deste serviço. » São estes principios de honra que devemos infundir nos nossos patricios ; só assim é que podemos ser felizes, do contrario se poderá dizer — é de humanidade publica matar-se a fulano e a sicrano — e entao ai do Brazil !



TERCEIRO DISCURSO
DO EXM. SR. COSTA FERREIRA.

Parece que o exordio do nobre ministro, referindo-se a palavras indignas, é relativo a um nosso collega que, fallando nessa casa sobre a demissão de um filho de outro nosso collega, exclamou : — que infame governo ! — Parece que essas palavras indignas dizem respeito a um nobre senador, que, quando se tratava do regente, quando se tratava do governo de outr'ora, dizia—esse governo demonio. — Creio que o exordio do nobre ministro cabe muito bem a esses nobres senadores.

Já que me levantei, Sr. presidente, alguma coisa devo dizer sobre as emendas do nobre senador o Sr. Alves Branco. Não sei se o nobre senador engeitou as suas emendas....

O SR. ALVES BRANCO : — Não, senhor.

O SR. COSTA FERREIRA : — Como hontem lhe ouvi dizer que as entregava ao senado, julguei que as abandonava, imitando o exemplo dessas mulheres que, deslembadas, quando mãi, de que a natureza lhes deu dous globos nevados para alimentar a prole, a abandonão. Verdade é que a mãi que leva seu filho á roda é castigada pela natureza e pela opinião publica ; pela natureza, porque dahi provém males á propria mãi ; pela opinião publica, porque ninguem pódo julgar honesto que uma

mulher, por mais miseravel que seja, entregue seu filho á roda dos engeitados. Mas, enfim, nada acrescentarei a este respeito, porque o nobre senador não engeita as suas emendas.

Ha entre estas emendas uma com a qual não me posso conformar; é aquella que nega forças ao governo, ou a força de que o governo diz necessitar. Guia-me este voto a declaração que fez o Sr. ministro da marinha na camara dos deputados. Verdade é que não sei como S. Ex. não acompanhou logo as palavras que naquella camara pronunciou com uma declaração de guerra á Inglaterra, a meu ver, ou S. Ex. devia conservar-se em silencio, ou a dizer alguma cousa, não usar das phrases de que se servio — Não ha duvida (disse o Sr. ministro da marinha,) que de maneira irregular e violenta está procedendo o governo inglez contra a soberania das nações, contra o direito que todas ellas tem de manter illesa a sua dignidade. — Se é este o nosso estado, como confessa o Sr. ministro da marinha, não devemos completar as nossas forças? Acha o Sr. ministro da fazenda (*voltando-se para o Sr. Torres*) que foi airoso avançar o seu collega esta proposição na camara dos deputados, e não declarar logo a guerra á Inglaterra?... Mas V. Ex. remette-se ao silencio; parece que se quer seguir o systema de outr'ora — silencio e votos.

Senhores, direi francamente algumas idéas que tenho.

Julgo que quando se trata com qualquer nação poderosa ou não, é necessario observar certas for-

mulas. Cumpre advertir que o trafico de africanos tem-se feito e se faz entre nós ; continua-se a introduzir dessa gente que o nobre senador dizia que erão nossos mestres em moral, que o Brasil não podia deixar de ser povoado por ella. Desgraçadamente vejo luzir insignias nos peitos de homens que praticão publicamente este negocio ilicito, que fazem que uma nação soberba nos mande insultar nas nossas praias. Parece que a Inglaterra nos quer tratar da mesma maneira que alguns potentados do interior costumão tratar aos homens pobres ; não se embaraço com cousa alguma, não tratão de cumprir o que promettem ; e ai daquelle que lhes resiste !

Poderia dizer alguma cousa a este respeito, poderia aqui apresentar algumas verdades duras ; mas tenho muito medo que o Sr. ministro da fazenda venha depois dizer que uso de palavras indignas de se pronunciar nesta casa, que concito uma nação poderosa insultando-a aqui. A Inglaterra não tem declarado guerra ao Brasil, nao por medo de nossas armas, e sim com medo de perder os seus armazens, de perder os seus fardos.... Mas já estou com medo de fallar desta maneira do governo inglez : tenho medo de fallar desse governo, tambem do governo francez, e até do governo da China ; porque pôde qualquer desses governos apresentar uma nota pedindo satisfação do que disse o senador fulano ; pôde-se dar a meu respeito aquillo que se deu a respeito de certas palavras pronunciadas na camara dos deputados, e pelo que

se deu satisfação a certo dictador. Parece porém que as cousas não terião chegado ao ponto em que estão, em relação á Inglaterra, se por ventura as nossas leis não fossem illudidas, se não se tivesse deixado apparecer publicamente um trafico que pôde trazer senão desgraças ao Brasil. Conheço que quem pôde pôr termo a esse cancro, que tanto mal nos faz, somos nós, e não o estrangeiro ; e quando o estrangeiro nos quizesse insultar, era para este caso que supponho que apparecerião até os homens de 50 annos que forão agarrados em Pernambuco e mandados para o Sul. Neste caso estou que todos pegarião em armas. Darei portanto a força que o governo entender ser necessaria para salvar a dignidade nacional, e por isso não votarei por essa emenda do nobre senador.

Muito já se tem dito sobre os negocios de Pernambuco ; observarei comtudo que não basta dizer que se praticão taes e taes actos sob a responsabilidade de quem os faz. Pôde o Sr. ministro dizer — debaixo de minha responsabilidade é necessario que se agarre no senador Costa Ferreira, e vá para a ilha de Fernando dar um passeio ? — Pôde o Sr. ministro, debaixo sempre da sua responsabilidade dizer — não vá para a ilha de Fernando ; vá para a ilha dos Ratos, vá ser collocado nesses penedos escavados, vá soffrer essa tortura ? — Ora, isso não pôde ter lugar ! Tenho dito muitas vezes que uma só medida nos pôde salvar, e esta medida não é outra se não a exacta observancia da constituição, que não seja ella falseada, porque então antes o

despotismo, visto que com o despotismo ninguém se engana; todos sabem quem é o senhor. Se eu estivesse persuadido que só o despotismo nos podia dar alguma quietação, diria: — Vamos para elle, vamos de novo experimenta-lo; — mas como entendendo que ha um meio de aquietar o paiz, que é a fiel observancia da constituição, não vou para ali.

Ora, pergunto aos nobres senadores..., mas de que serve perguntar, se a resposta é—não sei?

Já uma vez eu disse: — o ministro que não sabe aquillo que todos sabem, que não ouve aquillo que todos ouvem, vá para a escola dos surdos-mudos; — apesar de que a melhor escola, a melhor junta de medicos não pôde dar vista a quem não quer ver, não pôde dar ouvidos a quem não quer ouvir.

Desde quando soubestes que era necessario uma suspensão de garantias para Pernambuco? Desde quando julgastes que cumpria lançar mão de medidas extraordinarias, que a mesma constituição permite? Porque não usastes dessas medidas que a constituição consigna? Porque não batestes os desordeiros com os meios legaes? Para que essa ostentação cynica do despotismo? Para que dizer: — eu podia caminhar por meio da lei, podia pedir uma suspensão de garantias; mas deixemos-nos disso, fique a cidade em sitio, fiquem os periodicos em sitio, prenda-se a quem entrega periodicos, fique a imprensa suspensa? — Responda o Sr. senador, não foi isto assim? E fallando eu por este modo, quero apadrinhar desordeiros? Quem apadrinha desordeiros são aquelles que usao de meios

contrarios á constituição. Não se quer que as cousas marchem como devem ser. Nós vimos nos officios do Sr. ministro da marinha, quando presidente de Pernambuco, que o que lá havia não era nada, era um pequeno partido que nada valia ; entretanto no dia 2 de fevereiro, de repente o que era pequena desordem metteu susto a todos. Aqui está porque não creio em certas palavras, aqui está porque algumas cousas que digo arranhão os ouvidos dos nobres ministros. No meu modo de pensar não sei o que seja o homem que diz uma coisa agora e outra depois. Ou esse presidente era muito ignorante, ou não fazia caso das leis ; porque dizer que havia uma pequena desordem, não pedir meios para rebatê-la, e depois repentinamente dizer : — ha uma rebelião — e lançar mão de todas as medidas anti-constitucionaes, medidas que podião ser realisadas pela mesma constituição, é mostrar desprezo cynico pela mesma constituição.

Que nome deve ter um homem que falla desta maneira ? Falto por ventura á dignidade do senado exprimindo-me deste modo ? E' isto um palacio de aulicos ? Usaremos da linguagem dos corteções de certo imperante, que a tudo quanto este pretendia respondião : — Se é possível, está feito ; se não é possível, far-se-ha ? — Quereis que aqui se use desta linguagem ? E' ella propria do senado ? Merecia eu as censuras do nobre ministro portando-me como me portei na sessao passada, dando o dito por nao dito, quando o nobre ministro negou que fosse do seu collega a carta escripta a Vicente de

Paula? Eu podia replicar que o que me faria acreditar nessa carta era estar ella reconhecida judicialmente, mas nada disse. Ouço dizer que esse homem que ainda não foi amnistiado, como diz o Sr. Lopes Gama, pedira 20:000 \$ de rs. ao Sr. Honório pelos serviços que tinha feito. Eu desejava também saber se isto é exacto, porque, se com effeito elle fez esses serviços, e lhe promettêrão paga, pague-se-lhe.

Senhores, eu não quero desordens, mas também não quero que sejam combatidas, tornando-se os combatentes criminosos; é uma condição muito triste. Conheço que ás vezes uso de expressões que talvez não sôem bem porque digo verdades; mas se o que digo não é exacto, porque não sou esclarecido? Calão-se, e quem cala concente.

Apezar de tudo, não acompanharei o nobre senador em negar forças ao governo. Não sigo o systema de negar pão e agua, como usava o nobre senador, que queria que se negasse pão e agua ao governo demonio, como elle o chamava. Já disse, não nego ao governo a força de que precisa, mas fique certo o nobre ministro que não é por meios violentos que ha de acabar com a anarchia; os nossos vizinhos nos tem mostrado que com taes meios nada mais tem feito do que acostumar os homens a derramar sangue; o partido que sóbe não perdôa ao vencido, julga que tudo fica em socego; mas passados quinze dias, nova revolução rebenta.

Já aponteí exemplos de quanto póde uma amnis-

tia dada de boa fé e com franqueza. Trouxe o facto de Henrique IV perdoando o duque de Guise, e o effeito que produziu esse acto para a submissão de Marselha. Sinto que se queira continuar com medidas, em minha opinião falsas, para pacificar o paiz ; sinto que se obrigue a pobres homens que vivem nas matas a abandonar os seus domicilios. Quem tem andado pelas provincias sabe como vivem esses homens ; elles tem pequenas roças que precisão vigiar continuamente, tem animaes domesticos que carecem de seus cuidados : arrancados de seus domicilios perdem tudo. E porque se tira assim a propriedade a esses homens ? Se são tão miseraveis, como dizeis, que receio podião causar ? Que sustento podião dar ás forças rebeldes ?

Mas, dizeis vós : — podião ser illudidos. Ora, senhores, é isto argumento que se apresente nesta casa ? Póde o nobre ministro, versado na sciencia de Euclides, assim discorrer ? Póde um estadista que, no meu entender, é a flor dos saquaremas, lançar mão de semelhante argumento ? Sr. ministro, tenha compaixão desses miseraveis ; lembre-se que a constituição não diz que a propriedade é sagrada só para quem mora em palacios : ella respeita igualmente a os que morão nas choupanas. E' por esse respeito á propriedade que os Ingleses amão a sua patria : póde um lord inglez dar lantares, possuir mil cavallos, gastar o seu dinheiro como bem lhe aprouver ; porém não póde fazer o que se fez em Pernambuco a esses pobres matutos : por mais elevado que seja o *lord*, não

pôde tratar ao mais humilde cidadão inglez como forão tratados esses pobres homens de Pernambuco.

Ouvi ao nobre ministro fazer um pomposo elogio ao Sr. Honório. Concedo que seja esse senhor um Salomão, um rei David, que possuia o coração do Senhor ; mas não nos esqueçamos que, quando esse rei roubou a mulher de um seu official, todo o mundo sabe que foi castigado severamente pelo Senhor ; que muito pois era que o nosso collega o Sr. Honório se desviasse da senda que devêra trilhar ? E se as medidas que elle tomou forão arbitrias, que providencias tem dado os nobres ministros para que o arbitrio não continue ? Era isto o que os nobres ministros nos deverião fazer saber, e não vir lóra da sessão com elogios pomposos a este ou áquelle.

O nobre ministro fez o elogio dos moradores dos arredores do Rio de Janeiro ; estes são civilizados, muito honrados ; mas os outros são barbaros, tem casas de pindóba, choupanas cobertas de palha, não merece a pena que se olhe para elles, tira-se-lhes a propriedade ! E' desgraçada semelhante argumentação.

Sr. presidente, nada mais direi ; apenas observarei que acho mal collocado este post-scriptum que vem na resposta ; supponho que seria melhor que tirassemos esse topico desta peça, que mandassemos uma deputação numerosa significar a Sua Magestade a dôr que o senado sente pela perda do Principe Imperial, mostrar que o mesmo golpe

que ferio o coração do pai ferio o coração de todos os Brasileiros. Seria isto mais airoso. Não cha o Sr. Vasconcellos que eu tenho razão nisto ?

O SR. VASCONCELLOS : — Na secretaria disserão-me que era isto conforme os estilos.

O SR. COSTA FERREIRA : — Será assim, mas julgava que o que lembro é mais conveniente.



SEGUNDO DISCURSO

DO EXM. SR. ALVES BRANCO.

Sr. presidente, offereci as minhas emendas com algum desenvolvimento; foi-me necessario sustenta-las, e não era minha intenção fallar mais a respeito; entretanto, como o nobre senador propoz-se hoje a combate-las, procurarei fazer algumas reflexões a ver se respondo as objecções que apresentou o nobre senador.

Desejava, Sr. presidente. agradecer nesta occasião ao nobre senador as palavras obsequiosas com que me honrou; mas sinto não poder faze-lo porque o nobre senador mesmo destruiu toda a gratidão de meu coração lançando-me o estigma de perfido. Entendo que esta palavra escapou ao nobre senador, pois sei que não é costumado a usar de expressões odiosas a respeito de ninguem, menos de seus collegas, e de mim que lhe devo muito respeito e consideração, e que lhe retribuo na mesma especie. . . .

SR. RODRIGUES TORRES (ministro da fazenda): — Se me escapou, não foi dirigida ao nobre senador; fique certo disto.

O SR. ALVES BRANCO: — Então não continuarei.

Já hontem disse qual tinha sido a origem principal das minhas emendas. Esta origem vem do

programma que apresentou a administração de 29 de setembro quando subiu ao poder, e que nos foi aqui explicado pelo nobre senador o Sr. visconde de Olinda — *sustentação ou execução plena da constituição e das leis*—, *moderação ou tolerância*. — Este programma, cumprido como depois vi praticar, levou-me a escrever as emendas que apresentei. Se não tivesse de tal modo contrariado o programma, como me parece que fui, de certo eu não seria tão explicito nessas emendas. Contrariou-se esse programma de maneira tal que cheguei a me persuadir que o nobre senador que o apresentára, e a quem muito respeito, tinha usado nessa occasião de um estratagemma para com a opposição, estratagemma que é ordinariamente empregado, mas que não cabe bem á sisedez e circumspecção do nobre senador. Persuadi-me que não era a fiel execução da constituição e das leis o que a administração tinha em vistas mas sim a eleição de dous senadores por Pernambuco. Eis-aqui de que cheguei a persuadir-me, vendo o modo por que o programma ministerial foi sendo executado.

Não quero entrar nesta discussão, que é vasta; deixa-la-hei de parte; tratarei sómente de responder as observações do nobre senador.

Disse o nobre senador que eu e outros meus nobre-collegas, que fallarao sobre esta materia, não justificamos com factos as accusações violentas que fizemos á administração. Não sei que accusações violentas fizemos á administração; apenas

repetimos aquillo que está nas folhas publicas, nas folhas até do proprio governo; fizemos algumas reflexões, mas não fizemos accusações. Não procurei lançar o estigma a ninguem quando apresentei a simples historia do que se tinha praticado e se está praticando no imperio; não usei de palavras que fossem odiosas nem mesmo ás pessoas que tem praticado certos actos. A expressao mais forte que se encontra nas minhas emendas é que esses actos podem manchar a historia do Brasil; mas não personaliso; fallo dos actos, e sobre elles é que baseio censuras. Não pude achar outra qualificação para esses actos; digo que elles podem deshonnar a historia, e não accuso pessoa alguma.

Mas se tivéssemos feito violentas accusações, ellas podião ser justificadas a vista dos factos que apresentamos. Em verdade, desde que temos governo representativo nunca vi praticar actos semelhantes. Eu e meus amigos fomos sempre accusados, e de uma maneira atroz, por cousas muito insignificantes; entretanto hoje vemos factos que nunca vimos praticados nem antes nem na occasião em que servimos; e esses factos justificavão algumas accusações que se podessem fazer. Póde-se dizer que as circumstancias desculpão certos factos mas dizer que elles não são odiosos é o que se não póde avançar.

« As emendas são proprias de uma pessoa que não tivesse assento no senado, de um moço que não tivesse servido na administração. » Eu

julgo que as emendas que offereci assentão em razão, e em lei; são tão próprias de um moço sendo como de um velho que deseja cumprir seus deveres.

Fallou o nobre senador a respeito do decreto que concedeu amnistia; disse que as minhas asserções ácerca d'elle não erão baseadas em justiça, porque, dizendo eu que o decreto tinha em vista, segundo as instrucções que o acompanharão, salvar innocentes, ou pessoas illudidas que estivessem entre os revoltosos, passou a ser illusorio; e a razão é que essas pessoas estavam livres de serem processadas, porque as leis não as punem. Entende o nobre senador que isto não é assim; mas eu que me lembro das phrases do codigo penal, continuo que para illudidos, para homens que entrassem nesse movimento sem conhecimento de que ião fazer mal, não havia necessidade da amnistia. É verdade que o nobre senador disse que os chefes forão amnistiados. Conheço isto; mas tambem tornei a ler as instrucções para mostrar que a maneira porque isto foi feito dava a entender que se excluia esses homens.

O SR. VASCONCELLOS: — Os chefes não podião estar illudidos!

O SR. ALVES BRANCO: — Sem duvida que podião; mas então não havia necessidade de fazer distincção. Se os chefes estavam illudidos, para que esta distincção? Bastava o decreto. Tem-se muitas vezes dado amnistias em principios de desordem; mas creio que nenhuma foi acompa-

nhada de instruções da maneira por que esta o foi. Temos o exemplo do Rio Grande do Sul; no decreto da amnistia havia a mesma phrase — para aquelles que se sujeitarem ao governo legal. — Estavão os presidentes e os chefes do exercito da legalidade autorizados para dar amnistia, para fazer applicação do decreto; mas nem no decreto nem nas instruções existia essa distincção que se dá agora. Fiz reparo nessas instruções; tratei do mal que podia fazer a distincção que nellas se estabelece; porque já disse hontem que ainda quando se possa tambem entender que os chefes estão comprehendidos, comtudo podião estas instruções enganar, illudir a quem as lesse; podia parecer que a amnistia dirigia-se simplesmente aos illudidos e não a todos. Eis-aqui o que censurei.

O nobre senador a quem respondo disse que eu parecia estar persuadido que, se se tivesse publicado o decreto antes do dia 2 de fevereiro, talvez os rebeldes se tivessem apresentado, tornando-se tao bons cidadãos como qualquer de nós. Disse mais o nobre senador que eu entendia que a primeira cousa a fazer, dando-se uma rebelliao, era um decreto de amnistia. Sr. presidente, eu censurei o governo por não ter publicado logo a amnistia nesta côrte, ou logo que o decreto chegou a Pernambuco. A razão em que me fundei foi que as instruções dizem que o decreto tinha por fim salvar illudidos. Ora, se este era o fim do decreto, qual era a oportunidade da publicação? Creio que salta aos olhos immediatamente. Se quereis salvar

illudidos, se entendeis que com a amnistia é possível salva-los, dai-lhes conhecimento do decreto em que mandais amnistia-los, para que se possam aproveitar d'esse acto ; mas se occultais a amnistia, não podeis dizer que quereis salvar a ninguem da revolta, porque ninguem se poderá aproveitar de um favor que desconhece. A oportunidade da publicação do decreto estava incluída nas expressões das instrucções ; entretanto o decreto aqui não foi logo publicado ; só o foi, segundo dizem, em março na secretaria da justiça, e em Pernambuco parece que em junho. Daqui se vê que ou não havia esse fim de salvar os illudidos, ou então o governo procedia de uma maneira inteiramente contradictoria ao que desejava.

Não digo que os rebeldes se terião apresentado se fosse publicado o decreto aqui na côrte immediatamente ; mas era muito provavel que se apresentassem em grande numero, que se conseguisse alguma cousa do fim para que foi feito esse decreto ou as instrucções que o acompanhárão. Isto era muito provavel ; tanto assim que tem sido nossa pratica constante publicar-se o decreto de amnistia para a rebelião em flagrante. Eu disse hontem que isto estava nos costumes, no senso politico de todas as nações, que de ordinario, nos crimes collectivos, sempre abrião uma porta de salvação a todos os illudidos, ou aos homens que por um acaso estivessem no meio dos revoltosos ou tivessem sido forçados a segui-los. Este costume até está em lei, pois sabemos que na Inglaterra, antes de se fazer

fogo a um tumulto, intima-se aos tumultuarios para que se retirem, afim de evitar que a força militar obre contra illudidos ou contra homens que por acaso estejam reunidos naquelles grupos. Isto é do senso geral ; a sociedade não quer sacrificar innocentes, não quer fazer maior repressão do que aquella que é indispensavel ; por isso dá occasiao a que os homens que não são realmente culpados se possam retirar. Foi por isso que julguei essencial essa publicação ; muito mais quando o proprio decreto e as instrucções tambem o reconhecerão.

Não disse nunca que a primeira cousa a fazer em uma rebelião era um decreto de amnistia ; mas devo declarar ao nobre senador que um decreto de amnistia ; para aquelles que se retirarem, para os illudidos, eu o julgo essencial. A amnistia pôde ser ou condicional ou absoluta. Absoluta não pôde ser no estado de flagrancia de uma rebelião ; mas condicional, para aquelles que se retirarem, essa julgo eu necessaria. Parece isto negocio incontestavel á vista dos exemplos das outras nações á vista da boa razão e do bom senso universal. Sou de opinião que, immediatamente que haja um tumulto qualquer que tome um caracter grave, o governo do paiz deve lançar mão da força ; mas tambem deve prometter não fazer processar aquelles que se retirarem antes do governo usar das armas. Desde que se chegou ao ponto de ser indispensavel fazer uso da força militar, todas as mais medidas, que se julgão efficazes, pouco ou nada

valem. Por isso censurei a administração de Pernambuco, que, convencida que nada se podia conseguir sem o emprego da força, principiou a tomar medidas inteiramente improficuas, além de illegaes e despoticas.

O Sr. ministro que impugnou as minhas emendas julgou que isso seria um acoroçoamento ; mas é porque S. Ex. entendeu que eu queria que, immediatamente que apparecesse uma rebelliao, fossem todos os rebeldes perdoados sem distincção, sem condição alguma. Semelhante cousa nunca eu disse, nem pratiquei, nem era possivel que tal fizesse. Uma amnistia publicada, como disse, no principio da rebelliao, e acompanhada da força necessaria para combater os rebeldes, bem longe de ser um acoroçoamento do crime, é pelo contrario um meio de enfraquecer a rebelliao.

E' isto corrente entre todos os criminalistas que tratão desta materia ; e as leis tanto reconhecem isto, que a nossa propria legislação criminal, para fazer desaparecer a mór parte das forças da rebelliao ou sedição, declara que sòmente os cabeças serão punidos. Que fim tiverão os legisladores com esta disposição, senão desfazer a força das rebeliões ou sedições ; se não fazer com que muitos, depois de terem tido um engano momentaneo, sahisses desses grupos perigosos que se levantão contra a associação ? A maneira por que hoje se está entendendo esta legislação é que julgo muito perigosa. Entende-se hoje por cabeças de rebelliao ou sedição uma série immensa de pessoas ; por

exemplo, ainda hontem o Sr. ministro dos negocios estrangeiros disse que em Pernambuco se tinham annistiado quatrocentas cabeças...

O SR. PAULINO (ministro dos negocios estrangeiros) : — Não fallei em cabeças.

O SR. ALVES BRANCO: — Se não erão cabeças, não erão puniveis; para que annistia-los?

O nobre senador trouxe, para a sua asserção em resposta ao que eu havia dito, os factos que tinham acontecido em Pernambuco no tempo da administração do Sr. Penna, e creio que do Sr. ministro da marinha. Não posso deixar de observar que então só havia a promessa de um presidente, sem assignatura imperial, o que talvez não podesse levar a confiança, mormente no principio da revolta, quando os animos estão mais fogaes. O que o Sr. ministro trouxe não pôde servir de analogia a respeito de um decreto com a assignatura imperial, que pôdia disfarçar bastantes forças. Não digo que extinguisse a rebelliao; mas o aviso do Sr. Penna ou do Sr. Tosta não podia ter a mesma força que um decreto imperial. Muitas vezes, quando os partidos estão exacerbados, os contumazes podem não servir-se do decreto; mas nem por isso deve o governo deixar de apresentalo, porque, ainda quando só se poupe uma vida, deve-se abrir a porta aos arrependidos.

Assim, os factos que apresentou o nobre senador não podem desculpar a demora na publicação do decreto, já aqui já em Pernambuco. Censuro simplesmente o querer-se uma cousa e obrar-se

de maneira incapaz de conseguir esse fim. Queria-se salvar innocentes por meio da amnistia, mas queria-se que elles se salvassem sem conhecimento do decreto que lhes concedia essa amnistia!

Fallou tambem o Sr. ministro a respeito da deliberação que estabelece diversos grãos de complicitade, que manda aos moradores das mattas que se retirem, sob pena de ficarem considerados rebeldes; e a final da que offerece 8:000\$ rs a quem prendesse, e 4:000\$ a quem matasse em resistencia aos chefes da revolta. Estranhou muito o Sr. ministro que eu, nessas ordens, achasse justificação para as palavras um pouco fortes de que usei no final da minha emenda. Sr. presidente, não posso concordar com o nobre senador na maneira por que encara essas ordens do presidente de Pernambuco. Não quero fazer uma analyse miúda, nem agora me occuparei disto, nem posso; mas devo dizer ao senado que examinei e comparei o codigo penal com as disposições apresentadas na ordem da presidencia de Pernambuco, e achei essa ordem inteiramente fóra das attribuições da autoridade. Ainda quando se quizesse sustenta-la pela faculdade que a autoridade tem de estabelecer decretos e regulamentos para a boa execução das leis, nem isso mesmo era admissivel, porque essa autoridade não tem um character de ministro de estado, a quem se deixa a faculdade de fazer regulamentos para a boa execução das leis geraes; essa autoridade só podia fazer regulamentos a

respeito da execução das leis provinciaes de Pernambuco. Convinha que pedisse ao governo geral que fizesse um decreto naquelle sentido, ou no sentido que fosse mais proprio para occorrer as necessidades que então tinha a provincia de Pernambuco....

O SR. VASCONCELLOS: — Se o chefe de policia podia fazer.....

O SR. ALVES BRANCO: — Não creio que o podesse fazer. O chefe de policia pôde fazer pequenas instrucções, instrucções que estão prevenidas em leis ou regulamentos geraes. Se vamos assim, então atójos delegados e subdelegados é dado o que podem fazer os ministros de estado. De facto estamos nesta confusão ! Se o chefe de policia podia fazer, quanto mais o presidente ! E' o que nego a V. Ex. O chefe de policia pôde fazer alguma cousa ; por exemplo, determinar a maneira de arrumar os carros e carruagens n'uma funcção publica ; mas é isto negocio insignificante, policial ; fazer porém disposições geraes a respeito do codigo penal, como se faz em Pernambuco, perdõe V. Ex., não dou semelhante faculdade nem ao presidente, quanto mais ao chefe de policia ; esta autoridade só reconheço nos ministros.

Mas, ainda quando tivesse o presidente de Pernambuco a faculdade de fazer regulamentos relativamente às leis geraes, digo que o regulamento que ali se fez é contra a lei, é ampliativo da lei ; porque o codigo não estabelece os grãos de complicitade que se estabelecem nessa deliberação do presidente de

Pernambuco. Examinei muito miudamente este negocio, conheci que essa ordem era decididamente contraria ao nosso codigo penal.

E' verdade que os nobres senadores mudão o estado da questão ; em lugar de crime politico, dão-lhe a natureza de outro crime. Ora, senhores, não fallei nesta mystificação, por me parecer negocio que podia aggravar ao nosso collega, que na vespera reconheceu que era crime politico ; mesmo creio que a falla do throno assim o reconhece.

Fallou-se tambem na disposição que manda retirar das matas aquelles que lá habitassem. Não sei se lá habitão só pobres, que tem pequenas casas, ou se ha tambem propriedades consideraveis. Pelo que tenho ouvido dizer, nas matas e suas immedições ha propriedades consideraveis. Eu lá não fui, não sou de Pernambuco, não sei o que ha por lá ; mas consta-me que ha propriedades consideraveis. Não se pôde dizer portanto, como disse o nobre senador, que só ha homens que reforção a revolta : nao, senhores, são homens que cuidão no que é seu ; e por isso mesmo que ha revolta, assentao que devem estar em suas propriedades, defendendo-as, como aconteceu no Rio Grande do Sul.

Na campanha do Rio Grande muitas familias que não erão, que nunca forão rebeldes, conservárão-se sempre nas suas fazendas ; muitas vezes davão agasalho a rebeldes ; mas nem por isso nunca o governo tratou de impôr-lhes o dever de retirarem-se da campanha, ou de se apresentarem aos generaes para lhes marcar o lugar onde deviao estar. Isto

não se tem feito até agora. O que nenhum homem que tem governado o Brasil tem julgado útil e legal nos tempos anteriores, hoje julga-se legal?

O SR. RODRIGUES TERRES : — Fez-se em 1834.

O SR. ALVES BRANCO : — Que gente seria mandada para Fernando em 1834? Alguns soldados que fizerao desordem na capital de Pernambuco. Mas, quando mesmo fossem outros cidadãos, era mister, para que houvesse analogia com o caso de que trato, que o nobre senador mostrasse que esta medida era legal, que o governo geral já tinha approvedo, porque podia acontecer que o presidente, movido pela necessidade forte do momento, mandasse para ali alguns cidadãos; mas que o governo central não approvasse semelhante procedimento, e assim immediatamente fossem elles recolhidos a seus lares; e isto então não tem analogia com o caso actual. O caso actual é mandar o presidente, e o governo approvar, dizer que tem toda a razão para o fazer. E' isto o que censuro.

Diz-se que não houve deportação, que houve transferencia de uma prisão para outra; das prisões da capital para as prisões de Fernando. Isto realmente é uma medida extraordinaria; houve real deportação, chamem-lhe transferencia ou como quizerem. Eu não pude ainda examinar quaes erão os fundamentos por que se considerou Fernando um presidio de degradados. Se o presidente de Pernambuco entendesse que alguns homens comprometidos na revolta erão perigosos na cidade, po-

deria manda-los para outra parte que não fosse um presidio de degradados ; para um navio ou fortaleza onde podião estar, como disse hontem, hermeticamente fechados, sem comunicação alguma com o mundo, onde pôde-se dizer que estariam em prisão solitaria, ao menos alguns ; e o nobre senador sabe que uma prisão solitaria é hoje reprovada pelo senso de todos os criminalistas.

Não censuraria a deportação para outra provincia se fosse autorisada por um decreto imperial com suspensao das formalidades que garantem a liberdade individual ; porque a deportação está considerada como um acto do governo que cabe na suspensão das formalidades, como temos visto em algumas leis que tem feito a assembléa geral. Não censuraria pois se visse um decreto suspendendo as garantias ; mas consurei, porque não havia esse decreto, e muito mais porque tal deportação é de character inteiramente novo, e que em tudo se confunde com degredo.

Depois, estava o governo tão falto de pessoas de confiança em Pernambuco, que não podia guardar em fortalezas ou a bordo das embarcações de guerra esses criminosos que estavam em processo sob a acção dos tribunaes ? Creio que desgraçado seria o governo que não tivesse gente de confiança capaz de impedir que os presos tratassem com as pessoas que ainda resistião , as animassem, mandassem-lhes meios para continuarem a conflagrar o interior da provincia. O governo não podia estar destituido dessa gente de confiança, e entao em qual-

quer fortaleza ou em qualquer embarcação de guerra poderia ter os presos.

O nobre senador perguntou onde estava a lei que manda que os réos estejam em cadêa certa. Isto está nas leis da boa razão, porque não sei que haja lei alguma que diga que os presos andem de Herodes para Pilatos, de uma cadêa para outra. Não sei que seja isso de bom senso, de razão : basta que não haja lei que determine isso que se faz, para entender-se que se devia praticar o contrario, muito mais quando o contrario é que se pratica. Onde se commetteu o crime é preso o réo ; se acaso no lugar não ha cadêas, então é que por força indeclinavel os presos são mandados para a mais proxima, alim de estarem em segurança.

Creio que fiquei hontem nas observações que S. Ex. fez acerca da minha primeira emenda: estas observações recahião sobre as palavras — equivoco, moderação e clemencia — que S. Ex. traduzio por palavras cavilosas, entendendo que attribuia cavilação ou perfidia ao governo. Declaro que tal imputação ao governo nao esteve no meu pensamento. Dizer que uma medida de moderação tomou o character de equivoca em consequencia das circumstancias que acompanharão, nao é dizer que o governo quando lançou mão dessa medida obrou com perfidia ou cavilação: outros motivos, inteiramente isentos da má fé, podião ter concorrido para dar o character de equivoca moderação á medida que se tomou.

Sustentei esta qualificação dada á palavra —

moderação — com deus argumentos que repetirei com brevidade. Primeiramente, as instrucções que acompanharão o decreto tratarão, sem necessidade alguma, de fazer distincção entre os criminosos. Em segundo lugar, houve demora na publicação da amnistia.

Se havia, dizia eu, intenção real, ao menos na pessoa que deu as instrucções, de ser moderado e clemente, de salvar todos aquelles que se arrependessem, todos aquelles que largassem as armas e se apresentassem, então para que a distincção que se estabelece nas instrucções? então para que não se publicou logo o decreto? Estes factos imprimem, pelo menos, o character de equivoco á moderação, e clemencia que parece que se tinha em vista no decreto. Comtudo, não tive intenção de lançar sobre o governo o labéo de perfido ou caviloso; o equivoco vem das circumstancias que acompanharão o decreto. Creio que este equivoco está provado, porque não sei como se possa dizer que se tenha real intenção de salvar os arrependidos não se publicando o decreto em tempo, e não estranhando depois o presidente por deixar que elle tivesse publicação muito posterior.

Outra observação do nobre ministro recahiu sobre o final da minha emenda. Os factos em que fundei as palavras que nella empreguei já os apresentei a casa. Insisto outra vez em dizer que autorisao a redacção de que usei. Chamárão-se a estes factos medidas energicas, e eu lhes chamei medidas illegaes. Além das illegaes, são esses fac-

tos taes que excitão indignação, porque nem podem ser uteis. Não descubro utilidade nenhuma nelles, e a pratica isto mesmo tem demonstrado. Não comprehendo como o governo podesse obrar pelo principio de utilidade geral: o governo que obra por este principio, deve attender aquillo que o legislador dispôz. O governo poderá obrar conforme a utilidade publica naquillo em que tem alguma discripção, em que a lei lhe dá essa discripção; nesse caso elle deve exercer este direito segundo a sua opinião particular, mas no caso em que ha leis escriptas, leis positivas, a utilidade publica está em executa-las fielmente. Tudo que não é isto não se pôde chamar utilidade publica; não é só duvidosa, não existe: os poderes do estado que consultão esta utilidade a estabelecem nas leis, é obrar contra as leis e querer lançar a utilidade publica em principio de desordem, porque aquelles que querem fazer desordem tambem dizem que é a utilidade publica que os move. Descubro grande tendencia para justificar todas as causas pelo principio da utilidade publica; mas acho que assim vamos muito fora do caminho que devemos percorrer.

Não tenho lançado odiosidade sobre ninguem; apenas tenho exposto factos, não ponho cousa alguma de minha casa. Não empreguei uma expressão que não fosse autorisada pelos factos: entretanto diz-se que não tenho apresentado factos. Não sei pois o que querem dizer esses decretos, essas ordens que aqui se lêrão, que em verdade

apresentão disposições no meu entender, fóra de todo habito em que estamos de ver as determinações da autoridade.

Não quiz descer a miudesas a respeito desses actos, porque seria muito longo, e não desejo prolongar a discussão nem enfadar ao senado; mas qualquer pessoa que lance os olhos para uma dessas ordens e para o código penal, verá que essa ordem á uma infracção da lei, um direito novo, que não podia ser estabelecido pelo presidente da provincia. Além de que, é medida tao fóra dos usos das nações civilisadas que causou a maior estranheza. Fallo dessa ordem relativa aos premi s a quem matar em resistencia. Essa é a mais estranha possivel, ao menos aos nossos costumes, e creio que aos costumes de todas as nações civilisadas. Isto só bastava para que eu reputasse semelhante medida uma mancha na nossa historia.

Senhores, não desejo lançar o odioso sobre o nosso collega presidente de Pernambuco : conheço os seus merecimentos, sou o primeiro a render-lhe todos os elogios de que elle é merecedor; mas permitta-se-me dizer que os seus actos em Pernambuco não são a continuação de sua anterior carreira. Julguei que era de meu dever expor singelamente esses actos, sem agravar mais o sentimento que a sua leitura possa excitar no coração de todas as pessoas. Foi simplesmente o que fiz, como cumprimento de meu dever. O Sr. presidente de Pernambuco tambem faz a mesma cousa; tambem elle no cumprimento de

seus deveres não poupa os desvios de pessoa alguma.

Eu disse que de uma dessas ordens se conhecia que o Sr. presidente de Pernambuco revogára uma amnistia e deportára um individuo; sustenta-se que elle não revogára amnistia alguma. Já confessei que as palavras — revoga-se a amnistia — não estão na ordem, mas inferem-se claramente das premissas da mesma ordem. Para fundamentar a deportação não havia necessidade de trazer-se a memoria uma amnistia anterior; bastava simplesmente saber-se que o homem estava de novo implicado na desordem de Pernambuco para poder ser deportado, como entendia o Sr. presidente da provincia; mas não foi isto que se fez, todas as premissas são para revogar a amnistia. Foi esta a observação que fiz.

Não posso concordar com o nobre ministro na explicação que elle dá do preambulo dessa ordem: quem a ler verá que não havia necessidade alguma de lembrar o facto de já ter sido o mesmo individuo amnistiado; e quando mesmo isso fosse preciso, era possível fazer-se de maneira tal que não se podesse tomar como premissas de um raciocinio para concluir a revogação da amnistia.

Mas o objecto principal é a deportação para a ilha de Fernando. Esta ilha é um presidio militar; ali não regula a lei civil, mas a lei militar; ali ninguem vota, nem é votado; é um deposito de criminosos com alguns soldados para vigia-los, e nada mais. Houve pois real deportação, e deporta-

ção sem suspensão de garantias. Responde-se a isto que não houve senão transferencia de uma cadeia para outra, como se o presidio de Fernando fosse cadeia para onde se transferissem os presos do Recife, que lhe fica a 64 leguas; não fosse presidio onde se vai cumprir sentenças condemnatorias. Basta esta reflexão para se vêr que o acto é inteiramente estranho, fóra do costume que se tem seguido.

Nem basta dizer que em 1834 forão mandados para ali alguns desordeiros. Não estou informado do facto, não sei se forão paisanos, ou soldados revoltados que não estarião nas mesmas circunstancias das pessoas que para ali se mandarão agora, e que estavão debaixo de processo defendendo-se, e não podião ser tirados de seu foro. Não se poderá provar que havia absoluta impossibilidade de guardar esses presos de modo que não podessem ter communicação com a desordem do interior ou com os chefes dessa desordem, porque o presidente não podia estar tao destituído de gente de confiança a quem entregasse a guarda desses presos.

Disse o nobre ministro que não teria duvida de praticar um acto desta ordem, caso fosse julgado util pelo maior numero; e que não teria duvida de sacrificar uma pequena porção de homens a utilidade de uma porção maior. Já disse que o tal principio de utilidade não é proprio do poder executivo, nem o será nunca sem que este poder se torne inteiramente arbitrario. Não lamento

agora a sorte desses homens ; apenas trato de examinar o negocio pelo lado da lei; aqui nao sou movido por compaixão pelos réos. sou movido pelo interesse publico, pela guarda da lei. Tendo de cumprir uma lei contra algumas pessoas, ainda que isto trouxesse grandes soffrimentos, não teria duvida em cumpri-la; mas se não estivesse autorizado pela lei, seguramente não o faria, não por compaixão, mas porque entendia que era do meu dever não obrar segundo a minha opiniao. ainda que podesse justificar-me com a utilidade publica.

Aqui occorreu uma circumstancia que devo rectificar. S. Ex., a certo respeito, arguiu a minha memoria de desfallecida. Em verdade não tenho hoje grande memoria, e cada vez soffro mais della; mas perdõe S. Ex. que lhe diga que pôde muito bem ser que eu tivesse um lapso de memoria na occasião em que aqui se tratou da licença do Dr. Mendes da Cunha; mas nunca fiz applicação da lei de 1818, excluindo da carreira a magistrados que estavam servindo lugares. Occorrêrao nessa occasião duas questões, uma dellas foi se acaso o Sr. Souza Martins tinha tido destino ou não : eu disse que sim, que tinha sido removido para outro lugar, e hoje declaro que foi para Campos, lugar que não era de menor categoria, nem de menor ordenado que o que tinha na côrte. A outra questão foi a applicação do decreto de 1818 contra os magistrados que não ião em seis mezes servir o seu lugar. Como me pareceu que o governo firmava a

sua justificação nesse decreto, disse que tal decreto não podia justifica-lo, porque não podia existir hoje á vista da constituição, que exigia sentença para que os magistrados fossem privados de seus lugares. Accrescentei que antes o governo tivesse mandado á relação os respectivos papeis para ver o que ella decidia. Estou certo que não havia de decidir que um magistrado estava fóra da carreira; isto á vista do código penal, que indirectamente revogou a lei anterior; podia impor-lhe outra qualquer pena, mas não a de perder o lugar. Mas se isso é util, se convém, o corpo legislativo que o estabeleça. Foi isto o que eu disse, e creio que disse aquillo que muitas vezes tinha apresentado nas conferencias com meus collegas, pois que muitas vezes tratou-se desse decreto; da necessidade que havia de providencia para obrigar os magistrados a ir para seus lugares.

Apresenta-se, para se me julgar contradictorio, o caso do Dr. Firmino; mas este caso não deve servir. Esse senhor talvez momentaneamente ficasse avulso, mas immediatamente foi empregado; o ministerio não entendia que o decreto de 1818 lhe facultava o direito de tirar lugares aos magistrados...

O SR. RODRIGUES TORRES: — O caso não se refere a esse senhor, mas ao Sr. Dr. Joaquim Firmino Pereira Jorge, de S. Paulo.

O SR. ALVES BRANCO: — Se assim aconteceu, não sei; mas póde V. Ex. estar certo que eu me

referia ás conferencias que houve com os meus collegas...

O SR. RODRIGUES TORRES : — Não o censuro pelo acto, mas pela inexacta citação que delle fez.

O SR. ALVES BRANCO : — Não tocarei mais nessa historia de premio de 8:000\$ rs., que me parece desnecessaria.

Tambem não tocarei mais na ordem que mandou retirar das matas os moradores destas. Pelo que sou informado, não constão esses moradores simplesmente de homens ordinarios, de homens que não tem senão pequenas casas : dizem-me que nas immediações das matas ha proprietarios de consideração, fazendeiros ; até consta pelas folhas que parentes de Pedro Ivo, que está como chefe da desordem, forão presos militarmente, passados para outro engenho, etc. Daqui se vê que nas matas ha senhores de engenho, homens abastados.

Quanto á suspensão da liberdade da imprensa, é facto cuja illegalidade reconheceu o mesmo Sr. senador a quem respondo. Não concordo com S. Ex. em acreditar que a utilidade publica, apenas avaliada pelo presidente de Pernambuco, pudesse justificar de alguma maneira a suspensão do uso de um direito vital como esse da liberdade de imprensa. Não, nunca julgo isto util, e no caso de Pernambuco ainda menos. Nunca julgo util porque a constituição nunca o julgou, porque a constituição não consente que esse direito, assim como o direito de propriedade, seja jámais suspenso. Isto está sancionado entre nós por disposições do cor-

po legislativo suspendem-se algumas formalidades que garantem a liberdade individual, mas não se suspende a liberdade da imprensa e o direito da propriedade. Se fôr procurar exemplos na nação mestra neste systema, não os encontro ; não ha exemplo da suspensão da liberdade da imprensa, nem do direito da propriedade : na Inglaterra ha suspensão do *habeas-corpus*, mas suspensão da liberdade da imprensa ; não ; só se foi no tempo da mais desastrosa anarchia, porque de Carlos II para cá nunca tal cousa aconteceu.

Eis portanto pelo menos um caso de utilidade muito duvidosa. Sei que houve este exemplo o anno passado na França ; mas salvar-se-ha a França por causa da suspensão temporaria da liberdade da imprensa ? Duvido muito : não tivesse ella outro recurso, e veriamos se se salvaria com essa medida. Deixo cada um dizer o que quizer a este respeito sou da opinião do conde de Chatam : « A imprensa, dizia elle, é uma privilegiada libertina ; deixa que diga o que quizer. » Foi elle muito atacado pela imprensa ; mas dizia : « Não trato dessas cousas, porque julgo que é uma liberdade privilegiada. » Não é porque a imprensa censura um homem que este homem ha de ficar maculado ; todos procurão hoje examinar para convencer-se, esse espirito de acreditar de leve em tudo já não existe, procura-se hoje examinar que o que se diz é verdade. Deixo pois que a tal privilegiada libertina se divirta como quizer ; julgo melhor soffre-la assim do que supprimi-la. Demais, mesmo entre

nós, podia trazer exemplos. O que vimos em 1831 ? Uma successão de pequenas rusgas entretanto a liberdade da imprensa esteve sempre no seu maior auge e vigor, nunca foi suspensa ; por fim vimos tudo acalmar-se sem ser supprimida á imprensa, nem atacar-se o direito de propriedade. Ora, se se pôde fazer isto porque havemos de ir avançando por esse mundo de tyrannia e de despotismo ?

Continuarei a resposta ás observações do Sr. ministro. Não digo que a guerra está imminente ; o que digo é que de muito tempo, talvez desde 1841 ou 1842, suppõe-se que a guerra entre o Brasil e Buenos-Ayres está imminente : desde muito tempo tem-se julgado podermos instantaneamente ter uma guerra, por isso tem-se sempre reforçado o nosso exercito. Creio que não é primeira vez que aqui se fala em guerra possível. Eu não proclamo que a guerra está imminente ; o que digo é conhecido por todo o imperio. E' isto o que dizem as minhas palavras ; por consequencia o que significa esta insinuação de que não era de esperar que tal proposição partisse de um conselheiro de estado ? Asseverei eu alguma cousa ? Communicarão-me SS. EE. alguma cousa a este respeito no conselho de estado. Houve alguma sessão do conselho de estado em que se tratasse de guerra ?

Disse ainda o nobre ministro : — Admittida a possibilidade da guerra, como se quer diminuir as forças ? — Não digo que se diminua ás forças ; digo que reconhecendo o senado que com a politica da moderação e justiça é possível manter a

paz, pôde-se diminuir alguma cousa a força. Ora, tem-se reconhecido que logo que as nossas rendas fossem crescendo convinha alliviar os direitos de exportação. Este pensamento é, ha muito tempo, meu. Se as rendas da importação augmentassem a ponto de chegar para as nossas despesas, convinha diminuir os direitos de exportação, que certo não são pagos por nenhuma outra nação. Os nossos lavradores, os nossos negociantes apontão esse direito como um mal, e tenho sempre desejado muito que o governo supprimissem alguma cousa nesses direitos. Muitas vezes apresentei esta idéa ; mas não podia realisá-la, porque esperava que os direitos de importação subissem. Eis a razão porque digo que esperava que, se acaso podessemos hoje ou tivéssemos meios de augmentar o exercito, seria melhor applicar o dinheiro que se destinasse para esse augmento de força em beneficio da nossa lavoura ; diminuindo alguma cousa os direitos de exportação.

Perguntou-se-me porque não fiz isto. Não fiz, porque tinha comprehendido a reforma ; esperava que ella dêsse todo o seu resultado ; não podia fazer isto sem que ella demonstrasse a sua efficacia. Hoje que se reconhece que com effeito ás contribuições chegam para as nossas despesas, lembrava que era occasião de realisar este pensamento, que é pensamento de quasi todos que se occupão desta materia.

Disse o Sr. ministro que não se pede augmento de força. Creio que na falla do throno se diz isto....

O SR. RODRIGUES TORRES : — Pelas propostas V. Ex. vê que não se pede augmento da força decretada ; quer se que ella se torne effectiva.

O SR. ALVES BRANCO : — Pois, senhor, é o que entendia, e sou desculpavel por entender assim, porque aqui na falla do throno não ha distincção alguma....

O SR. RODRIGUES TORRES : — As propostas foram apresentadas já ha muito tempo.

O SR. ALVES BRANCO : — Não pude ainda lê-las. Parece que o governo pede 4,000 homens de guardas nacionaes destacados : havia já esta autorisação ? Não duvido do que diz o nobre ministro, mas como me pareceu que se pedia augmento de forças ; escrevi essa emenda, referindo-lhe áquillo que tinha lido na falla do throno.

Quanto ao recrutamento, ápenas enuncio um desejo, uma necessidade do paiz. As minhas palavras não querem dizer que não se faça mais recrutamento, mas que não se faça pela maneira porque tem sido feito. Duvida o nobre ministro que o recrutamento seja a cousa mais oppressiva que pesa sobre nós ? Em todo o imperio não ha nada que excite queixas mais numerosas e mais ardentes. Em verdade, a maneira per que se faz o recrutamento chama o maior gráo de odiosidade possível. Não ha muito tempo que em uma das provincias seguirão, não sei se 80 homens acorrentados ; chegando assim á cidade, e correndo povo a ver aquelle espectáculo, ordenou o presidente a guarda que recrutasse quem estava vendo, e remetteste para hor-

do de uma fragata. Conta-se a historia do recrutamento de tempos anteriores, mas tudo que se tem dito a este respeito continua-se a dizer agora. É facto que a mortalidade entre os recrutas é immensa.

Li na these de um moço que se formou na escola de medicina as maiores queixas contra o recrutamento, mórmente contra o costume de tirar homens fracos, homens pobres e miseraveis, de um clima ardente para um clima frigidissimo como o do Rio Grande do Sul, onde morrem creio que mais de metade. Já na transferencia do interior para a capital, da capital para o deposito na côrte, morrem não poucos; mais de metade morrem na transferencia daqui para o Rio Grande do Sul. Eis a razão porque chamei monstruosa perseguição ao recrutamento que existe. Ainda ha pouco tempo li cousas horriveis á este respeito em um periodico de S. Paulo; não sei se são verdadeiras, mas lá estão. Tenho cartas de pessoas que não pensão como eu, e que contão horrores do recrutamento que se faz nas provincias. Homens sahidos das cadêas humidas, quasi cavernas, apresentam-se desfallecidos, e neste estado embarção como recrutas. E' sobre taes factos que fundei a expressão — monstruosa perseguição.

(O nobre senador faz ainda algumas considerações a este respeito, mas que não podem ouvir bem, e continua :)

Declaro que nunca tive em vista lançar sobre o governo o odioso de proteger o trafico de Africa-

nos, e menos quiz fazer côro com os periodicos que lanção este labéo ao governo; mas, vendo que o discurso do throno nos falla dos braços que faltão á nossa lavoura, e não vendo fallar relativamente á colonisação, como ordinariamente se costumava fazer, entendi que devia dizer alguma cousa de positivo a este respeito. Como se pensa que a nossa lavoura só se pôde fazer por braços africanos, disse o que ahí se acha na emenda; mas com isto não quiz dizer que o governo protege o trafico; quiz de certo modo prevenir uma idéa que em algum tempo vogou entre nós, a de colonos da Africa. Quiz exprimir esta idéa, e não lançar sobre o governo estigma algum.

Passou o nobre ministro a tratar da terceira emenda, e disse que consistia ella em se substituir as palavras—sensível e notorio augmento — pelas palavras—continuação do augmento. — Declarou o nobre ministro que não teve intenção de fazer acreditar que as administrações anteriores não trabalhassem no progresso da renda; quiz apenas dizer que na actualidade havia crescido a renda. Não concorda porém em que sejam substituidas as palavras que estão na resposta pela palavra — continuação; — porque, diz S. Ex., em 1847 e 1848 a renda diminuiu; não houve portanto movimento continuou no progresso da renda. Sr. presidente, não eston informado, ainda não pude examinar os papeis relativos a esse anno; acredito, como diz o nobre ministro; que entao houve diminuição de renda em relação aos annos anteriores; mas nem

por isso acho razão em S. Ex. para excluir a palavra — continuação, — porque, se houve progresso em alguns annos anteriores, a simples falta de um anno não pôde autorisar a exclusão desta palavra. O nobre ministro deve lembrar-se que o anno de 1847 a 1848 foi um anno sinistro desde o principio até ao fim. Ao seu principio logo se sentio a diminuição nas transacções commerciaes. Desde outubro de 1847 já se sentia uma falta de despachos, um desfallecimento nas transacções, que cresceu muito nas vespervas da revolução franceza : o povo sente com anticipação os grandes cataclysmas sociaes. Ora, as difficuldades, o entorpecimento do commercio cresceu espantosamente depois da revolução franceza ! por consequencia não admira que nesse anno houvesse algum decrescimento. Mas se tinha havido já algum augmento de renda nos annos anteriores, não posso considerar o progresso actual senão como uma continuação, ainda que interrompida por circumstancias extraordinarias.

O nobre ministro impugnou tambem as minhas emendas na parte relativa á colonisação. Disse S. Ex. que esses colonos que nos custarão pesados sacrificios forão para aqui mandados por meus amigos. Não sei quem os mandou vir.

Lamentou S. Ex. que eu tivesse feito passar a lei que havia proposto. E' verdade que não pude conseguir isto, mas nem por isso não estou inhibido de aconselhar o que julgo dever fazer-se. Tambem não sei que projecto abandonei : bom ou

mão, o que offereci estava prompto a discutir. Não podia violentar a camara a discuti-lo ; não estava isto nas minhas mãos. Apresentei um projecto ; desejava que outras pessoas concorressem para aperfeçoa-lo, para melhora-lo, porque não entendia que fosse de summa perfeição ; nunca tive as minhas obras por taes. Desejava pois que o projecto fosse emendado ; não foi discutido ; o que havia eu fazer ? Não o abandonei, apresentei-o ás camaras para ver se ellas reconheciao a sua necessidade ; entendêrão ellas que não havia tal necessidade ; apenas o fizerão passar pelo exame de uma commissão, e pozerão-lhe pedra em cima ; entenderão assim que não era util.

Mas o nobre ministro, creio, conhece a utilidade que haveria nas leis que aponte ; pôde ser que julgue que o imperio não está preparado para certas cousas ; não duvido ; mas isto não quer dizer que se procure promover aquellas cousas que nos devem ser uteis, que nos podem trazer resultados que todos desejamos.

S. Ex. disse que eu mostrava aqui maior odio aos estrangeiros, ou que queria provocar hostilidades contra elles. Nunca quiz tal cousa ; nem contra estrangeiros em geral, nem contra os estrangeiros de quem nós descendemos. Não tenho odio a estrangeiro nenhum ; pelo contrario, desejo que venhao para o paiz ; mas que venhao de maneira util para este. Não tenho a menor indisposição com pessoas filhas de Portugal ; sou oriundo de portuguezes, e honro-me de o ser, porque

de facto a nação portugueza é nação grande em sua origem ; não invejo a nação alguma, nem em gloria, nem em grandeza. Não tenho pois a menor indisposição com os que nascêrão em Portugal; fui ali tratado como ninguém foi melhor ; não tenho pois motivo para o menor odio. O que desejo, senhores, é que se regule melhor o modo de colonisar que temos. Já se fez um decreto que passou pelo conselho de estado ; porque não se cumpre esse decreto ? A colonisação que se faz actualmente é reprovada por pessoas de lado contrario ; tanto que forão consignadas as suas idéas nesse decreto a que me refiro ; mas essas idéas não se põe em pratica. Ora, isto não tem nada com a inimizade a estrangeiros, e menos a portuguezes : venhão elles, mas venhão de maneira util para o paiz ; venhão para ficar, para permanecer ; venha gente que nos seja util. Não vemos nós ahi todos os dias chegar gente incapaz de servir ? esses pequenos que afinal se abandonão, e vão pedir esmolas, ou andar por essas ruas a vender vigesimos ? Não vemos outros que não tem prestimo nenhum, e que dahi a pouco desaparecem ? outros com industria bem criminosa, como a de moeda falsa, etc. ? Esta colonisação e que eu reprovo ; mas isto não quer dizer que tenho inimizade a estrangeiro.

Sr. presidente, aqui findão as observações que fez o Sr. ministro a respeito das minhas emendas ; eu tambem darei fim á resposta que julguei dever dar a S. Ex. Não continuarei, mesmo porque estou fatigado.

PRIMEIRO DISCURSO
DO EXM. SR. VERGUEIRO.

Sr. presidente, ainda que, enfraquecido pelas molestias, não me achasse em estado de poder entrar em uma discussão desta ordem, contudo, ouvindo a segurança com que o nobre ex-presidente do conselho apregooou a santidade do ministerio actual, não posso deixar ao menos de consignar a minha opinião em contrario ao que elle disse ; é sómente o que vou fazer. Não posso entrar em grandes minuciosidades ; mas ao menos quero que fique consignada a opinião de que não estou de accordo com o nobre ex-presidente do conselho.

Parece que actualmente o que agita os pensamentos em geral, é — se a constituição, eclipsada como está, deixará de existir completamente, ou se com effeito ella se restabelecerá outra vez. — Que a constituição de facto não existe, é evidentissimo.

O SR. ALVES BRANCO : — Apoiado.

O SR. VERGUEIRO : — A' maneira por que o governo se comportou no negocio de Pernambuco (supponho que o que tem feito os presidentes dessa provincia foi com o consentimento do governo geral,) a maneira por que se comportou nas eleições que ultimamente tiverão lugar no paiz, prova que a constituição não existe de facto.

O SR. ALVES BRANCO : — Apoiado.

O SR. VERGUEIRO : — Não censuro, antes aprovo, elogio ao governo, emquanto elle empregou a força para debellar a revolta de Pernambuco; era isto do seu dever; mas não sei se essa revolta foi provocada e muito provocada pelo presidente que para ali foi mandado antes della apparecer.

O nobre ex-presidente do conselho fez-nos uma pintura, a mais hedionda que podia ser, do procedimento desse partido que fez a revolta, não só durante esta como mesmo de tempos anteriores. Não pretendo justificar todos os factos que possam ser arguidos a esse partido; sei que todos os partidos commettem muitas faltas, e muitas vezes as faltas de um ou de alguns individuos se attribuem ao partido a que elles pertencem; mas um facto incontestavel é que, antes que esse partido começasse a ter influencia nos negocios da provincia, praticavão-se roubos e assassinatos em grande escala, e os criminosos, que não erão pessoas despreziveis, mas de alta consideração, ficavão impunes.

O SR. ALVES BRANCO : — Apoiado.

O SR. VERGUEIRO : — Depois que o partido que se revoltou começou a ter influencia no governo da provincia, é que serão perseguidos esses criminosos.

O SR. ALVES BRANCO : — Isso não se pôde negar.

UMA VOZ : Nega-se.

O SR. VERGUEIRO : — E' sabido que se entregarão trezentos e tantos escravos a seus donos, es-

cravos que tinham sido furtados por pessoas de consideração, em cujas casas foram encontrados. Descobrirão-se também muitas ossadas e cadáveres de pessoas que tinham sido assassinadas e enterradas : sabia-se o nome dessas pessoas, seus empregos, o motivo porque haviam sido assassinadas, quem as tinha assassinado, etc. ; mas a justiça não tomava contas disso ; foi no tempo da influencia desse partido no governo da provincia que taes descobertas se fizeram, e foram perseguidos os criminosos. A final, foi também nesse tempo que o contrabando de escravos deixou de ser feito na provincia em tão grande escala como era feito anteriormente ; a acção da justiça fez então alguma cousa, e por isso não é muito que se aggravassem os odios contra esse partido. Portanto, não o rebaixe tanto o nobre ex-presidente do conselho, se isto é para elevar o outro ; em ambos os lados ha suas faltas. Vamos porém ao que occorreu no principio da revolta.

Disse o nobre senador que o presidente que primeiramente para lá foi estava em muita harmonia com as notabilidades deste partido. Creio que isto é verdade ; consta-me que os deputados que sahirão daqui no mesmo vapor com esse presidente logo que se adiou a assembléa geral, foram em boa harmonia com elle, e que durante a viagem o presidente lhes prometteu que não ia fazer reacções na provincia. Com esta linguagem sustentou-se por algum tempo na administração da provincia sem que apparecesse a mais pequena opposição ; porém

pouco depois appareceu a reacção ; não digo que fosse em grande escala, nem isso era necessario, porque já um vice-presidente, que pouco tempo antes tinha governado a provincia, havia começado a reacção.

O SR. VASCONCELLOS : — Quasi todos os demittidos serão reintegrados.

O SR. VERGUEIRO : — Está enganado.

O SR. VASCONCELLOS : — O Sr. Pires da Motta reintegrou alguns, e depois o Sr. Costa Pinto também reintegrou outros.

O SR. VERGUEIRO : — Creio que o nobre senador está equivocado. Não duvido que esses senhores fizessem alguma reintegração ; mas serão mui poucas. O que sei é que uma pessoa por quem esse vice-presidente tinha sido nomeado delegado de um lugar, era tão incapaz, a sua nomeação havia causado tão grande escandalo, que o Sr. Pires da Motta, reconhecendo isto, o demittio, e nomeou outro que o substituisse ; mas estes factos serão muito poucos ; por isso o presidente a que me refiro não tinha necessidade de fazer grande reacção ; mas as mudanças mesmo que fez serão feitas de uma maneira desleal, isto é, mandava as nomeações em segredo, sem participar aos demittidos que não erão mais autoridades ; de fôrma que quando estes souberão que tinhão sido destituídos dos empregos que exercião, foi no momento em que erão agarrados e presos pelos seus successores. Estes factos serão tão publicamente manifestados, e sem soffrerem contestação alguma, que devo acreditar

nelles, porque logo que se publica um facto destes, se não é verdadeiro, a imprensa contraria contesta-o immediatamente.

A primeira resistencia pois que appareceu procedeu desta provocação; de empregados novamente nomeados e que não eram ainda reconhecidos como taes, porque as suas nomeações forão feitas em segredo, atacarem e prenderem aos empregados antigos, que não tinham recebido participação alguma de que estavam demittidos.

Agora, no seguimento, ha um facto muito importante, que é o da amnistia.

O SR. ALVES BRANCO : — Apoiado.

O SR. VERGUEIRO . — Poder-se-ha duvidar que o governo limitou o decreto da amnistia pelas instrucções que deu ao presidente da provincia ? Não é facto que possa entrar em duvida, porque basta ler o decreto e as instrucções. O poder moderador concede amnistia a todos os que largarem as armas e se sujeitarem ao governo ; são as duas condições que o decreto impoz. As instrucções fazem recahir a amnistia sómente sobre os illudidos ; vê-se, pois se fez uma limitação ao decreto ; e de mais a mais tanto se quiz illudir o decreto que não se lhe deu publicidade ! Pois como é que se conceda amnistia a um povo que está revoltado, e não se lhe diz isso ? Póde haver boa fé no procedimento de se não publicar o decreto da amnistia, nem na côrte nem na provincia ? Creio que não. Na provincia soube-se que o poder moderador havia assignado um decreto de amnistia, porque o presidente concedeu

uma ! Será este o modo de se executarem os decretos do poder moderador ? A este respeito não se pôde dizer que ha calumnia, porque o decreto de amnistia ali está, e as instrucções tambem ; leião-se ambas as peças, e ver-se-ha que não estão em harmonia.

Disse-se, porém, que o decreto foi publicado em março na secretaria. Primeiramente notarei que elle foi assignado em janeiro ; e depois que publicação é essa na secretaria ?

O SR. VASCONCELOS : — E' a da lei.

O SR. VERGUEIRO : — Nunca se soube da existencia desse decreto se não alguns mezes depois de ter sido assignado, e quando o presidente da provincia começou a fazer uso delle. Vê-se daqui que o presidente não queria executar esse decreto, mas seguir as instrucções ; por outro, queria negociar com aquelles que lhe parecia, amnistia-los, e não amnistia-los ; e se houvesse franqueza e lealdade na execução do decreto, não teria corrido tanto sangue em Pernambuco, e essa provincia hoje estaria socegada. Mas não se fez isto : houve um pensamento occulto a este respeito, não sei se do presidente, se do governo. Não se publica o decreto da amnistia, guarda-se em segredo, e principia-se mezes depois a negociar com certas e determinadas pessoas revoltosas ! Como se explica isto ? Que se mandasse o decreto ao presidente da provincia, e se confiasse delle o julgar sobre a sua opportunidade para publica-lo, *transcat*. Ainda isto não sei se estaria muito de acordo com o pensamento do poder

moderador quando concedeu amnistia ; mas em-
fim, dando-lhe o governo essa ordem com limita-
ção de tempo ao decreto (se é que o governo po-
dia fazer isto, para que, em quanto o presidente
julgasse que os revoltosos estavam ufanos com al-
guna victoria que tinham conseguido, não dêsse
publicidade ao decreto, e esperasse que soffressem
algun revez forte para mostrar que não era por
fraqueza que se concedia a amnistia, ainda isto se
poderia tolerar se não custasse tanto sangue ; mas
depois do ataque de 2 de fevereiro, em que o go-
verno teve completa victoria, não havia mais razão
alguma para se deixar de publicar o decreto da am-
nistia e dar-se-lhe execução. Se isto se tivesse fei-
to, sem duvida não teria corrido mais sangue em
Pernambuco ; depois de uma victoria tão assigna-
lada, certamente todos os revoltosos se sujeitarião
ao governo aceitando perdão. Deste modo salva-
vao-se muitas vidas ; mas o que se queria era ma-
tar o partido todo, extingui lo completamente ; e
para isso era necessario deixar continuar a revolta
e perseguir por todos os meios áquelles que po-
dessem fazer alguma opposição as idéas dominan-
tes. Parece que desta accusação não se póde livrar
o governo : Os actos contrarios á constituição ou
os ataques feitos aos direitos individuaes são im-
mensos.

O SR. ALVES BRANCO: — Apoiado; e o Sr.
visconde de Olinda não achou nenhum exemplo.

O SR. VERGUEIRO: — ... e tudo se faz sem
suspensão de garantias ! Entao julgava o governo

que para acabar a revolta não era necessario praticar actos taes que para isso fosse preciso suspender as garantias; mas o governo praticou esses actos sem suspender as garantias; acabou com a liberdade da imprensa, fez prisões sem culpa formada, procedeu a um recrutamento em massa, o que quer dizer tudo isto? Quer dizer que ha completo despreso á constituição. Sei que para se recrutar não é preciso suspender as garantias; mas para se recrutar aquelles cidadãos que tem isenções na lei, velhos, chefes de familia, fazendeiros abastados, officiaes da guarda nacional, e até militares que tinham servido em tropa de linha, como se praticou, creio que não podia fazer, nem mesmo estando suspensas as garantias. O governo porem não julgou necessaria a suspensão de garantias; foi fazendo tudo quanto lhe parecia, postergando todos os direitos individuaes sem o menor respeito a constituição e as leis. Mesmo na actualidade, o presidente que governa a provincia de Pernambuco começou ali a sua marcha administrativa muito constitucionalmente; porém depois, não sei por que motivo, tem sahido daquella marcha que se propoz seguir a principio, praticando actos desregrados, actos que repugnão a nossa civilisação, como é esse de por cabeças a premio, actos que não se devia ouvir que no Brasil serão praticados

Disse-se que já outro governo entre nós fez o mesmo! É uma defesa dos máos governos; pois, senhores, um abuso autorisa fazer outro abuso?

Enquanto o governo seguir esta marcha estamos pessimamente. E' defesa que se não deve ouvir. Se outros ministros obráram mal, os actuaes não estão por isso autorisados a obrarem do mesmo modo; neste caso não devem seguir aquillo que sensurarão aos outros.

Não tratarei, pois, dessa ordem barbara das cabeças a premio; é um acto que, por mais subterfugios que se procure para justifica-lo, jámais deixará de ser inteiramente repugnante, repito, com a nossa civilisação.

Ouvi tambem que o actual presidente de Pernambuco mandava dismantelar e arrazar fabricas de assucar porque pertencião a rebeldes, etc. Se isto é verdade, é sem duvida um vandalismo inqualificavel! E note-se que esta medida não ataca sómente o interesse individual dos donos dessas fabricas, ataca tambem a riqueza nacional.

Quanto a medida ou á providencia tomada pelo actual presidente, de mandar retirar das matas as pessoas que ali morão, a desculpa que se deu é que erão homens pobres, estupidos, etc.; de sorte que, porque um homem é pobre, pôde ser despojado da sua propriedade, pôde ser posto della para fóra mandando-se que vá residir em outro lugar! O homem rico, senhores, é que mais facilmente pôde abandonar o lugar da sua residencia, porque, ainda que com isto perca uma parte da sua fortuna, resta-lhe meios para poder viver em outra residencia; mas o pobre que não

tem senão a humilde chopona em que se abriga, e toda a sua familia, que não possui senão um miseravel trem de cosinha, sem duvida deve soffrer muito e muito com uma mudança de residencia forçada. Além de que, na presença da lei, todos os cidadãos tem os mesmos direitos individnaes, pobres e ricos; isto quer dizer que todos tem os mesmos direitos na presença do governo, porque o governo não deve ser outra cousa senão o fiel executor da lei, e por isso não tem peso algum a desculpa de serem pobres os homens que se mandarão retirar das matas. Mas mesino essa ordem não comprehenderá tambem a algum proprietario de fortuna maior e que se veja obrigado a abandona-la? Emfim, destróe-se tudo, não se fez caso algum do que a constituição dispõe sobre os direitos individuaes dos cidadãos; sómente se respeita a Vicente de Paula! Vicente de Paula, reconhecido e antigo salteador, é tratado com consideração; os outros cidadãos que residem nessas matas é que devem soffrer; paguem os innocentes pelo peccador! Eu os supponho innocentes; mas se são criminosos, sejam processados; não basta a medida de os mandar retirar das matas. Guarda-se o maior respeito ao bandido e infame salteador Vicente de Paula, porque elle foi chamado para coadjuvar a legalidade e commandou tropas do governo!... Que vergonha para a legalidade, chamar um salteador para auxilia-lo!...

Creio que isto não se negará tambem, como ouvi negar aqui uma carta dirigida pelo actual

Sr. ministro da marinha a esse mesmo saltador Vicente de Paula; carta reconhecida por um tabellião, e que se publicou pela imprensa, tratando a Vicente de Paula de bravo e honrado; mas por muito que respeite a opinião do nobre senador que fez essa negativa, como foi despida de factos, e o nobre senador facilmente podia ser illudido por alguém, ha de permittir que por ora não dê credito a essa negativa. Hei de estimar muito que se verifique a falsidade dessa carta; mas é necessario mostrar-se isto concludentemente, porque quando existe uma prova authentica, como a de ter um tabellião reconhecido a assignatura de semelhante carta como a propria firma do Sr. ministro da marinha, então presidente de Pernambuco, não valem asserções vagas.

Ora, á vista de tudo isto, posso eu dizer que o governo desenpenhou o programma que aqui annunciou de tolerancia e justiça, e que foi fiel executor da constituição e das leis? Não posso. Poderei estar enganado, mas é minha intima convicção que o governo tem violado a constituição e as leis, que nenhum acto praticou pelo qual mostrasse sentimentos de justiça e tolerancia, que marchou por conseguinte directamente contra o seu programma.

Além dos factos especiaes de Pernambuco, ha o facto geral da maneira por que se fizerão as ultimas eleições no imperio; então isto foi um escandalo, e jámais sahirão da memoria dos Brasileiros as violencias praticadas nessas eleições.

Não sei senão o que aconteceu na provincia de S. Paula, e dahi mesmo não posso contar tudo. Poderá entrar em questão, por exemplo, que o governo mandou parte de um batalhão de linha para a provincia de S. Paula por causa das eleições? Que necessidade havia ali dessa tropa, e que uso se fez della? Repartio-se pelos lugares em cujos collegios era incontestavel o vencimento da opposição se se não tratasse de perturbar a ordem, e a força d'armas venceu o governo. Seria longo entrar em detalhes; e como o mesmo se praticou em toda parte, não julgo necessario entrar em mais inuociosidade. Parece que houve um systema organizado, não sei se no gabinete do governo ou em algum club, estabelecendo o procedimento que deverião ter as autoridades locais para que o governo vencesse, fosse como fosse; a uniformidade com que se obrou em toda parte me obriga a pensar assim; por exemplo, destacando-se a guarda nacional...

O SR. FERNANDES TORRES: — Apoiado, esse plano foi geral. Eu hei de relatar os factos que presenciei na minha provincia, onde a eleição foi conquistada pela força e violencia.

(Cruzão-se diversos apartes.)

O SR. VERGUEIRO: — Em S. Paulo havia uma lei provincial que declarava que os postos da guarda nacional terião pelo menos a duração de 4 annos; era lei que já estava feita ha muito tempo para acabar com o mal das continuas mobilidades dos postos da guarda nacional, e nao sem desna-

turar a lei da sua organisação. O presidente da provincia, que de certo obrava por insinuações da cõrte, querendo fazer violencias que depois se verificarão nas eleições, passou a desonerar esses officiaes da guarda nacional dos serviços que faziao, e a dar esses serviços a outros; mas depois parece que, melhor informado da cõrte, passou a fazer outra cousa, a demittir taes officiaes e a nomear outros, violando manifestamente a lei provincial que existia. A assembléa provincial vio-se por isso obrigada a fazer uma lei interpretativa daquella outra, para o fim de forçar o presidente a executar-la; mas elle não a quiz sancionar, dizendo que era nulla! Ora, se ainda rege o acto addicional, e mesmo a lei que a titulo de interpetração o reformou, não se pode ignorar a expressa disposição que lá está, de que as leis das assembléas provincias continuão a ter vigor enquanto não são revogadas pelo corpo legislativo geral; entretanto o Sr. presidente de S. Paulo, depois do muito bem aconselhado da cõrte, declarou nulla essa lei provincial e obrou como se tal lei não existisse. O governo geral não ignorou isto, e nenhuma providencia deu. Dizia-se que o governo geral não ficou satisfeito com a primeira violação que fez o presidente, desonerando sómente do serviço a esses officiaes, e por isso passou o presidente a demitti-los e a nomear outros contra a terminante disposição da lei provincial! Creio que em Minas também o governo annullou uma lei provincial relativa a guarda nacional. (Apoia-

dos.) É isto não sera violação da constituição? Mas o governo, para violar a constituição e atacar direitos individuaes, não precisa suspender garantias! Ora, um governo assim pôde ir ao fim do mundo; não ha embaraço algum que se lhe atravesse adiante.

Um dos planos, pois, combinados para o governo vencer as eleições, era este — destacar a guarda nacional, e, onde não havia esses destacamentos, era na vespera da eleição o subdelegado de policia chamar por um officio aquelles guardas de cuja votação desconfiava, e mandalos em serviço, conduzindo presos de uns para outros lugares, ou mesmo officios a autoridades de outras povoações, com o fim de arredar esses guardas, que não votavão na chapa do governo.

O SR. FERNANDES TORRES : — Apoiado.

O SR. VERGUEIRO : — Houve uma completa contradança de presos, removendo-os de umas para outras prisões, e todas essas necessidades apparecerão no dia 4 de agosto, vespera daquelle que estava marcado para as eleições! Não fallemos no recrutamento em massa que se fez com o maior rigor, nas dimissões e substituições de autoridades, nas ameaças, etc., etc.; mas ainda assim, todos estes tropeços não erão bastantes para o governo vencer; foi preciso empregar a força armada, prender-se, espancar-se, arrancar-se das igrejas os presidentes e as mesas eleitoraes que legalmente funcionavão! (*apoiados.*) Parece que em Minas até houve assassinatos e correu muito sangue.

O SR. FERNANDES TORRES: — Apoiado.

O SR. VASCONCELLOS: — Oh ! lá !

O SR. VERGUEIRO: — Li uma discussão da camara dos deputados sobre as eleições da villa de Ubatuba, e vi que por mero luxo approvou-se essa eleição contra o parecer da commissão respectiva.

No dia 4 de agosto foi pronunciado na villa de Ubatuba o juiz de paz, com o fim de arreda-lo da presidencia da mesa eleitoral; depois forão atirando para o lado todos os outros que se succedião, até chegar ao 8º supplente que era o mais asado para presidir aquella manobra eleitoral. E estas eleições é que forão approvadas pela camara dos deputados ! Houve prisões immensas; 120 cidadãos forão reclusos em uma casa com todas as portas trancadas para não irem votar, e até dous destes cidadãos que estiverão assim presos, e quasi que morrerão asfixiados, ficarão loucos. Appresentarao peças de artilheria nas ruas para aterrar a opposição, e estas eleições feitas debaixo destes auspícios, eivadas de tantas irregularidades, forão julgadas validas pela camara dos deputados; as outras forão feitas sob a presidencia do legitimo juiz de paz, na casa da camara municipal, para onde se tinha retirado esse juiz de paz, a mesa, e a maior parte dos votantes em razão das violencias praticadas na igreja pela autoridade policial, e pela força do governo, forão annulladas !... A commissão da camara dos deputados, no parecer que deu a este respeito julgava nullas ambas as

eleições feitas na villa de Ubatuba, porém houve um deputado, interessado no negocio, que pediu a palavra e disse que era uma divida de honra approvar aquellas eleições que tinham sido presididas pelo 8º supplente do juiz de paz, e assim foram ellas approvadas ! Mas, senhores, não espanta o que houve em Ubatuba, em Guaratinguetá, em Pindamonhangaba; e o que admira é o desembaraço com que se disse — provai que o juiz de paz legitimo, e a mesa sahirão da igreja por violencia, por coagida, etc. — Pois, senhores, porque é que estes homens fugirão da igreja onde estavam, para ir trabalhar na casa da camara, se não estavam coagidos? Entretanto a nada disto se quer attender, e disse-se — são nullas essas eleições presididas pelo legitimo juiz de paz, porque não foram feitas dentro da igreja, e são validas as eleições presididas por um 8º supplente, que tinha apenas dous votos, e que foi juramentado no momento pelo subdelegado de policia, e isto porque foram feitas dentro da igreja!

O mesmo pouco mais ou menos aconteceu nas eleições de todas as partes; e por isso seja-me livre declarar a minha opinião — não considero legal a camara dos deputados que está funcionando; ella é essencialmente nulla, é filha da fraude e de quantas torpezas podem ser praticadas por autoridades desregradas, immoraes; não representa a expressão do paiz, e sim a expressão do governo e de seus agentes, que conquistáram as eleições a força de armas, pela violencia.

As desgraças, e todos os males do nosso paiz vem da immoralidade das autoridades, immoralidade que é fomentada, acorçoada e protegida pelo governo. Não sei qual ha de ser o resultado continuando esta marcha ; achamo-nos em um estado anomalo ou tenhamos constituição, ou haja o despotismo ; despotismo é melhor do que uma constituição que não é executada, que não serve se não de ratoeira, como muito bem disse aqui um illustre senador : é um espantallo com que se illude o povo ; mas os actos do governo são inteiramente despoticos. Estou persuadido que o governo não desejava que se praticassem todas estas iniquidades ; mas queria ter uma camara unanime, e fez a sua recomendação neste sentido ; os interessados então praticarão todas essas atrocidades, e o governo tem-se calado, e se não tomou sobre si a responsabilidade antecedentemente, tomou-a precedentemente. Ora, á vista disto, pôde-se dizer que existe constituição no paiz ? Ha uma revolta em Pernambuco, o governo julgou necessario, para suffoca-la, empregar medidas que estão fóra da lei ; não lhe disputo isto, mas tem um meio franco que é suspender as garantias ; não as quer suspender, e entretanto pratica immensos actos contrarios á constituição ! Para ter unanimidade na camara dos deputados os seus agentes obrão quantas violencias e torpezas ha, e ficão impunes ! Pois isto pôde continuar ? O mais que tenho ouvido dizer em defeza do governo é que em tempos anteriores praticavão-se actos semelhantes : a respeito de eleições nunca se pra-

ficou cousas semelhantes. Demais, eu já disse que rejeitava essa defeza; esse argumento de precedentes abusivos não justifica ninguém.

Para a cidade de Curitiba mandou-se também um contingente do 5.^o batalhão, que não chegou a tempo, e por isso nas eleições venceu ali a opposição, apesar de ter a policia reunido os seus capangas, e occupado com antecedencia a igreja com toda essa força armada; o povo, que na occasião propria marchou para a igreja, não esperando encontrar ali força armada, ficou muito insultado com semelhante acontecimento; e como é um povo algum tanto energico, sahio gritando — armas! Armou-se também, e o remedio que houve foi o delegado ou subdelegado de policia que tratava destes arranjos eleitoraes convencionar-se com os influentes do partido opposicionista, e deixar fazer as eleições naquella occasião: se não fosse isto é provavel que corresse muito sangue, porque, vendo-se o povo insultado, quando ia exercer um direito sagrado, por um subdelegado em frente de gente armada, sem duvida repelliria semelhante aggressão: as eleições pois fizeram-se ali em paz, devido ao accordo que mencionei; mas a camara dos deputados annullou-as porque o partido liberal triumphou ali.

Agora, na Parahyba do Norte, quantas mesas presididas pelos respectivos juizes de paz foram enxotadas para fóra das Igrejas pelos subdelegados e seus capangas? E o que disse a commissão da camara dos deputados a este respeito? — Não houve

coacção alguma, porque não se prova! — Ora, isto pôde-se supportar? Em summa, sao eleições dos subdelegados e não do povo. Da minha provincia podia referir muitos factos, mesmo alguns pouco importantes, mas que provão da parte das autoridades um espirito de promover desordens.

Em certa freguezia um subdelegado ameaçou com graves castigos aos que não accitassem a chapa do governo; de maneira que os pobres homens a quem esta ameaça foi feita virão-se obrigados a aceitar a tal chapa, que era escripta em papel do côr; mas querendo votar com a opposição, riscarão a chapa do governo e mettêrão dentro della a chapa em que querião votar, e assim, servindo a chapa do governo de capa, lançáram o seu voto na urna. O subdelegado, que estava tomando nota daquelles que não votavão na chapa que havia dado, e que era muito conhecida por causa da côr do papel, ficou satisfeito por ver que a maioria dos votos lançados na urna era da sua chapa; depois, porém, procedendo-se á apuração achou-se que a chapa do subdelegado, toda riscada, estava servindo de capa ás listas dos votantes. Tal era o terror que o povo tinha que praticava esta estrategia para poder votar em quem queria. Venceu ahi a opposição; mas veja-se agora como as cousas forão feitas. O collegio eleitoral onde predominavão os governistas e havião cinco candidatos á deputação, não podendo annullar estas eleições, mandou tomar em separado os votos destes eleitores.

O mesmo fizeram em uma freguezia da cidade,

onde nas vespas da eleição foi nomeado para subdelegado de policia um conselheiro, porque entendeu-se que o subdelegado que estava servindo não podia vencer a eleição. Este conselheiro subdelegado reconheceu que sem força armada não podia triumphar na eleição; requisitou por tanto 40 permanentes, e o presidente da provincia mandou pôr á sua disposição essa força. Já se vê que o presidente da provincia prestava-se a tudo, com tanto que não sahisse eleito um só opposicionista. A mesa reclamou contra a requisição e emprego desta força, e lavrou-se o protesto. Isto levou algum tempo, e entretanto representou-se ao presidente; mas, apezar de tudo quanto fez o subdelegado, a opposição venceu. O resultado foi o mesmo; mandou-se tambem tomar em separado essa votação para que não entrasse na camara um meabro da opposição!

O SR. VASCONCELLOS : — Está julgando das eleições da camara dos deputados.

O SR. VERGUEIRO : — Estou apenas expondo os factos que tenho contra a constitucionalidade e santidade das eleições proclamada pelo governo; mas, já que assim desgosto ao nobre senador, concluirei o meu discurso. O que eu queria era expender a minha opinião; fazer sentir que eu não approvava de modo nenhum essa declaração de impeccabilidade do governo. A constituição foi rasgada, os direitos individuaes dos cidadãos não serão respeitados; o voto do paiz, em lugar de ser livre, foi violentado, foi extorquido pela força, pela fraude e pelo abuso. (*Apoiados e não apoiados.*)

PRIMEIRO DISCURSO

DO EXM. SR. FERNANDES TORRES.

Eu peço que o senado tenha a bondade de me ouvir com toda a benevolencia. Estou muito pouco habituado a tomar parte nas discussões da tribuna, por isso não tenho aquella facilidade que tem outros oradores para bem desenvolverem as suas idéas.

E' para mim posição muito difficil tomar parte na discussão deste importante objecto, mas não era possível isentar-me de tomar este encargo. Esta difficuldade provém : primeiro, da razão que já expuz de estar pouco habituado a tomar parte nas discussões ; e em segundo lugar, da consideração que me merecem os nobres ministros da corêa. Tenho todavia um consolo, e é que em todas as censuras mais acres que tenho de fazer não presumo que fossem causa dellas os nobres ministros, que tudo quanto tenho de relatar estivesse nas intenções dos Srs. ministros.

Cumpre-me antes de tudo notar que, apesar das intimas relações e sympathias que tenho com muitos dos nobres ministros, infelizmente sempre temos estado na politica do paiz em posições oppositas, porque não me é possível conformar-me com os principios cardeaes de politica que são seguidos pelo lado a que pertence a nobre administração.

Exemplificarei esta proposição mencionando dous principios em que inteiramente discordamos. Eu penso que a administração do paiz, para felicidade delle, deve adoptar e seguir uma politica liberal e moderada; que com uma politica liberal, e moderada, é que deve assegurar a autoridade moral, que muito necessaria é ao governo do estado. Estou porém persuadido não ser esta politica, tal qual eu a concebo, aquella que a actual administração e o lado que a apoia e a adoptão. O segundo principio que divide a mim e o lado a que pertence a nobre administração, é a necessidade de reformas na legislação do estado; nesta parte ainda é mais clara a nossa divergencia.

Eu disse que não attribua aos nobres ministros actos que eu julgo censuraveis; mas tendo havido abusos no paiz de muitos dos quaes estou profundamente convencido, e de outros de que sou testemunha ocular, ainda que os não attribua á nobre administração, porque não tenho disto provas, nem posso fazer tal conceito da probidade politica de seus membros, comtudo não podia deixar de apresentar-me na tribuna para as denunciar, principalmente nas circumstancias presentes. Consi- guio a nobre administração uma camara na totalidade governista, apenas vejo uma honrada unidade da opposição na camara dos Srs. deputados; no senado, a opposição consta de mui poucos membros. Ora, em presença dos abusos que houverao no paiz, que papel ficaria fazendo o senador do imperio que pertenceu sempre ao lado hoje em

opposição, que não se apresentasse na tribuna em semelhantes circumstancias? Pertencei sempre a este lado politico; e logo que elle deixa de ter orgãos na tribuna da camara temporaria, logo que elle tem orgãos em muito pequeno numero na tribuna do senado, estes devem, com algum esforço mesmo, continuar a sustentar seus principios em politica, e a patentear seus abusos, para sobre elles chamar a attenção do senado. Resultará effeitos dahi tambem uma consolação para os que soffêrão os desses abusos quando outros resultados não possam dahi seguir-se.

Era minha intenção nesta sessão aproveitar alguma oportunidade para mencionar os excessos de que hei de fallar; tinha porém perdido a esperanza de tratar delles na resposta á falla do throno, porque como a discussão tinha versado unicamente sobre os negocios de Pernambuco de que não estava tanto ao facto como os honrados membros que delle se occuparão, estava resolvido a não entrar neste debate; mas quando em uma das ultimas sessões o nobre senador por Pernambuco, que foi presidente do conselho de ministros, avançou no elogio de sua administração proposições para mim muito contestaveis, *maxime* no que diz respeito á santidade das eleições, julguei-me compromettido a pedir a palavra.

O nobre senador disse que tinha havido liberdade nas eleições tanto no Rio de Janeiro, como nas provincias. Este trecho do discurso do nobre senador levou-me a pedir a palavra na resposta á

falla do throno para entrar nesta questão. E já que tenho de fallar, não deixarei de fazer algumas observações sobre outros objectos.

Não posso votar pela resposta tal qual se acha concebida e foi apresentada pela commissão, e darei as razões que para isso tenho.

Não sei, Sr. presidente, se acaso o governo lançou mão de todos os meios possiveis para prevenir a revolta de Pernambuco. Persuado-me que o governo, levantando a bandeira da justiça e da moderação devia proceder com todo o tino e circumspecção na applicação que esperava se fizesse de todos os corollarios desta sua bandeira áquella provincia, o que com a applicação delles se poderia evitar a revolta, se se attendesse bem ás circumstancias melindrosas em que a provincia se achava. Se eu estivesse convencido dos factos que hontem apresentou o nobre senador por Minas, eu partilhasse o conceito que elle faz a respeito do partido praieiro, que ali fez a revolta, eu me dispensaria destas observações; mas não estou persuadido que este partido, comquanto tenha alguns defeitos, comquanto tivesse algumas pretensões exageradas, possa ser caracterizado pela maneira por que o nobre senador o caracterizou hontem. O nobre senador figurou o partido da revolta como um partido sem propriedade.

O SR. VASCONCELLOS : — Não disse isto.

O SR. FERNANDES TORRES : — Se me não enganou disso que a propriedade estava concentrada no partido contrario. Eu não tenho muito conhe-

cimento da provincia e de seus habitantes, mas pelas informações de outros, estou persuadido que ha no partido praieiro muitos proprietarios, que ha neste partido muita illustração (o que não negou o nobre senador.) Estava convencido, e hoje estou muito mais, de que o partido praieiro formava a maioria da provincia de Pernambuco. Algumas informações que tinha daquella provincia não só como particular, mas também quando tive a honra de sentar-me nos conselhos da corôa, me levárão a esta convicção. Ora, tanto mais esta convicção se arreigou em meu espirito, quanto depois da revolta eu tenho visto as difficuldades em que se tem achado o governo para pacificar a provincia. Este facto tirou-me todas as duvidas que podesse ter ainda de que o partido praieiro era a maioria da provincia. Creio que ouvi isto mesmo a algumas pessoas do partido contrario, que não negando a importancia numerica do partido, apenas diziao que não era composto da gente mais escolhida da provincia, e eu não sei até que ponto pôde ser verdadeiro este juizo ; eu conheci e conheço muitos praieiros cidadaos respeitaveis, e hoje mesmo li uma parte do discurso do Sr. Ferreira Pena na camara dos Srs. deputados, em que elle confessa que muitos empregados praieiros que elle achou erão dignos de consideração e conceito.

Eu entro nestas cousas com o maior escrupulo, porque não sei se taxaráo estas idéas de anarchicas, como se costuma, e isto poder-me-ha trazer algum dezar; entendo porém que todas as opiniões

e interesses que se ventilaõ no paiz, devem ser representados nas camaras ; é uma das consequencias saudaveis do systema constitucional representativo, porque quando os partidos e seus interesses não tem nas camaras quem os represente e defenda, vão procurar outros recursos illegaes. E ainda mais me animei a fazer estas ponderações, apezar de que possam ser taxadas na casa ou fóra dellas de anarchicas, por outro motivo. Se sigo o principio contrario ao da administração e ao lado a que ella pertence, de que não são os meios energicos, os meios de terror, os unicos de acabar com a revolta, para conseguir o meu fim e provar a minha proposição de que o governo deve ser mais moderado, mais elemente, é preciso entrar na exposição que tenho feito.

Na convicção em que me achava de que o partido praieiro formava a maioria da provincia, não sei se o governo lançou mão de todos os meios para conseguir ali uma conciliação dos animos, se desenrolou bem a sua bandeira de justiça e tolerancia ; o que porém affirmo é que não achei boa a escolha do presidente. O Sr. Herculano Ferreira Pena tem seguido em politica o principio de não acompanhar nunca a opposição ; julga que serve melhor a seu paiz apoiando sempre o governo, e eu julgo que se pôde seguir esta opinião sem que isso sirva de dezar ao individuo que a adopta ; pôde ter motivos mui justos para isso, porque pôde ter entendido que o paiz se acha em taes circumstancias que não deve fazer opposição a governo algum,

qualquer que seja a politica que siga. Se estas minhas palavras lhe podem trazer injuria, devo declarar que não é esta a minha intenção. Reconheço muitas virtudes no Sr. Herculano, é um moço de muitas habilitações, de probidade reconhecida; os seus inimigos nunca lhe negarão isto; mas era um caracter proprio para ir para Pernambuco nas circumstancias melindrosas em que se achava a provincia? Eu julgo que não. Poderia muito bem o governo ter conservado o Sr. Antonio da Costa Pinto, que já não estava muito nas affeições do partido: este senhor com seu espirito de rectidão e imparcialidade poderia ir modificando as cousas em Pernambuco; e se o Sr. Costa Pinto não quizesse continuar, dever-se-hia nomear uma pessoa do partido dos nobres senadores, de politica decidida, mas de animo moderado e conciliador. Persuado-me que com estas medidas talvez se tivesse evitado a revolta.

Faço estas considerações para apresentar, torno a dizer, a politica que desejo seguir na resposta á falla do throno, de moderação e clemencia; julgo que o senado não deve só recommendar meios energicos por estas razões que exponho. Eu vejo, senhores, segundo foi declarado na outra camara, que o governo para o Rio Grande do Norte seguiu uma politica diversa. Se é verdade o que disse um nobre deputado, que julgo estar nas circumstancias de o saber, levou o presidente do Rio Grande do Norte recommendações para attender ao partido sulista que era o partido mais numeroso na pro-

vincia, apesar de ser tido como representante do partido praiero naquella provincia. Que o Rio Grande do Norte não estava nas mesmas circunstancias de Pernambuco, concordo; nem desejava que os nobres ministros dissessem ao presidente — procure o apoio dos praieros, — assim como recommendou para o Rio Grande do Norte; mas parece-me que podião dar-lhe outras recommendações senão para entregar-se nas mãos dos praieiros para não se entregar nas mãos do partido contrario do nobre ministro da justiça dizer-se que os partidos em Pernambuco tinham chegado ao maior grão de irritação; portanto, maior devia ser o melindre da parte dos nobres ministros a respeito daquella provincia. Visto ter feito estas observações, devo declarar que reprovo altamente, e sempre reprovarei, movimentos revoltosos; não sei que meios materiaes sejam sufficientes para se conseguir qualquer principio ou idéa liberal e de progresso, e muito menos para lhe dar estabilidade.

Consideremos mesmo agora os negocios do Pernambuco depois da revolta. Devia o governo rebatê-la; era sua obrigação; era seu dever; mas não posso deixar de notar que, tendo meios na constituição para bater a revolta, não lançasse mão destes meios. Eu não deixo de dar alguma attenção ao principio expendido na casa de utilidade publica, de circunstancias extraordinarias para justificar medidas extraordinarias; não approvaria a conduta do ministro que nos viesse dizer: — Perdeuse uma provincia, está a constituição destruida

porque não podia tomar taes e taes medidas. — Um semelhante ministro eu não o julgaria digno de seu posto ; mas a constituição deu-nos todos os meios de salva-la ; ella em si mesmo estabeleceu os meios para taes urgencias. Creio que não se pôde achar cousa melhor que o artigo da constituição que autorisa suspender as garantias. Pôde entrar em questão o que se tem ventilado na casa, até onde se pôde levar esta suspensão, mas nós já temos a pratica seguida : — prisão sem culpa formada, prisão de suspeitos, e mesmo a suspensão da liberdade, e de exprimir o pensamento por escripto, que pôde dar muito fogo a uma revolta. — O que é verdade é que ha meios constitucionaes para se evitar que os ministros digão que praticarão taes e taes actos por utilidade publica, pois que é principio muito vago, e que a constituição quer evitar por muito perigoso.

Não voto pois pela resposta á falla do throno, porque só recommenda meios energicos. Se o estado de Pernambuco ainda precisa de meios energicos, o senado falle nelles e os indique, porém não omitta a indicação das medidas de moderação e clemencia. Estes principios vao de encontro á opinião dos Srs. ministros de estado ; assentão que não é o meio de moderação e de clemencia que pôde conquistar os revoltosos. Se tratassemos da revolta em armas, estavamos concordes, todo o vigor era preciso ; mas a revolta não acabou, ou quas não acabou a 2 de fevereiro ? Ficárao pequenos bandos dispersos que procuravão uma taboa de

salvação, e a aceitario. O que ha hoje em Pernambuco ? Pequenas partidas de homens que não podem voltar atrás ; praticárao um crime, demos-lhes essa taboa de salvação. Creio pois que faria muito bem o senado, que era proprio do senado, do corpo legislativo, na resposta á falla do trono aconselhar tambem os meios de clemencia : aconselhe-se a energia ; o governo que julgue até onde deve chegar esta energia, mas saiba que a assembléa geral deseja tambem que haja clemencia. Não conquistemos materialmente ; façamos tambem uma conquista moral.

Por estas razões, senhores, eu voto pela emenda do Sr. Alves Branco ; não approvo as palavras que o governo entendeu que lhe erão offensivas. O Sr. Alves Branco já explicou que não tinha intenção de offender o ministerio com a palavra — nao equivocava ; — entende, como eu, que os nobres ministros não estendêrão tanto os beneficios da amnistia, como nós entendemos que se devêra estender. Não votarei pois pela ultima parte da emenda ; seguramente ella não passa ; mas se passasse, como é estylo do senado mandar as emendas, a commissão podia se dar a esta outra redacção, comprehendendo a idéa que emitti, que se recomende energia e clemencia, que se lance mão dos dous meios.

Passarei agora a dizer alguma cousa sobre as eleições. Eu não posso fallar neste objecto sem principiar por notar o phenomeno que se tem dado no nosso paiz de em todas as eleições o governo obter maioria. Parece-me isto muy grave ; julgo

que o senado, que deve ter a peito velar na guarda da constituição e das leis, deveria considerar bem este phenomeno e quaes as causas que o produzi-
rão, porque d'elle devemos tirar duas consequen-
cias: ou algumas das eleições tem sido forçadas,
ou o povo não tem mais fé nas instituições; não
sei como de outro modo se possa explicar seme-
lhante phenomeno. Acabava-se em setembro de
fazer as eleições municipaes, acabava-se a admi-
nistração passada de obter uma victoria completa
na eleição da côrte; em duas eleições de deputados
obteve maioria a passada administração; muda-se
ella, outra lhe succede de princípios oppostos, e
apresenta-se uma camara unanime. Isto é um phe-
nomeno que os homens politicos, que os estadistas
devem muito ponderar: é obrigação que temos
quando tomamos assento nestes lugares conhecer
as causas e removê-las.

Feita esta observação geral, passarei a particu-
larisar factos sobre eleições; mas antes disso lem-
brarei que o Sr. senador por Minas hontem assus-
tou-me a respeito deste topico. Pensa o Sr. senador
que a discussão do senado a respeito de eleições
offende as decisões da camara dos Srs. deputados.

O SR. VASCONCILLOS; — Não.

O SR. FERNANDES TORRES: — Bem: não pre-
tendo ser juiz da eleição da camara dos Srs. de-
putados, nem de nenhuma das provincias, nem
da eleição em geral; mas entendo que o senado
está no seu direito não querendo julgar das elei-
ções, entrando na analyse dos abusos que nellas

se derao: isto por muitos motivos. O senado tem obrigação, como já disse, de velar na guarda da constituição e das leis; se as leis forão violadas ou em eleições ou por outro qualquer modo, temos obrigação de denunciar essas violações. Ainda mais: no discurso da corôa falla-se nas vantagens do systema monarchico — representativo, e uma dellas é a intervenção que tem o paiz no governo do estado. Creio pois que o senado tambem por este lado, não entrando no julgamento das eleições dos Srs. deputados, pôde observar se acaso ellas são fieis, se os represetantes que tem sido mandados para a camara são genuinos, guardando até certo ponto as deferencias que devem ter as camaras uma parte com a outra.

Tenho de apresentar alguns factos a respeito das eleições, e nesta parte não tenho remedio senão começar por dirigir-me aos nobres ministros. O primeiro facto é a ordem para que fizessem as eleições pelas qualificações deste anno. Persuado-me que houverão duvidas a este respeito, que o governo foi consultado sobre este objecto pelos presidentes das provincias. Entendo que o governo tinha direito de esclarecer, de responder as duvidas; mas na sua declaração, a meu ver, não seguiu nem a letra nem o espirito da lei. Em muito poucas palavras verei se posso provar esta proposição,

Diz a lei que, havendo dissolução da camara dos deputados, a eleição a que se proceder por esta causa será feita com a qualificação ultimamente

feita, de modo que entre a dissolução e a eleição não haja qualificação. Esta é a letra da lei. A qualificação achava-se feita quando se dissolveu a camara? Não: nem se achavão acabados os trabalhos da junta de qualificação, e muito menos podia-se julgar feitas as que pendião de recursos do conselho municipal. Este aviso está em contradicção com o outro em que o governo declara que qualificação feita ou concluída só podia dizer aquella que estivesse decidida nas juntas de qualificação, e sem recurso para o conselho municipal, e as que pendessem deste recurso só se poderiam julgar feitas depois da decisão deste conselho, e esta intelligencia está muito conforme com a lei e em contradicção com a outra.

Ora, confirão-se as datas não só de quando devião acabar as qualificações em muitos lugares, e principalmente de quando podião os conselhos decidir definitivamente do recurso, e me digão se entre a dissolução e a eleição não houve uma qualificação.

Eu disse que o aviso estava contra a letra da lei e contra o seu espirito. A lei teve em vista, quando determinou a qualificação para o mez de janeiro, que a mesma qualificação não se fizesse, como antigamente se fazia. proxima a luta eleitoral, no desenvolvimento das paixões eleitoraes, para que podesse haver tanta imparcialidade quanto é possível nos julgamentos. Este, entendendo eu, foi o espirito da lei, e, se bem me recordo, se desenvolveu na discussão da mesma lei, e para

mim foi uma das preciosidades della. Era a fonte principal dos abusos que se commettião antes desta lei a qualificação feita na proximidade ou nas vespervas da eleição. Ora, se este foi o espirito da lei, creio que a explicação do ministerio não está em conformidade com ella.

Tanto mais me confirmo nesta opinião quanto me persuado que os abusos que a lei quiz evitar se derão. Na cidade de Marianna um mez antes da qualificação dizia-se (é preciso que desça a estas particularidades) que o juiz de direito havia de ficar doente nas vespervas do conselho municipal, para que não presidisse o juiz municipal, de facto que na vespera da reunião do conselho o juiz de direito deu parte de doente, entrou o juiz municipal; para o serviço de juiz de direito, e foi presidir o conselho municipal o juiz municipal supplente que era governista. Apontaria outro facto (talvez haja mais) que se deu em Oliveiras. Estava eleita a camara municipal. O presidente da camara eleita era opposicionista, e o da camara que acabava era governista; a 2 de fevereiro estava concluida a eleição, não entrou para a nova camara em exercício senão depois de acabados os trabalhos do conselho municipal de recurso. Outros abusos se commetterão neste sentido, e no julgamento dos recursos por se mandar fazer a eleição pela qualificação deste anno que ainda estava em julgamento, e pendente, não os mencionarei todos.

Outro acto tambem ha do ministerio que devo

mencionar, porque não sei a razão politica ou de estado que teve para o praticar. Em Minas, ha muito tempo, não havia força de linha se não alguma companhia, ou pequeno destacamento, estava-se em vespas de eleições, a provincia não dava o minimo symptoma de revolta, tinha mostrado, e ainda hoje mostra a opposição o seu decidido intento de resignar-se a tudo. Qual foi a razão pois porque se remetteu para aquella provincia um corpo de fuzileiros ? E' verdade que este corpo ficava na capital, mas toda a mais tropa que ali havia foi distribuida por outros lugares até onde pôde chegar. Não posso deixar de censurar este facto; poderá haver alguma razão que o justifique, mas eu, não sei dessa razão, creio que me compete, como opposicionista, estranha-lo. Ficarei satisfeito se me derem a razão que justifique esta medida, porque o resultado foi que se lançou mão da força de policia e de cavallaria para distribui-la por differentes freguezias da provincia. Eu sei que as requisições dos subdelegados eram muitas, mas o presidente distribuio a força que podia. Ouvi dizer que o corpo de fuzileiros foi com ordem de ficar na capital; não foi possível satisfazer aos desejos dos subdelegados, porque estou convencido que se houvesse mais força para distribuir, os opposicionistas na provincia de Minas não terião um só eleitor.

Não tratarei todos os factos que então se derão; mas os occorridos em uma ou outra freguizia: não poderei relatar todos. Apresentavão os subdelega-

dos força nas vespas e dia da eleição sem pretexto algum; dizião que era para não consentir que entrassem os votantes com armas; mas o resultado o senado pôde julgar qual seria, a coacção do voto, porque os votantes ainda desarmados não se animarão a ir dar o seu voto. Devo dizer a casa que não só no lugar onde resido, como em diferentes pontos da provincia, segundo ouvi a pessoas que nelles morao, a linguagem era a mesma — o governo havia de vencer a torto ou a direito. — Vi mesmo cartas neste sentido, não de autoridades, mas de pessoas influentes, escriptas a subdelegados, nas quaes se dizia — nós contamos com a victoria, você vença por bem ou por mal.

Dous mezes mais ou menos antes da eleição, como ia dizendo, dizia-se isto: — O governo ha de vencer ou por bem ou por mal. — E se algum subdelegado se observava que elle não poderia vencer a eleição por não ter maioria no lugar, respondia que havia de vencer, quaesquer que fossem as medidas para isso precisas. Poder-se-ha dizer que são estylos de outras eleições, mas esses estylos muito se aperfeiçoarão e se tornarão em um systema organizado.

Na minha freguizia dizia-se: — Aqui só o senador é que poderá votar, porque é privilegiado, tudo o mais ha de ir para a cadeia, ha de ser processado .. —

O SR. RODRIGUES TORRES: — dá um a parte que não ouvimos.

O SR. FERNANDES TORRES: — Sei que o Sr.

senador reprovava isto, que se estivesse lá comsigo havia de revoltar-se, como eu me revoltei. Eu estou acostumado a reprovár taes violencias, quaesquer que sejam seus autores, qualquer que seja o partido que as pratique; não podia pois deixar de revoltar-me com semelhante procedimento.

Já disse que não poderei relatar os factos que se derão em muitas freguezias, isso fatigaria o senador. Em S. João Nepomuceno os opposicionistas que formavão a mesa eleitoral quizerão dar execução a um accordão da relação; mas o delegado oppôz-se, não quiz que fossem chamados os homens que a relação julgou com direito de votar, e não só os membros da mesa como os mais opposicionistas presentes, e em maioria. havendo primeiro perguntado solemnemente ao delegado se elle pretendia intervir na eleição com a força armada que tinha presente, e sendo respondido por este, que havia de intervir, com esta declaração retiráram-se, não só os da mesa como os mais em grande numero, e o delegado fez a eleição como quiz com a minoria de votantes governistas, a mesa levou isto ao conhecimento do presidente; não sei porém que houvesse providencia alguma.

No termo de Marianna, freguezia de S. Caetano, organisou-se em paz a mesa parochial; no primeiro dia fez-se a primeira e segunda chamada e no segundo, concluida a apuração, começou o subdelegado a suscitar duvidas sobre uma differen-

ça de 5 votos mais ou menos que apparecia, no calculo da votação; restava somente lavrar-se a acta, e neste ponto a tal grão chegarão as ameaças do subdelegado, e de sua gente que o juiz de paz e dous membros da mesa tomárão o partido prudente de retirarem-se, e o subdelegado, que era tambem segundo ou terceiro juiz de paz, organisou a sua mesa, e nesse mesmo dia das 3 horas da tarde até alta noite fez uma eleição sua, sem os votantes que se haviam retirado, e esta eleição foi a que ficou valendo.

E' preciso atender que essas providencias electoraes não apparecêrão nas vespervas da eleição; dous meses antes já com ellas se ameaçavão os votantes. Eu tive de me declarar o mais perfeito governista, e affirmava a todos que me consultavão que essas não erão as intenções nem recommendações do governo, e antes da eleição assegurava que nem mesmo os agentes da policia farião os excessos que então promettião praticar, nas vespervas porem da eleição me desenganei de que não erão meras bravatas. No Forquim, como em outras freguezias, se empregárão guardas nacionaes (da opposição) em differentes diligencias, sendo uma dellas a de oito guardas nacionaes para buscarem armas á casa do chefe de legião a 12 leguas de distancia. o que é facto averiguado; dizem que ião acompanhados de uma recommendação para lá se demorarem; mas o chefe de legião, que é homem probo, despachou-os logo para que podessem ainda votar em sua freguezia: fizeram estes

guardas nacionaes marchas forçadas, dia e noite, com o empenho de não perderem os seus votos, e de facto chegaram no segundo dia da eleição, a hora da terceira chamada: quando o commandante e subdelegado soube desta dedicação, e que os ditos guardas nacionaes se achavão já na igreja para votar, tendo tambem já desconfiança de que a eleição estava perdida, dirigio-se para a igreja com força armada, e obrigou o juiz de paz presidente da mesa e outros membros della a fugirem espavoridos, e apoderou-se da urna, conseguindo com isto inutilisar a eleição e amedrontar todos os votantes que lhe não erão favoraveis: marcou-se outro dia para a nova eleição, á qual em consequencia do medo não assistirão os juizes de paz da freguezia, nem dous terços de votantes: esta eleição foi presidida pelo juiz de paz mais vizinho.

Naquellas freguezias mesmo onde a opposição venceu, eu o repito, se os subdelegados tivessem força, a opposição não teria vencido. Eu aconselhava a meus amigos que me consultavão que não fossem votar nas freguezias onde os subdelegados tinham força, para não se comprometterem, bem que elles quizessem usar desse direito que a constituição lhes garantia e que a policia tinha obrigação de proteger. No Presidio fazia-se a eleição e estava-se dando buscas na casa do juiz de paz que presidia a mesa. Houve subdelegados que tinham em vista tanto desacreditar o governo que, observando-se-lhes alguns desses desatinos, diziao: — O governo assim o quer; o Sr. Souza Ramos ha

de approvar. — Outro subdelegado, fazendo-se em uma audiencia do juiz de paz as mesmas observações, dizia : — Ora vocês estão com isto ; este governo é governo de tronco e corrente. — Isto desacredita o governo. Como eu não estava presente nesta audiencia e quiz verificar isto, dahi a dias em uma reunião dos que tinham contado o facto e do proprio subdelegado o referi, e elle o confirmou.

(Por esta occasião trocáo-se alguns apartes entre os Srs. Vasconcellos e Vergueiro.)

A' vista das observações que tenho feito, dos factos que tenho apresentado (e não irei adiante ; ha muitos outros que deixo de referir,) que juizo poderá fazer-se da eleição ultimamente feita ? Combinando estes factos de Minas com os que li denunciados na camara dos Srs. deputados por diferentes Srs. governistas daquella camara, digão-me que juizo se poderá fazer ? Eu rogo a cada um dos Srs. senadores, se ainda o não fizerão, que leião com attenção a discussão sobre o Rio Grande do Norte ; leião com attenção a discussão ultimamente havida sobre o Piauhy ; leião com attenção a discussão sobre Matto-Grosso, sobre Sergipe d'El-Rei, sobre Ubatuba.

Senhores, são os proprios Srs. deputados governistas que se batêrão uns com os outros ! e regozi-jei-me de ouvir dizer-se : — A eleição nao é do governo, é do povo. — Este principio, propalado na tribuna da camara dos deputados pelos Srs. governistas, é de alguma esperanza, e echoará nas

provincias. Os proprios deputados do governo declarão que a eleição é do povo. ...

O SR. DANTAS : — É de todos os votantes.

O SR. FERNANDES TORRES : — Entao não me endendeu. Sim, senhor, é de todos os votantes.

Os Srs. deputados a que me riño, e que forão diversos, porque uns tomárão a defeza de uma, e outros de outras das provincias mencionadas, tomárão a si o mesmo empenho, que aqui tomo por Minas, e acabão de convencer-me que os abusos forão levados a um systema uniforme.

Mas, senhores, não é necessario que o senado tome isto em consideração ? Não é necessario examinar todos estes factos, e ver quaes são as providencias que se devem tomarem semelhantes circumstancias, e ver-se-ha algum remedio possivel a dar-se? Eu entendo que é do senado; e que só assim poderá fortificar a harmonia entre os poderes do estado, poderão haver uma verdadeira e genuina representação nacional ; do contrario não se pôde dizer que a nação intervem nas seus negocios ; intervem no governo.

Mas o que é peor, senhores, o que sobe de ponto além destes escandalos, é o estado em que fica o povo depois de uma eleição ! Aquelles que tiverão o arrojo de vencer todos estes obstaculos, de se apresentar corajosos para dar o seu voto, são designados pela policia para recrutas, para outras diligencias com preferencia a outros. De maneira que o povo vai-se desgostando com estas cousas, e convencendo-se de que isto não serve senão para

comprometter ; se não temos garantia de votos, é melhor não termos um direito que nos compromette, e cujo exercício nos sujeita a soffrimentos e perseguição.

Sobre eleições nada mais direi.

Já declarei que voto pela primeira emenda do Sr. Alves Branco com as restricções de que já fiz menção. Não posso saber as relações em que está o governo com as nações estrangeiras; não posso saber que grão de necessidade tem da força. Como estou muito resolvido não só por mim ; mas a fazer com que todos os Brasileiros apoiem o governo, qualquer que seja, para salvar a honra e dignidade da nação, podem estar os Srs. ministros certos que votarei por tudo quanto elles disserem que fôr necessario para este fim. Se me declarasse que o fim da força era unicamente para o serviço interno, eu seria mais restricto ; mas como não posso entrar nesta indagação, não quero me arriscar a dar um voto que tendesse a restringir as forças que o governo aliás julga necessarias.

Voto pela quarta emenda do Sr. Alves Branco na parte em que indica a necessidade de reformas em nova legislação ; era o que eu quereria que se indicasse na resposta a fallá do throno. Portanto julgo indispensavel que se fação reformas na legislação, e ouvi com gosto, na ultima sessão, declarar ao nobre senador que o governo estava disposto a fazer alguns retoques na lei de 3 de dezembro. Não sei qual é a extensão desses retoques ; podem ser taes que não vote por elles.

Ora, particularisando um dos pontos dessa lei, direi qual é o meu pensamento que está inteiramente em desaccordo, como presumo, com a opinião dos nobres senadores do lado do governo. Entendo que tem feito grande mal a disposição da lei de 3 de dezembro na parte em que creou essa rede policial em todo o imperio. Quando se tratou dessa lei, foi esta uma de suas disposições que me pareceu mais perniciosa em seus effeitos. De facto, o que então receiava se tem verificado, e ainda mais do que previa ; entendi logo que, não tendo o governo conhecimento do pessoal das localidades, seguiria informações estranhas e apaixonadas, o seria as mais das vezes infeliz na escolha desses empregados, e com o governo representativo que temos, na presença de interesses eleitoraes e de partido, seriam nomeados os homens de menos merecimento e de nenhuma influencia local que julguei de muito máo effeito para a paz e socego das localidades, e a experiencia me não tem desenganoado. Estava eu convencido, e hoje ainda muito mais o estou, que os juizes de paz são muito sufficientes para exercer toda a jurisdicção, dos districtos, sem prejuizo da boa administração, entretanto que são elles a expressão das maiorias locaes. Além de todos os meios de acção e de fiscalisação que o governo sempre teve sobre os juizes de paz, hoje ainda de mais tem o meio mais seguro e effectivo de promover sua responsabilidade por via de juizes de direito, como consagra a lei de 3 de dezembro, que nesta parte tenho por muito providente. E'

uma difficuldade o acertar o governo nos lugares longiquos do Brasil em semelhantes nomeações, por melhor que seja a sua vontade, e da má escolha que em regra geral se faz tem resultado não poucos males.

Já não fallo da outra parte da reforma, que consiste na suppressão do poder julgar que se deu a esses empregados amoviveis *ad nutum*. Não fallo nesta parte, porque vejo que nisto ha já accordo do governo com a minha opinião; e já o Sr. senador o Sr. Vasconcellos apresentou em outra occasião reforma de lei neste sentido. Assim como a este respeito já se tem mudado as convicções, espero que ellas se mudem a respeito do mais.

Concluo, Sr. presidente, declarando e resumindo o meu voto pela necessidade de se indicar na resposta os meios de moderação e clemencia para a pacificação da provincia de Pernambuco, e as reformas na lei de eleições e na lei de 3 de dezembro.



EMENDA

AO § 4º. DA RESPOSTA

A FALLA DO THRONO

PELO HONRADO SENADOR

José Martiniano de Alencar.

« No fim do § 4º. acrescentem-se as palavras seguintes :

«E ao mesmo tempo julga não errar asseverando a V. M. I. que uma amnistia geral concedida agora á infeliz provincia de Pernambuco seria um acto muito agradavel á grande maioria dos Pernambucanos, o mais efficaz meio de se acabar de pacificar aquella provincia, e a unica medida, capaz de harmonisar os animos e chamar á concordia os partidos que ali se debatem. — *José Martiniano de Alencar.* »

DISCURSO

DO EXM, SR. MARTINIANNI DE ALENCAR.

Sr. presidente, quero votar pela idéa cardeal que está na primeira emenda do Sr. Alves Branco, mas desejava torna-la mais precisa, mais positiva. Também desejava despi-la de algumas expressões mais fortes de que usou o nobre senador, e que não serão approvadas pelo senado, cuja grande maioria sustenta a actual administração.

Tencionava apresentar quarta-feira uma sub-emenda á emenda do Sr. Alves Branco ; ou, para melhor dizer, offerecer uma emenda accrescentando algumas palavras ao § 4.º da resposta á falla do throno. Não alterava nem uma virgula da resposta ; queria apenas accrescentar algumas palavras a este paragrapho ; mas confesso a V. Ex. que fiquei sem animo de o fazer nesse dia. O meu fim apresentando emenda a este paragrapho era attenuar um pouco as desgraças, os soffrimentos e males que pesão sobre uma grande porção do povo de uma provincia grande e heroica, mas tão infeliz, como é Pernambuco ; o meu fim unico era procurar suavisar os males de tantas pessoas illustres, de tantas victimas que soffrem hoje os males que dilacerão aquella provincia, de muitos dos quaes eu continuo a ser amigo. Sim, eu os acompanho com os meus sentimentos nos seus males, ou nas masmorras ou

nos degredos, e o meu fim era procurar com minhas palavras adoçar esses males, ou, quando mais não fosse, consola-los quando vissem que ainda existem pessoas que advogão a sua causa.

Não pretendo entrar em minuciosidades ácerca da revolta de Pernambuco ; não desejo aggravar a ninguém, não o tenho mesmo animo nem força para isto. Posto que muitas pessoas me julguem acerrimo opposicionista, sou apenas de um partido ; não sigo a politica do governo, mas não tenho força para atassalha-lo. Lembra-me que existem no governo pessoas a quem quero bem, cuja amizade de ha muito aprecio, e a quem não tenho motivos reaes e pessoas para declarar guerra. O mesmo digo dos presidentes de Pernambuco : tem havido tres nesta crise, e de dous sou amigo. Não posso pois, não tenho forças para accusa-los, para usar a seu respeito de uma linguagem energica. Muita lealdade devo aos meus amigos, muitos desejos tenho de lhes fazer todo o bem ; seria capaz de derramar o meu sangue, sacrificar a minha fortuna em sua defeza ; mas não tenho animo de atacar a quem devo respeito, a quem devo até favores ; julgo mesmo que não é este o meio de procurar fazer bem aos meus amigos, a esses proscriptos, que considero ainda homens benemeritos. Penso mesmo que, atacando a administração e aos presidentes que tem servido naquella provincia, não era meio de poder chamar sobre elles aquelles sentimentos de benevolencia ou de philanthropia que eu desejava que houvesse.

Eu tinha, Sr. presidente, de apresentar essa emenda quarta-feira, mas o discurso que ouvi proferir por S. Ex. o Sr. ex-presidente do conselho me fez esmorecer. Pensava que as maiores queixas contra o partido que fez agora a revolta em Pernambuco ou os grandes defeitos que se lhe attribuião datavão do tempo em que appareceu a revolta, mas o discurso desse nobre senador, que aliás é filho daquella provincia, e que por isso eu suppunha que teria sempre um certo amor e dedicação a todos os habitantes, sendo de mais a mais o nobre senador pessoa tão grada, que conheço ha muitos annos, que o vi desde as côrtes constituintes de Lisboa, sempre moderado, manso e pacifico ; esse discurso, digo, pronunciado com tanta energia, procurando descobrir antigos defeitos nesse partido, tachando-o de virulento e acrimonioso, fez-me vacillar, porque sou amigo das notabilidades praieiras. E sendo amigo desses cidadãos, confesso que fiquei a tremer quando o nobre senador disse que ia esboçar os actos daquelle partido, apresentando-lo de maneira que não se podesse ter compaixão delle... Não forão estas as palavras do nobre senador, mas pouco mais ou menos importavão isto. Já o acto da revolta era grande, mas elle ia apresentar os precedentes desse partido ; e com effeito procurou afeiçar a conducta desse partido.

O que disse porém S. Ex. ? Que sendo filho daquella provincia, melhor pôde conhecer as pessoas eminentes desse partido, e muito melhor o seu character e moralidade, S. Ex. fallando com tanta

força, com tanta... direi só — energia, — outros dirão — acrimonia, — remontou-se a uma época anterior á revolta, principiou na presidencia do Sr. Marcellino de Brito, e disse que sendo o Sr. Marcellino de Brito homem muito moderado, illustrado e capaz, não teve o apoio desse partido ! O nobre senador achou honroso este acto que praticou o partido ! Mas, pergunto, não tinha o partido o direito de apoiar ou deixar de apoiar a este ou aquelle administrador da provincia ? Tinha ; entretanto não me recorde de ver de parte dos Pernambucanos hostilidade aberta ao Sr. Marcellino de Brito. O Sr. Marcellino de Brito era delegado de um governo de quem o partido era correligionario ; mas o Sr. Marcellino de Brito, moderado, pessoa muito illustrada e capaz, foi para Pernambuco, e por isso mesmo que era moderado achou certas difficuldades na administração da provincia : quem sabe de que lado politico partirão essas difficuldades ? Elle, cheio de escrúpulos, não querendo praticar actos extraordinarios, pedio demissão. Foi isto um crime que o nobre senador descobrio no partido praieiro !

Vamos a presidencia do Sr. Thomaz Xavier. Ainda desejo saber se é crime declarar-se qualquer partido em opposição quando a administração não lhe é favoravel ou não marcha como elle julga conveniente á causa publica ; se isto é um crime, então todos os partidos tem sido criminosos. O Sr. Thomaz Xavier tambem é pessoa muito respeitavel e illustrada. Quaes forão as

hostilidades que o partido praieiro fez ao Sr. Thomaz Xavier? Tratava-se da eleição de um senador; o Sr. Thomaz Xavier era candidato, e entrava na chapa do partido contrario ao praieiro: o partido praieiro metteu na sua chapa um illustre brasileiro, respeitavel por todos os titulos, e a quem chamavamos — o patriarcha da independencia. — Fallo do Sr. Antonio Carlos, cuja candidatura era tambem apoiada pelo ministerio de que então fazia parte o nobre senador o Sr. Hollanda Cavalcanti. Já vê o senado que havia de apparecer alguma divergencia entre os dous partidos; mas não chegou a haver hostilidade alguma; foi eleito e escolhido o Sr. Antonio Carlos, e o Sr. Thomaz Xavier pedio a sua demissão.

Seguiu-se o Sr. Chichorro da Gama. A respeito desta presidencia fez o nobre senador uma reticencia, não disse cousa alguma! Ora o Sr. Chichorro da Gama não é homem desconhecido no Brasil, é pessoa muito respeitavel magistrado antigo e muito honrado, de grande illustração, tem occupado os primeiros cargos do paiz, tem sido representante da nação por diversas vezes, e é conhecido por seu aferro extraordinario aos principios liberaes. Merecia pois que o nobre senador usasse a seu respeito das mesmas palavras de que se servira fallando dos outros; que fizesse os mesmos elogios á sua propriedade e illustração: entretanto o nobre senador nada disse relativamente á presidencia desse cidadão.

O Sr. Chichorro da Gama foi apoiado na sua

presidencia pelo partido praieiro; e como no pensar do nobre senador é crime fazer um partido opposição a um presidente, se S. Ex. quizesse falar ácerca da presidencia do Sr. Chichorro da Gama, faria sem duvida uma censura ao partido opposto ao praieiro, porque esse partido fez opposição forte e vigorosa a presidencia do Sr. Chichorro da Gama. Vê portanto o senado que o partido praieiro não tem por systema fazer guerra a todos os presidentes, como quiz fazer acreditar o nobre senador: e tanto o partido praieiro não fez essas hostilidades ao Sr. Marcellino de Brito, que vindo esse senhor para a administração geral do estado, não contrariou a esse partido, pois que até conservou na presidencia daquella provincia o Sr. Chichorro da Gama, que era sustentado pelo partido praieiro; e mesmo creio que não offereceu obstaculo algum a escolha do Sr. Chichorro da Gama para senador por aquella provincia. Poderia haver pois uma ou outra divergencia, porém hostilidades donde se possa inferir que esse partido tinha por systema guerrear todas as administrações que não cedessem as suas exigencias, certamente não.

Foi depois o Sr. Pires da Motta. O nobre senador tambem pouco disse ácerca da presidencia deste senhor. Com effeito o Sr. Pires da Motta parece que quiz neutralisar os partidos; tenho achado muitas demissões dadas por um vice-presidente que por algum tempo governou a provincia, fez algumas reintegrações; mas consta-me que depois pediu a sua demissão.

Chegou o Sr. Costa Pinto. Este senhor não fez favores ao partido praieiro; e isto mesmo declarou no relatório que apresentou ao seu successor; nem mesmo fez reintegrações senão mui poucas; e isto porque as pessoas que haviam sido nomeadas, realmente não gozavam de bom conceito. Entretanto o Sr. Costa Pinto não foi hostilizado pelo partido praieiro; pelo contrario, viveu bem com elle.

Agora, Sr. presidente, desvanecidas as prevenções contra o procedimento do partido praieiro antes da revolta, consideremos este acontecimento.

Senhores, ninguém santifica as revoltas, ninguém diz que são boas, pelo contrario são sempre más. Só os resultados as justificão. Do que se trata, senhores, é de saber se os motivos que occasionáram a revolta são daquelles que podem desculpar um acto repentino. Os adversarios do partido praieiro dizem que a revolta de Pernambuco foi manejada debaixo de plano; onde estão as provas disto? Pois muitos desses chefes da revolta não tem vivido connosco, não tem sido nossos collegas na assembléa geral? Pôde-se suppôr que homens abastados, ricos proprietarios, gozando de bellas posições sociaes, lançassem mão das armas, deixando suas familias, todas as commodidades, as suas propriedades, só por calculo de interesse? Não se vê que aqui não entrou espirito de malvadez ou calculo frio de ambição? Haverá arrebatamentos de fanatismo politico; e quando isto acontece, não se deve ir prescrutar a verdadeira causa de semelhante facto ?...

Senhores, posto que um nobre senador nos dissesse que as amnistias não erao boa panacéa, entendendo que não podemos ser conquistadores na nossa propria terra. Quando nossos irmãos cahem nesses arrebatamentos, não ha remedio senão apresentar meios moderados ; a força é para o momento. Apparece a rebelião ; o governo apresenta-se logo com a força armada para anniquilal-a. Vencidos os revoltosos, as medidas de moderação e equidade devem ser postas em acção.

Talvez se diga — Pernambuco já teve uma amnistia : — é o que nego. Cuido, Sr. presidente, que suscitou-se a idéa de dar amnistia a Pernambuco. Essa idéa é tao natural, tao consentanea com o character dos Brasileiros, que creio que se quiz dar essa amnistia a Pernambuco ; mas não sei porque não foi dada ; não attribuo a más intenções ; mas o caso é que o decreto que appareceu com o nome de amnistia é muito celebre. As amnistias, senhores, são sempre geraes, abrangem todos, e só por excepção excluem um ou outro ; mas o decreto que appareceu apenas abrange um ou outro individuo. E' pois singular ; não é uma amnistia concedida aos povos, é uma nova faculdade conferida ao presidente da provincia! Tendo-se armado o presidente da provincia de ponto em branco, como se costuma dizer, com todos os meios para abafar a revolta e perseguir os revoltosos, deu-se-lhe tambem a regalia de perdoar a um ou outro individuo. Ora, a grande attribuição de perdoar só pertence ao poder moderador ; e não descubro na constituição

que os poderes do estado possam delegar suas attribuições a pessoa alguma. Os cidadãos é que, segundo a constituição, podem fazer tudo aquillo que a lei não prohibe ; mas os poderes do estado não podem fazer se não aquillo que está escripto na constituição e nas leis ; e na constituição não vejo artigo algum que diga que possam delegar suas attribuições a outrem.

O poder moderador é privativamente delegado ao Imperador ; e nem ao menos diz a constituição que o Imperador exerça os actos do poder moderador pelos seus ministros ; estes actos pois são exercidos directamente pelo Imperador ; os ministros apenas os referendão. E mesmo nesta casa já se questionou se os actos do poder moderador devião ser referendados ; mas, para salvar-se o poder moderador de qualquer responsabilidade moral pelos seus actos, assentou-se que os ministros devião referenda-los. Ora, se o poder moderador tem a faculdade de delegar a attribuição de conceder amnistias, tambem pôde delegar as outras attribuições que privativamente lhe pertence pela constituição. Assim, todos os mais poderes do estado ; por exemplo, o poder legislativo pôde tambem delegar a attribuição de legislar ; o poder executivo, a de executar as leis ; o poder judiciario, de julgar, etc. Esse decreto é pois uma attribuição mais que se deu ao presidente de Pernambuco, attribuição que a lei da criação dos presidentes não lhes concede, e que ninguem lhe pôde conceder.

Não tratarei das instrucções dadas pelo governo,

e que de certo ainda restringirão mais o decreto que se diz de amnistia. O que mais importa, senhores, é que ninguém sabia em Pernambuco da existencia desse decreto. Em primeiro lugar, note-se que a revolta manifestou-se no principio de novembro. Parece que não se apreciou bem os seus motivos ; não se quiz conhecer que tinha sido um exaltamento momentaneo, e que apparecendo então uma amnistia a que os revoltosos se apegassem, certamente não se lançariam na voragem de uma rebelião. Logo, a amnistia devia ser dada no principio da revolta ; mas, ainda assim, tendo sido assignado o decreto em 11 de janeiro, ainda não estava em Pernambuco no dia 2 de fevereiro ! Pois tem-se fretado tantas vezes alguns vapores para differentes cousas, para conduzir alguns soldados de umas para outras provincias e não se freta um vapor para levar com brevidade esse decreto a Pernambuco ? !

O 2 de fevereiro, Sr. presidente, foi um dia horroroso ! Os revoltosos atacarão a cidade do Recife. Morreu o desembargador Nunes Machado, a quem algumas pessoas attribuem a causa de muitos males, e dão qualidades pessimas ; mas direi que esse distincto cidadão, todo cheio de patriotismo, dotado de excellentes qualidades, fez a viagem a Pernambuco com o fim patriótico de obstar á revolta. Posso assegurar isto. Este Brasileiro foi assassinado barbaramente no dia 2 de fevereiro ; nesse mesmo dia extinguiu-se a revolta ; os revoltosos foram derrotados e perseguidos ; os que não

acabavão á ponta de baionetas, erão mortos pelos pés dos cavallo. Muitos atiravão-se aos rios ; ali mesmo as balas os ião procurar. Não appareceu a amnistia, não havia cousa alguma a que os miseraveis se apegassem : o que houve foi concessão de premios a quem os matasse ! No dia 2 de junho é que em Pernambuco se soube da existencia desse decreto de 11 de janeiro ; foi só no dia em que se publicou o primeiro acto de amnistia !

Mas, senhores, esta mesma maneira de conceder amnistia foi quanto a mim errada. E' verdade que já era vicio do decreto. O modo de conceder amnistia a um ou a outro individuo offendeu o amor proprio daquelles homens ; todos havião pegado em armas, tinhão sido rebeldes : os compromettimentos erão iguaes ; dizer pois a um « abandonai os vossos companheiros, vinde para nós, eu vos concedo a amnistia » era realmente não querer que a amnistia produzisse effeito algum ; seria preciso que esses homens estivessem persuadidos que seus companheiros erão malvados, e estavão praticando actos horrorosos, para os abandonar ; por isso não aceitavão a amnistia, não querião abandonar aos seus amigos.

A amnistia deve ser geral, porque neste caso todos a recebem , a ninguem fica mal aceita-la ; mas, quando é parcial, concedida sómente a este ou áquelle individuo, póde até ser considerado como traidor a seus amigos aquelle que a aceita. É essa a razão porque julgo que alguns que recebêrão a amnistia arrependêrao-se depois e forão para

onde estavam os seus companheiros. Estou convencido que, se constasse em Pernambuco no dia 2 de fevereiro que havia essa amnistia, a revolta acabaria nesse mesmo dia ; que mais haviam de fazer ?

Chegamos a outro ponto. — A amnistia se publicou e Pedro Ivo não a quiz. — Tenho ouvido lançar sobre este militar a pecha de bandido, de salteador, de assassino, etc. Sr. presidente, podemos declarar aqui os nossos pensamentos taes quaes são : não estou persuadido que Pedro Ivo seja um salteador. Não o conheço pessoalmente, é verdade ; mas conheci seu avô e seu pai, e sempre ouvi dizer — tal pai, tal filho. — O avô e o pai deste militar eram pessoas muito respeitaveis ; seu pai era cheio de convicções, honrado, amigo sincero do seu paiz ; foi preso em 1817 por occasião da revolução daquelle anno. Estivemos juntos ; cuidavamos que trabalhavamos pela liberdade do nosso paiz. Cuido que o filho ha de ser o mesmo.

« Não quiz acceitar a amnistia. » Ora, senhores, não ha um motivo que justifique esta recusa ? Elle tinha entrado na revolta, e talvez muitas pessoas se tivessem aggregado a ella, fiados no valor extraordinario deste Brasileiro, na sua espada. Disse-se — largai as armas, estais amnistiado ; — entretanto fiquem sacrificados todos aquelles que entraram na revolta, por elle estar nella ; fique preso o seu proprio cunhado, fiquem abandonados todos os seus amigos ! Então respondeu elle : — Não quero amnistia para mim só ; não desprezo os meus amigos, quero padecer com elles. — Senho-

res ; isto pôde ser um erro, mas não crime. Supponho antes que é um pensamento nobre. E que mal havia em amnistiar os amigos de Pedro Ivo ? Serão elles alguns perversos, alguns salteadores, alguns assassinos ? O Sr. Dr. Villela Tavares, o Sr. Dr. Lopes Netto, o Sr. Dr. Faria, e todos os outros que estão presos, serão por ventura uns bandidos, uns ladroes ? Não os conhecemos ? Todos estes que mencionei não forão já representantes da nação ? Em 1842 houve uma revolta em Minas e em S. Paulo ; forão presos por esse motivo e postos nas cadêas homens também notaveis por suas luzes, por sua probidade, por seus serviços ; homens cujo caracter estava a par desses outros de Pernambuco ; e poder-se-hia então chamar a estes homens — bandidos, malvados, assassinos ? — Algum tempo depois subio ao pader um ministerio que aconselhou á corôa um decreto de amnistia ; a corôa concedeu essa amnistia, e entrârao aquelles presos no gozo dos seus direitos politicos. Vierão para o gremio da sociedade os Ottonis, os Felicianos Pintos, os Mellos Francos, os Marinhos, etc. Se se procedeu mal foi em não se conceder a amnistia immediatamente que se abafou a revolta, deixar-se passar mais de um anno. Igual cousa ha de acontecer em Pernambuco ; não creio que os Srs. Drs. Villela Tavares, Lopes Netto, Faria, etc, fiquem presos toda a vida ; os mesmos honrados membros hão de julgar conveniente daqui a algum tempo uma amnistia para Pernambuco. Ora se isto ha de ter lugar depois, porque não se deverá fazer

já, e acabar-se assim com essa guerra civil ? A resposta a isto é a seguinte — existe já a amnistia. — E eu digo não existe tal amnistia ; o que ha é apenas uma faculdade concedida ao presidente de Pernambuco para perdoar a este ou aquelle individuo, a quem elle bem quizer. »

As desordens de Pernambuco, Sr. presidente, hão de continuar por muito tempo, se o governo não se compenetrar um pouco de que os meios brandos de moderação e de clemencia, especialmente na actualidade, são os meios efficazes para chamar á ordem os que se tem desvairado della.

Saiba agora o senado de uma cousa que talvez ignore, e de que eu estou informado por carta de pessoa mui fidedigna. Dizem que ha movimento armado no Exu ; pois saiba o senado qual é esse movimento : não é tal movimento armado. No Exu houve a eleição de eleitores para a escolha de senadores, e venceu o partido praieiro. O delegado de Ouricury, que era o agente da eleição por parte do governo, não quiz dizer ao presidente da provincia aquillo que era verdade ; não quiz dizer: « Senhor, estou aqui em minoria, e só esbandalhando esta gente com grande força armada é que posso fazer a eleição de senadores ; a maioria dos cidadãos deste lugar fez os eleitores no sentido da *praia*, e por isso nada posso conseguir delles. » O que se fez então ? Disse que havia movimento armado. Manda-se força para o Exu ; o delegado apparece com essa força armada, mas era pouca, não pôde fazer nada. Ora; á vista disto, o que é

de vencidos, o espirito de humanidade, de philantropia que o governo deve fazer? Acabar com os pretextos dessas desordens de Pernambuco? Não posso suppôr que os Srs. ministros digão cousas que seu coração não sente. Cuido que elles suppoem que a ferro e fogo hão de acabar com as revoluções no Brasil ; os do lado contrario não pensão assim, e a historia nos mostra que pensão bem. Senhores, qual é a provincia onde por duas vezes se levantarão cadafalsos? A de Pernambuco. Em 1817 e em 1842. Os cadafalsos de 1817 evitarão por ventura a revolução de 1842? E os de 1824 tambem privarão as que se tem seguido? Não certamente. Portanto, Sr. presidente, seguindo os principios do nobre senador o Sr. Alves Branco, approvo a idéa da emenda aos primeiros paragraphos da resposta ; mas acho que a resposta está em harmonia com todos os topicos da falta do throno, e por isso não me atrevo a altera-la : só desejava que no fim do § 4.º se accrescentasse claramente a idéa de amnistia.

Sim, creio que uma amnistia geral como devem ser as amnistias, agradaria á maioria dos Pernambucanos de todos os partidos. Não me persuado por fôrma alguma que os Pernambucanos possam gostar dos effeitos das desordens que agora existem em Pernambuco, possam ter prazer em ver os seus adversarios nas masmorras soffrendo mil calamidades, etc. Em quanto se está no fogo das batalhas, bem, o emprego da força material é aconselhado ; mas depois de derrotados completamente, depois

de vencidos, um acto de clemencia, que é tão natural no coração de todos os Brasileiros, parece que deve ser exercitado em lugar de força bruta, do espirito de vingança, do completo exterminio, do odio e dorancor. E o senado se recordará que sempre que se trata da punição dos crimes politicos no Brasil, a idéa de amnistia é bem aceita, se me não engano, a levar-se o rigor ávante ; se se quizer sentenciar estes homens, tão conhecidos no Brasil, por seus talentos, sua capacidade e illustração ; se se chegar a impor-lhes penas infamantes, o partido mesmo que lhes é opposto não ha de querer tanto, ao contrario ha de querer meios de brandura para os seus patricios. Portanto, julgo que o senado não poderá deixar de entrar nos sentimentos de philantropia e mesmo de compaixão, e que attendendo ao bem da humanidade deve adoptar esta emenda que submetto á sua consideração.

Persuado-me ter assim desempenhado um dever proprio da minha lealdade, e mesmo do grande respeito e amizade que consagro a esses illustres cidadãos. Não entro na discussão da politica geral; já tem sido bem discutida, e mesmo nunca entrei em discussões das respostas aos discursos do throno, porque, como se diz que essas discussões versão sobre os actos da administração, e não sei fazer essas censuras, nunca tomei parte nellas ; mas eu estalaria de remorsos se na presente discussão não apresentasse esta emenda que entrego á philantropia do senado.

DISCURSO

DO EXM. SR. PAULA SOUSA.

Sr. presidente, como só se tem duas vezes a palavra nesta discussão, e eu já fallei uma vez, reservava-me para no fim fallar a segunda vez, por isso que, apesar do proposito em que estou, e de repugnancia que tenho de tomar a palavra, julgo do meu dever dizer alguma cousa mais; porém ninguém mais tem a palavra, e vai-se votar; vou aproveitar a vez que me cabe. Hoje pronunciarão-se tres discursos, e não se lhes deu resposta; vejo-me pois forçado a fallar; mas como a hora está adiatada, se eu não puder concluir hoje o meu discurso, espero da bondade do senado que praticará comigo como já tem praticado com outros, isto é, permittirá que eu conclua o meu discurso na sessão seguinte.

Sr. presidente, eu confirmo o que disse a primeira vez que aqui fallei nesta sessão. Estou persuadido de que na actualidade a discussão é inutil, porque não ha meios de influir a opinião publica quando formada. Poder-se-ha dizer, como se tem dito, que sou um visionario, e que por isso encaro sempre as questoes assim; que portanto não se deve acreditar no que eu digo; mas eu hoje encaro o estado do meu paiz muito peor do que ha annos atrás, por isso que novos alementos tem-se

agglomerado, e os males que eu então temia vão apparecendo em muito maior escala. Seja eu embora chamado visionario, as poucas vezes que houver de fallar continuarei a emittir essas opiniões, a dizer como encaro o estado do paiz, e a apontar os remedios que convem applicar, embora desagrade. Não receiarei tambem ser tachado como liberal ; hoje o termo — liberal — na opinião de muitos, mórmente daquelles que estão no poder, ou o auxilio, é uma injuria : inculca-se que o homem liberal é um anarchista, um malvado, um inimigo da liberdade ; apesar disto, declaro que fui, sou, e desejo ser sempre liberal (*apoiados* :) porque entendo que o liberal é aquelle que deseja que predomine no seu paiz a justiça e o direito, e só havendo liberdade serao respeitados a justiça e o direito. (*Apoiados.*) Sou pois liberal ; encher-me-hia de remorsos se podessem dizer-me — filho da liberdade, assassinastes tua mai. — Se sou alguma cousa no meu paiz, se tenho nelle alguma consideração, devo-o á liberdade. Não quero nem, devo portanto abandona-la : deploro que assim não pratiquem tantos outros que forão meus companheiros nas épocas anteriores, e com maior entusiasmo ; não lhes invejo entretanto essa gloria. Como, pois, desejo ser util ao paiz, o que poderá elle lucrar com a discussão, estando elle como está? Ha muito tempo eu tremia pela sorte delle, e mórmente depois das noticias dos acontecimentos da Europa ; fui franco em dizer a minha opinião quando ministro ; dahi o que resultou ? Disserão

que eu excitava no meu paiz a repercussão desses acontecimentos, como se o homem publico que prevê males, e procura evita-los, pudesse ser taxado de provoca-los ! E a actualidade não prova que erão justos esses meus receios ? Houve ou não, houve essa repercussão que eu temia ? Fui eu visionario ? Oxalá não venhao mais males ao nosso paiz do que esses que já tem vindo ! Eu dizia então, que o unico meio que eu descobria de salvar o paiz era pôr-se o governo do estado á frente das medidas essenciaes para a felicidade do paiz, marchando pela estrada da liberdade para tirar ao paiz o desejo de meios desregrados. E como em minha opinião o nosso paiz não tem em realidade governo representativo, não goza praticamente de liberdade, é um paiz de tyrannia organizada, queria eu que o governo se pozesse á frente do movimento, satisfizesse ás necessidades reaes da nossa sociedade, para que não tivesse ella o desejo de desordens. Eu estou na persuasão de que nunca ha desordem em paiz algum sem haverem vicios intrinsecos nelle. Em alguns paizes esses vicios são difficillimos de extirpar-se, talvez mesmo irremediaveis, por exemplo em alguns paizes da Europa relativamente á questão da propriedade ; mas em outros esses vicios facilmente se podem remediar : tal reputo o nosso paiz. Entre nós o unico mal que existe é termos uma fórmula de governo com o nome de representativo constitucional, mas que não dá garantias aos cidadãos que se julgão com direito a ellas. Se nós procurassemos dar-lhes essas garantias, não

haveria motivo algum para a desordem ; mas eu não tive a fortuna de poder conseguir isto, quando ministro.

A camara dos Srs. deputados não comprehendeu bem a minha opiniao, não me acompanhou como eu julgava que era necessario. Eu disse que as medidas que apontei como essenciaes para desviar os males do paiz devião ser dadas logo ; mas clamou-se contra isto, e entendeu-se que eu queria uma dictadura, como se fosse dictadura facultar medidas ao governo. Hoje nos relatorios dos Srs. ministros pedem elles bastantes autorisações ao corpo legislativo, e não se diz que seja dictadura ! No senado a primeira questão que eu como ministro tive de tratar foi a da lei das incompatibilidades, e o senado é testemunha de que fiquei em minoria.

Tratou-se depois da lei de eleições ; tambem fiquei em minoria ; nestas circumstancias o que me restava a fazer ? Retirei-me do poder ; e note o senado que eu preveni a corôa de que me retirava, logo que vi que o senado rejeitou a lei das incompatibilidades. Eu julguei que era mister que o governo do meu paiz tivesse muita força moral para oppôr barreiras às desordens que pudessem apparecer, porque não ha liberdade com desordens, e se eu adoro a liberdade, é porque só ella pôde produzir a ordem, a verdadeira ordem, que não é o silencio dos tumulos. Vendo pois então que eu nada podia fazer, resignei-me á sorte. Veio outro governo que é o actual : este governo proclamou justiça e tolerancia e exacta observancia da constitui-

ção e das leis. No meu retiro muito me alegraria se ao menos isso se realisasse ; mas não o esperei. Como o esperaria, se a legislação faculta todos os males que eu queria evitar, e o governo não julgava necessarias as reformas no sentido em que eu as queria ?

Com effeito o que houve ? Acaso temos nós um governo justiceiro e tolerante que respeite os direitos de todos ! Eu por mim individualmente nada posso dizer, porque entreguei-me a completo retiro, e ali até bem poucos jornaes lia ; mas como não sou nem cego nem surdo, por força hei de ter ouvido alguma cousa. Ora, o governo que queria marchar com a constituição e as leis, dizendo que seria justiceiro e tolerante, principiou logo, como já hoje notou um honrado membro, mandando fazer novas qualificações, e que as eleições se fizessem por essas novas qualificações, o que é claramente contrario á letra e espirito da lei de 19 de agosto de 1846. Este primeiro acto do governo foi já um golpe na lei, mas nao parou nisto : as eleições, em todas as partes do imperio, forão feitas como todo o mundo sabe, e é escusado mais repetir ; o governo por seus agentes dominou completamente as eleições, com ameaças, prisões, violencias, demissões, remoções, emprego da força armada, etc. : ninguem ha que ignore isto ; os honrados membros que sustentão o governo no seu interior sem duvida o reconhecem ; o povo não exerceu o direito de votar : se se quizesse duvidar, bastaria ler as discussões havidas na camara dos

Srs. deputados, que fazem isto mais que patente. Ora, como é possível que tenhamos esperança de melhoramento e que as discussões produzão bem ao paiz, se o unico meio do paiz intervir nos negocios publicos, que é o exercicio de votar livremente, está-lhe vedado, está aniquillado? O governo faz as eleições; organisa uma camara para endo-sa-lo; salta por todas as leis; não pôde ter medo algum de que hajão censuras porque a camara dos Srs. deputados que o podia censurar é feitura sua; que resta pois ao paiz? O senado, ainda que quizesse, também não o pôde cohibir, pois a iniciativa deve vir da outra camara; que resta ao paiz? Tudo está concentrado no poder executivo; o poder moderador mesmo não pôde ter livre a sua acção hoje mesmo notou-se o que houve quanto á amnistia para Pernambuco; se quizesse mudar a politica, ver-se-hia cercado de mil embarços: se dissolvesse a camara, ou seria forçado a uma inversão geral (como houve ha pouco,) ou receberia a lei vendo a outra vez reapparecer; no senado, organizado como está, elle não pôde influir; ou outra politica pôde ser pelo senado regeitada: que resta pois ao paiz? para que pois a discussão? Como pois se pôde dizer que temos governo constitucio-nal representativo?

• Ouvindo-se alguns illustres membros, o actual governo é o melhor dos governos: merece hymnos de gratidão; observou fielmente a constituição e as leis. Mas é isto o que pensa o Brasil? É isto o que existe na realidade? Tem appacecido em ou-

tros governos factos contra os quaes sempre clamei; mas agora a escala é muito maior; e se não ha recurso algum contra a violação da constituição e das leis, contra o desprezo dos direitos e garantias dos cidadãos, o que nos pôde restar? E' preso um homem como recruta, tendo a seu favor as isenções da lei; qual é o recurso que tem se elle é da opposição? Pedir *habeas corpus*: mas se a relação nega-lhe e creio que pelo voto do Sr. ministro do estrangeiros, que foi relator, que lhe resta? O mesmo acontece a respeito da propriedade. Se um delegado ou subdelegado ataca a propriedade de um cidadão, que recursos tem este cidadão se elle é da opposição? Nenhum; as autoridades superiores nada providencio.

Não duvido pois dizer, como já aqui se disse, que se ha de durar esta actualidade, mil vezes o governo absoluto; a constituição tal qual existe, tem sido a ratocira de que aqui fallou-se. Eu vivi debaixo do regimen do governo absoluto até a idade de 30 annos; posso dizer que nada soffri; a população sujeitava-se ao que estava estabelecido; reconhecia um senhor de que tudo dependia; sujeitava-se; mas hoje dizer-se que ella tem liberdade e entretanto não deixar gozar dessa liberdade, será isto conveniente? Eu entendo que o governo violou primeiramente a lei de eleições, que é toda a constituição; violou tambem leis provinciaes; eu não votei, nem hei de votar em quanto as eleições entre nós forem uma farça; e como pôde o paiz sahir deste estado? Hontem um honra-

do membro disse : « Esperai que o paiz vos apoie, que o paiz se pronuncie a vosso favor, não procureis o poder nos corredores. » Mas pergunto eu ao honrado membro, de que modo pôde o paiz enunciar a sua opinião ? De que modo pôde dizer — quero ser governado por tal ou tal politica ? A opinião que está hoje predominando, de que modo subio ao poder ? Houve por ventura alguma enunciação do paiz ? E como pôde haver essa enunciação ? Pela eleição não, porque o paiz não tem liberdade de voto ; é o governo e seus agentes que fazem a eleição ; pelas associações também não, e pela imprensa igualmente não.

Nas eleições as leis não foram observadas ; suspendêrao-se leis provinciaes ; houve uma serie de attentados para o triumpho de uma opinião : entretanto disse um honrado membro que não se fez remoção alguma ! O que eu vejo em S. Paulo é que tudo é novo, e creio que em todas as partes acontece o mesmo ; houve uma inversão geral. Nem eu estranho isto ; no estado em que está a nossa legislação, todo o governo que vier ha de fazer o mesmo, com a differença de mais ou menos intensidade. Se nós estivessemos em um paiz realmente monarchico-representativo, os partidos podião disputar o poder, como por exemplo, na Inglaterra. Mas entre nós como hão de os partidos disputar, se o executivo é que faz as eleições ? Na Inglaterra o governo não tem uma policia que tudo domina e estraga ; não tem juizes que lhe obedeçam cegamente ; não tem officiaes de guardas na-

cionaes sem independencia, que lhe entreguem os votos da população ; não tem presidentes que a tudo se arrojem para vencer nas eleições : se lá um ministro ousasse querer arrancar um voto, seria coberto de pedras e de lama.

Senhores, eu detesto os movimentos desordenados ; acabo de dizer que antes quero o governo absoluto do que a actualidade, porque está preñhe de movimentos desordenados, mas poderemos evita-los provocando-os ? e não é provoca-los conservar-se a actualidade ? Quem sabe se em Pernambuco a persuasão de não haverem recursos legaes é que deu origem á revolta ? Eu não me julgo capaz de formar a historia da revolta de Pernambuco, e por isso não descerei á ella. Sei apenas que em Pernambuco, como em todas as outras provincias, havião dois partidos que disputavão o poder ; ha annos um desses partidos tinha quasi todas as posições officiaes na provincia, não sei julgar se era uma verdadeira maioria esse partido que dominava ; devo suppôr que sim, por isso que elle, mesmo no tempo das administrações que lhe erão oppositas, tinha mandado representantes seus á camara dos deputados. Estes dois partidos hostilisavão-se. Quem governava á provincia devia procurar conseguir que o partido dominante não violasse direitos dos outros. Quando eu entrei para a administração do estado o presidente que lá estava tinha obtido sua demissão do mesmo governo que o havia nomeado. Foi, pois, preciso nomear um novo presidente. Eu, que entendo que os partidos de-

vem disputar no campo da legalidade, e que o governo, embora se apoie no partido que partilha suas idéas, deve fazer que se respeitem os direitos dos outros, procurei um presidente que pensasse como eu a este respeito ; consegui que fosse nomeado o Sr. Costa Pinto, de quem esperava esta conducta.

A este respeito darei uma explicação. Na camara dos Srs. deputados, segundo li em uma folha, disse o Sr. Herculano Ferreira Penna, que nessa occasião eu quiz que fosse elle o presidente nomeado, e que isto pedi-lhe e elle recusou-se : disse, mais que despedindo-se de mim o Sr. Costa Pinto, quando se embarcava para Pernambuco, eu lhe dissera, que obrasse o que entendesse, porque eu julgava lá tudo perdido. Sr. presidente, o amor á verdade me força a dizer, que o Sr. Penna enganou-se ; talvez equivocou-se porque sei que nos ultimos dias em que estive no ministerio, um dos meus collegas lhe fallára para a presidencia da Bahia, a que elle recusou-se : nao disse ao Sr. Costa Pinto o que o Sr. Penna disse, e como podia eu ter tido algum esquecimento, consultei ao Sr. Costa Pinto e sua resposta é esta (mostrando uma carta.) O Sr. Costa Pinto nem fallou comigo quando se despediu para Pernambuco ; elle diz que ficou surprehendido com o que disse o Sr. Penna : sua carta pôde ser lida por todo o senado.

Tambem nao fallei ao Sr. Penna para ser presidente de Pernambuco, nem podia fallar-lhe, porque comquanto tenha elle qualidades que eu apre-

ção e respeito, não tinha em minha opinião as que eu julgava indispensaveis para um presidente de Pernambuco naquella quadra : seria eu indisculpavel se de tal me lembrasse. Está pois o Sr. Penna equivocado a este respeito : enganou-se como qualquer pôde enganar-se. Ora, assim como o Sr. Ferreira Penna enganou-se referindo um facto que não é exacto, (facto de minha conversação com o Sr. Costa Pinto,) como se vê da carta do dito Sr. Costa Pinto, assim tambem pôde-se ter enganado quando disse que eu lhe tinha fallado para ser presidente de Pernambuco. Alguns forão lembrados para presidentes de Pernambuco, mas não o Sr. Ferreira Penna ; a sua nomeação para ali em minha opinião seria um erro.

Mas, Sr. presidente, ia eu dizendo que talvez as desordens de Pernambuco nasção de não ter o paiz um meio regular de enunciar suas opiniões e intervir na direcção de seus destinos ; e é par isso que eu rogo aos Srs. ministros, (e até serei um dos mais ardentes ministeriaes para esse fim) que não se esqueção de dar passos para arrancar-se o paiz do estado em que está.

Ha pouco disse o Sr. Vasconcellos que o governo pretende alterar a lei de 3 de dezembro ; estimarei não seja tornando-a ainda peor. Se o governo quizer que tenhamos eleições verdadeiras no paiz (o que entretanto em minha opinião não pôde ter lugar emquanto não forem ellas directas) devem ellas ser por circulos para que sejam representadas as differentes opiniões ; se o governo qui-

zer que haja liberdade individual no paiz, e portanto reformar radicalmente a lei de 3 de dezembro de 1841 ; se o governo quizer fazer a guarda nacional seja uma realidade, e portanto quizer que se reformem essas leis que a tornao instrumento cego das potencias do dia ; se mais algumas providencias quizer dar, protesto-lhe que eu serei ministerial e ministerial entusiasta. O que eu desejo é que o governo preencha dignamente a sua missão, faça a sua felicidade, não me importando com os nomes dos que estão no governo, pois que o paiz assim como se acha não pôde marchar, sob pena de dismantelar-se.

Posso eu deixar de affligirme, Sr. presidente, vendo a actualidade? Quem tem coração brasileiro pôde deixar de indignar-se vendo os insultos que os estrangeiros nos estão fazendo ? O *Jornal do Commercio* de hoje não publica a noticia de que um vaso de guerra brasileiro (chamo de vaso de guerra aos vapores da companhia dos paquetes, porque elles são assim considerados) foi insultado por um navio de guerra inglez, mesmo debaixo das baterias de uma fortaleza nossa aqui na barra do Rio de Janeiro? Pois um paiz que está sendo insultado assim pelos estrangeiros, pôde ser feliz? Estes insultos não devem indignar a todo o Brasileiro que ainda não perdeu o ser de homem? (*Apoiados.*) Não são elles bastantes para fazer com que todos os partidos concorram de maneira que se tire o paiz do estado em que está para não ser o ludibrio dos estrangeiros? Firmemos certos

principios; deixemos passadas inimizades, e procedamos de modo que sejamos em realidade uma nação independente. (*Apoiados.*) Pois é possível, senhores, que junto a uma fortaleza do imperio do Brasil possa vir o estrangeiro insultar o pavilhão nacional, dar tiros, registrar um navio de guerra brasileiro, mandar chamar o commandante desse navio, inquiri-lo, etc.?! E isto porque acontece, senhores? Porque o Brasil está em uma posição anormal, miseravel, porque uma metade da nação é escrava da outra metade. Como pôdo um povo escravo ter sentimentos de honra, de dignidade? Que importa a um povo escravo que governe este ou aquelle? Elle nada perde, pois é escravo, apenas muda de senhor. O estrangeiro conhece bem a nossa posição, sabe infelizmente do estado miseravel em que se acha a nação, dos males que a devorão, que uma parte della é escrava da outra, ás vezes tendo um melhor senhor, mas sempre tendo-o, e por isso nos despreza, nos insulta. Se não soubesse disto, se não fosse este o estado do nosso paiz, de certo nao teria elle a ousadia de fazer os insultos que nos tem feito. Pois a Inglaterra, embora tenha 27 milhões de habitantes na Europa e 120 milhões no resto do mundo, teria a audacia de tratar-nos como nos trata se fossemos um povo livre? Como nunca praticou assim para com os Estados-Unidos do Norte-America quando tinham apenas o mesmo numero de habitantes que nós hoje temos?

E ainda o que é mais doloroso, senhores, é o

que vou dizer com a mais profunda dôr do meu coração, é que é tal o nosso estado, tal a irritação dos animos, effeito da oppressão em que se acha o paiz, que eu penso que ha Brasileiros que não se dóem disto. (*Não, não.*) Sim; eu não tenho esperança alguma de salvação sem mudar-se a actualidade; o que me faz ainda não desesperar de todo, é que a idéa de liberdade é idéa de tempo, a liberdade ha de triumphar emfim: é só questao de tempo. (*Apoiados.*) Mas seria bom que trabalhassemos para quanto antes sahirmos deste estado: certo que logo que o estrangeiro souber que os partidos entre nós não estão em guerra violenta e sanguinaria, que longe de nos dilacerarmos consideramo-nos como irmãos, não terá elle, como tem tido, a ousadia de insultar-nos. A Republica Argentina, embora de pequena população, só por estar unida, não tem triumphado do estrangeiro? Não sahe da luta coberta de gloria? (*Apoiados.*) Digo com gloria, porque, segundo as ultimas noticias, está feita a paz com a Inglaterra, o que quer dizer que será feita também com a França. Pois o Brasil, um paiz grande, que tem a fortuna de ter á sua frente um monarcha illustrado e descendente das primeiras casas reinantes da Europa, não deveria merecer muito mais respeito do estrangeiro? E porque não merece? Porque está desunido. E porque está desunido? Porque não quer ser escravo. E não é um dever imperioso nosso arranca-lo deste estado?

O systema que adoptámos, e que eu acho o

mais apropriado para fazer a felicidade do paiz, está adulterado, ou antes anniquilado : é preciso torna-lo uma realidade, ver onde está a causa do mal, e acabar com elle. Para que ha de querer o governo ter uma camara unanime, e por isto calcar todos os direitos ? Não vê que assim desafia o odio e as maldições dos seus adversarios ? E que lucra com isto ? Tirar todo o prestigio ás medidas que conseguir : quem não resiste não apoia (disse um sabio). Tem-se de eleger senadores por uma provincia, vão da côrte os nomes dos candidatos que devem ser eleitos ; trata-se da eleição dos deputados, impõe-se ao povo os nomes dos que devem ser eleitos ; o governo por seus agentes emprega todos os meios, quaesquer que elles sejam, para que sejam só eleitos os que elle designa : disto resulta estarmos, como estamos, em perigo de ainda ficar o Brasil ou o mar morto, ou um lago de sangue.

Senhores, uma nação não dá um passo senão por um principio que a dirige : certas nações tem tido o principio religioso, outras o principio da gloria ; fizeram grandes cousas, actos heroicos, prosperarão ; mas qual é o principio que tem hoje a nação brasileira ? Actualmente não o vejo. Terá o da honra ? O escravo aprecia a honra ? Terá o principio da honra, outras tem tido o principio religioso ? Esse principio pouco predomina neste seculo : já muito elle fez : terá o da gloria ? Como ha de tê-lo tendo tão pequena historia ? Terá o principio de patriotismo, de nacionalidade ? O es-

cravo tem patria, fôrma nação ? Havemos de continuar neste estado? Queremos que este bello paiz, que, quando se proclamou anova ordem de cousas, achâmos cheio de vida, forte, repleto de idéas nobres e generosas, agora o entreguemos a nossos filhos languido, moribundo, quasi cadaver ? Isto não convém ; nem eu creio mesmo que o partido que hoje governa o paiz isto queira ; esses meus adversarios tambem são Brasileiros : elles tambem são filhos, são pais, são irmãos ; tem tanto dever de amar o Brasil como eu tenho : o que nos perde é a falta de intelligencia mutua, de accordo, para chegarmos ao fim commum.

Torno a dizer, o estrangeiro hontem nos insultou, e não pára nisto : não é esta a primeira vez, nem será a ultima : infelizmente estamos em tal estado que houve quem dissesse que mais deve fazer o estrangeiro !

Senhores, não é só a Inglaterra que nos insulta ; quem não sabe quanto tem soffrido os nossos patricios Rio-Grandenses ? Se nao sairmos do miseravel estado em que nos achamos, continuaremos a ser o ludibrio do estrangeiro : até receio que o imperador Faustino do Haiti, se lembre de tambem nos insultar : e assim ha de ser enquanto entre nós se ludibriar a liberdade, sendo este nome sagrado objecto dos motejos daquelles mesmos que tudo lhe devem ! Marchando as cousas assim como vão, senhores, havemos de ir das reacções á anarchia, e da anarchia ao cahos. E' por isso que temos já feito tantos sacrificios ? Senhores, muitas

victimas generosas já tem havido no Brasil ; muito sangue precioso já se tem derramado para que fossemos uma nação independente, livre, grande, forte ; e tudo isto se ha de perder ? Se uma nação ha de existir só para ser o ludibrio do estrangeiro, é melhor que deixe de ser nação : uma nação que é o ludibrio do estrangeiro deve procurar regenerar-se ou anniquilar-se. Tratemos de regenerar-mo-nos.

Eu entendo que o partido que hoje governa erra em confiar exclusivamente na força material : póde a força só produzir nada de solido, de estavel ? Só as idéas triumphão e consolidão as cousas. Podem as idéas vencer-se com balas ? Se concidadãos nossos tem-se atirado ao campo das revoltas, indaguemos quaes as causas que isto motivão, e procuremos extirpar estas causas. Se houvessem meios regulares para os partidos obterem o poder, servir-se-hião elles dos meios irregulares, quesão tão difficeis, tão arriscados ? E que será quando nem ha meios de garantirem-se os direitos individuaes ? E, continuando as cousas assim, poderei eu esperar que acabem os movimentos irregulares embora se empreguem todos os meios materiaes ? Os ardentes tentarão os asares da anarchia ; os tímides quererão abrigar-se á sombra do absolutismo ; e de tudo virá o cahos, pois nem a anarchia é uma fôrma de governo, nem o absolutismo é possível neste seculo e nesta terra. E quereremos que seja esse o desfecho do drama glorioso que encetámos em 1822 ?

Tratemos pois de estudar as nossas questões internas ; procuremos lavar a nossa roupa suja entre nós mesmos ; saldemos nós mesmos nossas contas, e não queiramos ser o ludibrio do estrangeiro. Eu deploro que concidadaos nossos já se tenham atirado ao campo das revoltas, e tanto mais que isto acontecesse em Pernambuco, que é sem duvida uma heroica provincia, unica talvez que tem uma historia , unica de que eu quizera ser filho senão o fosse de S. Paulo, Pernambuco que tanto tem auxiliado a todo o Brasil, cujo sangue tanto tem corrido a bem da causa nacional, que ha dous seculos já tanto fez a bem da integridade do Brasil, resistindo quasi só a uma potencia, como então era a Hollanda, e contra as ordens da côrte. Mas não haverá meio de sanar os males daquella heroica provincia fazendo-a entrar na marcha regular para que fortes possamos lutar com o estrangeiro ? Eu não direi ao governo qual a marcha que a este respeito deve seguir, por isso que não estou ao alcance do verdadeiro estado dos negocios em Pernambuco, bem que muito o desejo saber, ainda que para isso houvesse uma sessão secreta ; direi sim que salvem aquella bella provincia, que cicatrizem suas feridas, que dêem-lhe calma, dignidade, vida, e que isto não é só com baionetas que se poderá conseguir.

Em minha opinião os unicos meios de consolidar a paz no paiz são sempre os meios moraes ; os materiaes são para o momento da luta, para vencê-la. Eu quizera que os Srs. ministros son-

dassem as causas dessa revolta ; será verdade que a opiniao que foi vencida em Pernambuco é a grande maioria dessa provincia ? Eis um objecto que se deve examinar mui seriamente. Do resultado desse exame deve nascer a marcha que deve ter o governo, compenetrando-se da verdade que só os meios moraes são capazes de consolidar a ordem. Repito, senhores, se o governo conseguir reformar a lei da guarda nacional, como convém á manutenção da liberdade e da ordem ; se fizer o mesmo quanto a lei das eleições e á de 3 de dezembro de 1841, então o paiz entrará no estado normal ; os partidos combaterão no campo legal, e aquelle que mostrar mais intelligencia e capacidade, obterá o poder. Mas dizer-se actualmente — esperai que o paiz se pronuncie pelas vossas opiniões para então obterdes o poder — é realmente um escarneo. O paiz não tem actualmente meios regulares de se pronunciar ; o governo intervém em tudo, exerce a mais violenta dictadura, absorve todas as forças sociaes, e portanto faz que fiquemos sujeitos a ser ludibrio do estrangeiro. Se pois o governo quizer, como eu cuido que deve querer, porque é composto de Brasileiros, salvar o paiz, procure tirar a terrivel compressão que pesa sobre elle.

Senhores, o paiz já soffria alguma compressão, resultado dessas leis cuja revogação ha muito eu reclamo ; hoje porém a compressão é muito mais forte, é como nunca houve: ha vinganças a exercer, ha odios a saciar: fazer cessar essa compressão é o

primeiro dever do governo. Eu acabo de ler em uma folha de S. Paulo, o *Ypiranga*, que se está fazendo o recrutamento na comarca da Coritiba de um modo horrivel, invadindo-se casas de familias, fazendo-se violencias, desacatos, injurias, insultos: é fructo das vinganças dos agentes do governo, que lá perdêrão as eleições. Se acaso o governo quer justificar-se do que faz em Pernambuco, pela necessidade, pergunto eu que necessidade ha de proceder com violencia e rigor nas outras provincias em que a ordem não tem sido perturbada? Dê o governo, ao menos, esperanças ao paiz. Entendamo-nos, senhores, talvez tudo se possa melhorar; todos somos Brasileiros: mas se isto se não fizer, e desgraçadamente apparecer uma guerra qualquer, subsistindo o estado actual do paiz, treino, e treino muito pela sorte do nosso paiz. Eis porque não approvo a falla do throno, nem a sua resposta: não apparece nellas nem uma só idéa que dê esperanças ao Brazil: julga-se tudo optimo; quer-se só força e mais força, e nada das reformas, sem as quaes não se pôde salvar o paiz.

Tambem não posso votar por todas as emendas que forão appresentadas pelo Sr. Alves Branco. Eu não as vi antes de serem apresentadas, nem sobre, ellas conversámos: ellas tem algumas idéas que eu compartilho, mas não quereria que ellas se apresentassem ao throno taes quaes se achão, sem nova redacção: hei de votar pelas idéas da primeira e da ultima, mas redigindo-se de novo.

Adopto o pensamento da emenda do Sr. Alencar,

mas não quizera a sua redacção; o governo faça uso dos meios moraes, como lhe cumpre; só direi que não sei que tenha acabado definitivamente uma revolta sem ser pela amnistia. Peço pois ao governo que estude mui seriamente a questão do Pernambuco, e obre com coração brasileiro. Se o governo fizer justiça a todos, se permittir que as opiniões se debatão no campo legal, se quizer fazer as reformas indispensaveis, eu serei o mais estrenuo ministerial, assim como a justiça ordena que eu diga já que na repartição da fazenda tenho actos a louvar, actos que pretendia eu praticar. Mas se continuarmos nesta luta de odios e violencias; escravizada uma parte da nação por outra, muitas vezes minoria, então, senhores, envergonhemo-nos de ser Brasileiros, resignemo-nos a ser o ludibrio do estrangeiro. Mas não; eu espero que a liberdade triumphará; para pouparem-se sacrificios eu quizeria que o governo se pozesse á frente das reformas que o paiz reclama, e assim o salvasse. Note-se que a Europa teve uma convulsão geral; mas houve nella, para acalmar-se, só o emprego da força material? Não. A Austria de hoje, a Prussia, Napoles, Sardenha, toda a Allemanha, etc. são hoje o que erão em 1847? Não certamente: ganhárão instituições summamente liberaes; e em nenhuma dessas novas constituições ha senados vitalicios, como ha no Brazil. Além disto, tem-se feito tudo quanto é possivel para desviar os animos para um outro ponto de vista, util e vantajoso. Nesses paizes da Europa em que não rompeu a re-

volução, como a Belgica e a Hollanda, anticiparão-se os governos em dar uteis reformas. A Inglaterra tem suffocado os movimentos da Irlanda; mas ali o emprego da força material anda a par do da força moral; sempre uteis reformas e vantagens se apresentam. Como pois será o Brazil a unica nação em que se ha de suffocar esse espirito só com a força bruta? Acaso as idéas vencem-se com canhões? Não é possível. Eu quero que as revoltas sejam extirpadas, mas que se extirpem tambem as causas que as produzem.

Eu não tenho mais a palavra, por isso não poderei mais sustentar as minhas opiniões se fôrem combatidas; mas como em qualque outra occasião em que eu falle o poderei fazer, para então me reservo para responder ao que agora possa ser-me respondido: paro aqui.

SEGUNDO DISCURSO
DO EXM. SR. VERGUEIRO.

Sou obrigado a dizer alguma coisa em vista da impugnação que o honrado senador acaba de fazer a algumas reflexões minhas.

Quanto aos negocios de Pernambuco, não tenho que censurar ao governo por empregar a força; mas o emprego da força para combater a força nada tem com o decreto da amnistia. Faço differença do que é decreto, do que são as instrucções e do que foi execução. O que pretendi mostrar foi que as instrucções não estavam de accordo com o decreto, e ainda menos a execução; mas, repito, não tem isto nada com repellir a força com a força. O decreto é mui claro, mui simples: — E' amnistia-do todo aquelle que depuzer as armas e sujeitar-se ao governo; — mas as instrucções insinuão outra coisa; insinuão que o castigo deve recahir sobre os verdadeiros culpados, sendo a amnistia applicada aos illudidos. Esta insinuação não me parece conforme com o decreto do governo, porque o decreto não fez differença entre illudidos e verdadeiros culpados; é um verdadeiro decreto de amnistia, isto é, esquecimento do facto; não entra na indagação da culpabilidade dos que tomão parte na desordem; o que quer sómente é que larguem as armas e sujeitem-se ao governo, qualquer que

seja a classe de culpabilidade a que pertença. Parece pois que o governo não andou bem quando deu instrucções que illudem esta amplidão do decreto.

Eu disse tambem que para o decreto da amnistia ser executado, e produzir muito bom effeito, era necessario que chegasse ao conhecimento daquelles a quem podia aproveitar ; porque lavrado um decreto, assignado pelo poder moderador, e guardado na gaveta, o que faz ? E' o mesmo como se não existisse. Disse-se que foi publicado em março na secretaria ; mas não vi na folha official semelhante publicação, pelo menos não a li. Quanto á publicação na secretaria, não satisfaz de modo nenhum. Talvez estivesse o decreto fechado lá na secretaria, abrio-se e leu-se ; mas é isto dar publicidade a um acto de tão alta importancia ? Não. E em Pernambuco porque não se havia de publicar ? Que direito tinha o presidente para assim proceder ? Soube-se que havia um decreto de amnistia sem se saber os seus termos. Entrou-se a negociar com os revoltosos, promettendo-se-lhes amnistia ; e então divulgou-se a existencia desse acto por via particular, não por via franca e leal como devia ser, isto é, pela publicação. Constou, repito, que havia um decreto de amnistia de 11 de janeiro, e já muitos mezes depois ; amnistiou o presidente alguns, e então referio-se ao decreto. Foi por esta referencia que se conheceu que havia tal decreto. Ora, o que quer dizer este segredo em negocio que por sua natureza exige a maior publicidade ? Nisto creio

que não se pôde de modo algum justificar o presidente de Pernambuco.

Eu disse que talvez houvessem considerações para o decreto não ser publicado antes do governo apresentá-lo ao lado da força. Poderia haver alguma razão para não ser publicado antes do dia 2 de fevereiro, já que até ahí julgo que a sorte das armas tinha andado incerta; e assim me expribo porque, apesar de ler nas participações officiaes que os rebeldes não eram cousa nenhuma, por outro lado também se dizia que tinham havido ataques e victorias. Não entro nestes factos; mas, a julgar pelas folhas officiaes, o governo, antes do ataque de 2 de fevereiro, já se considerava muito forte, pois que os rebeldes andavão foragidos, desaparecerão á vista da força, no que mostrava que reconhecião a sua fraqueza. Neste caso era conveniente publicar logo o decreto. Mas se assim não era, se com effeito os rebeldes ostentavão força, e o presidente quizesse mostrar-lhes que o governo não offerecia amnistia por fraqueza, mas por generosidade, tendo bastante força para debella-los, depois do 2 de fevereiro não havia razão alguma para deixar de publicar o decreto; entretanto não fez-se isto, e creio que todo o sangue derramado depois disto recae sobre o presidente da provincia por não fazer esta publicação. Dizem que alguns não querião amnistia; não sei, mas devo suppôr que não haveria nenhum que a recusasse, sendo ella applicada nos termos do decreto, ampia, geral. E resulta dahi que todo o sangue derramado depois disto, todai

as desordens que tem havido recahem sobre o presidente da provincia pela falta de respeito ao decreto do poder moderador, não querendo dar-lhe inteira execução. Mas dado o caso mesmo que alguns não quizessem amnistia, o que perdia o governo com isto? O governo mostrava que, estando forte, assim mesmo offerecia amnistia; se ainda houvessem alguns pertinazes que não quizessem sujeitar-se, haveria muitos que se sujeitassem, e na opinião publica cresceria mais a indignação contra esses pertinazes. Assim, em todo o caso era proveitosa a publicação do decreto.

A isto é que me limitei a respeito dos negocios de Pernambuco.

De passagem disse que tinha lido em uma folha (não affirmei) que se tinham inutilisado engenhos. O nobre ministro respondeu que isto não é exacto, não se fez. Acredito no que diz o nobre ministro, porque não tenho mais que a noticia de uma folha, e não dou muito credito áquillo que leio nos jornaes.

Quanto ás cabeças a premio, desejava que não tivesse acontecido semelhante cousa; antes promettessem os 8:000\$000 a quem prendesse esses homens; não se fallasse em assassinato, não se promettesse nada pela morte.

Vamos porém adiante, deixemos de parte este facto, cada um formará sobre elle o juizo que lhe parecer.

A'cerca da declaração da intelligencia do codigo, tambem me pareceu demasiado. O codigo penal é

claro, diz que os que derem auxilio aos assassinos, salteadores, agazalhando-os em suas casas, são complices. Bem ; mas o que noto é que neste caso considerao-se esses que estão nas matas com o caracter de salteadores, e no outro caso como criminosos politicos, como rebeldes. É necessario uniformidade : ou são uma cousa, ou são outra. Mas o codigo é muito claro : uma vez que Pedro Ivo, e não sei quem mais, fossem considerados salteadores, então os que lhe tinhão dado auxilio estavam incluídos na disposição do codigo : e se elles não forem considerados como taes, então quantas explicações dê o presidente não podem fazer com que sejam qualificados complices, e bem escusado era fazer tal explicação, porque laboro nesta duvida : uo esses homens que estão nas matas não são mais rebeldes, são unicamente salteadores, e então não era necessaria a explicação, lá está codigo que falla bem claro, ou são criminosos politicos, e então a declaração não tinha lugar.

O despovoar essa área proxima às matas ha de incommodar a muita gente. Se elles são lá do partido de Pedro Ivo, sejam tratados como inimigos ; mas sem os qualificar taes, dizer-lhes — saião de suas casas, vão morar n'outra parte — parece muito offensivo á liberdade que cada um tem de viver onde quizer, de residir ou sahir do imperio quando lhe parecer. Não vejo necessidade de semelhante medida ; porque, sendo essa gente que está nas matas em tão pequena porção como se diz, que não es atreve a sahir, e apenas é vista por alguma força

logo se recolhe outra vez, que necessidade ha para perseguir tao pouca gente, que por ser pouca mesmo é que se pôde conservar nas matas, como acontece ao salteador Vicente de Paula? Que necessidade ha, digo, de semelhante medida?

Vamos á carta do Sr. ex-presidente de Pernambuco, hoje ministro, dirigida a Vicente de Paula. Estava persuadido que era verdadeira e exacta, porque vendo-a reconhecida por tabellião, sem contestação nenhuma contra, tive esta persuasão. Depois o nobre ministro dos negocios estrangeiros negou; peço desculpa de não dar todo o credito á sua negativa, porque não é facto proprio: se fosse seu, que lhe pertencesse, acreditava immediatamente; mas é uma cousa que lhe contárao, é talvez uma conjectura devida á amizade que tem ao autor da carta, que o persuade que elle não era capaz de escrevê-la. Emfim, creio que não offendo ao nobresenador com dizer que, á vista de um documento reconhecido por tabelliao, não dou todo o credito a uma negativa que não tem o apoio de provas....

O SR. VASCONCELLOS dá um aparte que não ouvimos.

O SR. VERGUEIRO: — Aqui dá-se o caso de negar contra provas: se fosse negativa contra uma asserção, não duvidava....

O SR. VASCONCELLOS: — Como se ha de contrariar?

O SR. VERGUEIRO: — Contraria-se excellentemente; chame-se á responsabilidade quem publi-

cou a carta, porque elle é responsavel se não apresentar o original reconhecido : apresentando o original reconhecido, entao entre-se no rigoroso exame daquillo que ha. Não é isto cousa que não se possa averiguar ; averigua-se muito bem chamando á responsabilidade quem publicou essa carta.

Para attenuar este facto trouxe-se a conducta do presidente das Alagôas, que esteve em correspondencia comigo. Pelo que respeita ao officio que aqui se leu, declaro que não tinha noticia nenhuma delle ; estava moribundo então. O que sei que houve sobre isto é que em Pernambuco se tramava uma revolução ou cousa que o valha, se não era cousa maior. Alguns symptomas apparecêrão na Parahyba ; foi ali preso alguem que seduzia para uma revolta que elle dizia que havia de apparecer em Pernambuco. Houve tambem symptomas disto nas Alagôas ; pessoas que se dizia entrar neste plano estavam em correspondencia com Vicente de Paula. Não sei qual era o plano dessa sedição, ou revolta, nem até onde se estendia ; mas que havia estes factos não ha duvida alguma, assim como não ha que houve muita correspondencia entre Vicente de Paula e certos cidadãos de Pernambuco, que lhe mandavão varios emissarios. O que cumpria ao Governo era vigiar a Vicente de Paula para que elle não tomasse parte nesse movimento que se pretendia fazer. Isto foi o que o governo fez. Não incumbio ao presidente das Alagôas que fosse pessoalmente procurar a Vicente de Paula, nem autorizou este meio ; mas fez-lhe todas as recomen-

dações para observar os movimentos e evitar que Vicente de Paula tomasse parte em qualquer movimento politico que houvesse de praticar-se em Pernambuco. Ora, o zelo desse presidente o animou a fazer essa viagem laboriosa para assegurar-se que Vicente de Paula não entrava no plano de revolta.

O que se passou pois enquanto estive no ministerio foi isto : constou que se tratava uma revolta em Pernambuco, que havia correspondencia, que muitos emissarios forão ás matas convidar a Vicente de Paula: sabia-se mesmo de algumas respostas que não erão muito favoraveis, porque havia desacordo entre os maiores. Houve estas communicações ; mas o que houve dahi por diante não sei. Não posso censurar que o presidente, levado de zelo de prevenir os acontecimentos, de prevenir a reuniao de Vicente de Paula com os revoltosos, se animasse a penetrar nas matas, talvez com risco de sua propria vida...

O SR. VASCONCELLOS:—Mas era indecoroso ao Sr. Tosta escrever a carta por occasiao de uma rebelliao declarada...

O SR. VERGUEIRO : — Não sei ; o publico que me julgue se é decoroso ou não. Se a carta é verdadeira , julgo que o não honra...

O SR. VASCONCELLOS : — E se a viagem é verdadeira?

O SR. VERGUEIRO:—Se a viagem é verdadeira não censuro.

O SR. VASCONCELLOS : — (*rinno-se*) Apoiado !

O SR. VERGUEIRO: — Tenho exposto os factos que tiveram lugar durante o meu ministerio: cada um forme o juizo que quizer: não respondo pelo procedimento do então presidente das Alagoas; elle mesmo disse que não se lhe tinha dado essa missão, apenas se lhe recommendara que estivesse de guarda, e vigiasse sobre Vicente de Paula. A este respeito nada mais direi.

Tratou-se das eleições; censurou-se ter eu ennuuciado o meu juizo sobre as eleições ultimamente feitas; mas o nobre ministro reconhece que cada um de nós tem direito de entrar neste exame. Ora, sendo isto assim, se eu tenho direito de formar este juizo, também tenho direito de enuncia-lo. Isto não é uma decisão que prèjudique aos nomeados. Se eu tenho o direito de entrar no exame das eleições, repito, se tenho o direito de conhecer-se ellas sao nullas, não tenho o direito de dizer que ellas são nullas? E mesmo se eu as declarasse nullas, era o mesmo que nada, porque esta minha declaração não tinha authoridade alguma, não havia dahi resultar mal algum.

Vem-se sempre com factos de um e outro lado. Reconheço que em todos os tempos (porque eleições puras em minha opiniao forao só as de 28; em 32 já principiou a haver o que quer que seja), reconheço, digo, que de muito tempo tem havido abusos nas eleições; mas são factos isolados: o que porém se notou nestas ultimas foi um systema geralmente seguido em todo o imperio. Convenho que em todas as outras eleições tem havido em

muitos lugares até desacatos ; lembra-me que houve provincia e provincia pequena que apresentou em uma eleição cinco mil e tantos eleitores. Como esta tem havido outras faltas ; augmento extraordinario de eleitores, fazendo actas falsas, etc., etc. ; mas em nenhuma eleição houve um systema geral em que os delegados por toda a parte fizessem as eleições ; que mesmo dissessem publicamente que havião de vencer, custasse o que custasse. Sabe-se das manobras com a guarda nacional. Estiverão os guardas sempre em movimento ; ora ião levar presos, ora buscar armamento, ora levar officios ; em fim todos aquelles que não querião votar na chapa do governo erão desviados do lugar, e quando desobedecessem erão presos. Este systema tao geral, a intimidação a todos os empregados, é o que constitue a primazia que tem as ultimas eleições sobre todas as outras. Se o que havia era um bem, melhorou-se muito, tornou-se o bem universal ; mas eu creio que é um mal.

O nobre ministro disse que não attribuia os nossos males ás leis, mas á falta de verificar-se a responsabilidade, a impunidade em algumas desordens politicas. Estou muito de accordo em que mesmo as nossas leis, sendo bem executadas, podem produzir a felicidade do paiz ; mas o que me parece é que o nobre ministro só comprehendeu metade da impunidade, e metade menos importante, isto é, a impunidade das autoridades. Aqui é que está o grande mal, porque a impunidade do individuo não prejudica tanto como a impunidade da

autoridade. Creio que o governo ha de conseguir melhoramento muitissimo grande na tranquillidade publica, se porventura achar-se com forças de punir as autoridades que faltão aos seus deveres. Assim se poderá dizer que ha alguma liberdade, uma vez que as autoridades cumprem os seus deveres. Isto porém não acontece ; é isto o que fôrma a queixa geral, porque não só as autoridades violão a cada passo as leis, mas o abuso do poder é a cada passo.

Ora, por tratar das eleições, lembrarei um pequeno caso do presidente da provincia de S. Paulo. Suspendeu a camara municipal da capital, porque demorou uma informação cinco dias. A informação era sobre o tempo que tinham servido os juizes municipaes ; a camara nao tinha um registro especial disto ; foi necessario proceder a exames, e nesses exames levou o secretario uns cinco dias ; por isso foi a camara suspensa. Foi um pretexto ; a razão deste acto foi porque não se queria que a camara apurasse as eleições. Entretanto qela frivola razão que deu, suspendeu o presidente a camara municipal sem ouvi-la ; e enquanto não se concluirem as eleições provinciaes, de certo ha de ella estar suspensa. Ora estes abusos parecem pouca cousa ; mas nao ferem muito essencialmente direitos constitucionaes ? E o mais é que dizendo-se ao presidente . — V. Ex. achou bom pretexto para suspender a camara na demora de responder ao seu officio, — respondeu ; — Se nao houvesse esta razão, era o mesmo porque a suspendia. — Isto

principia pelos presidentes das provincias e vai caminhando dahi para baixo, e tudo fica impune !

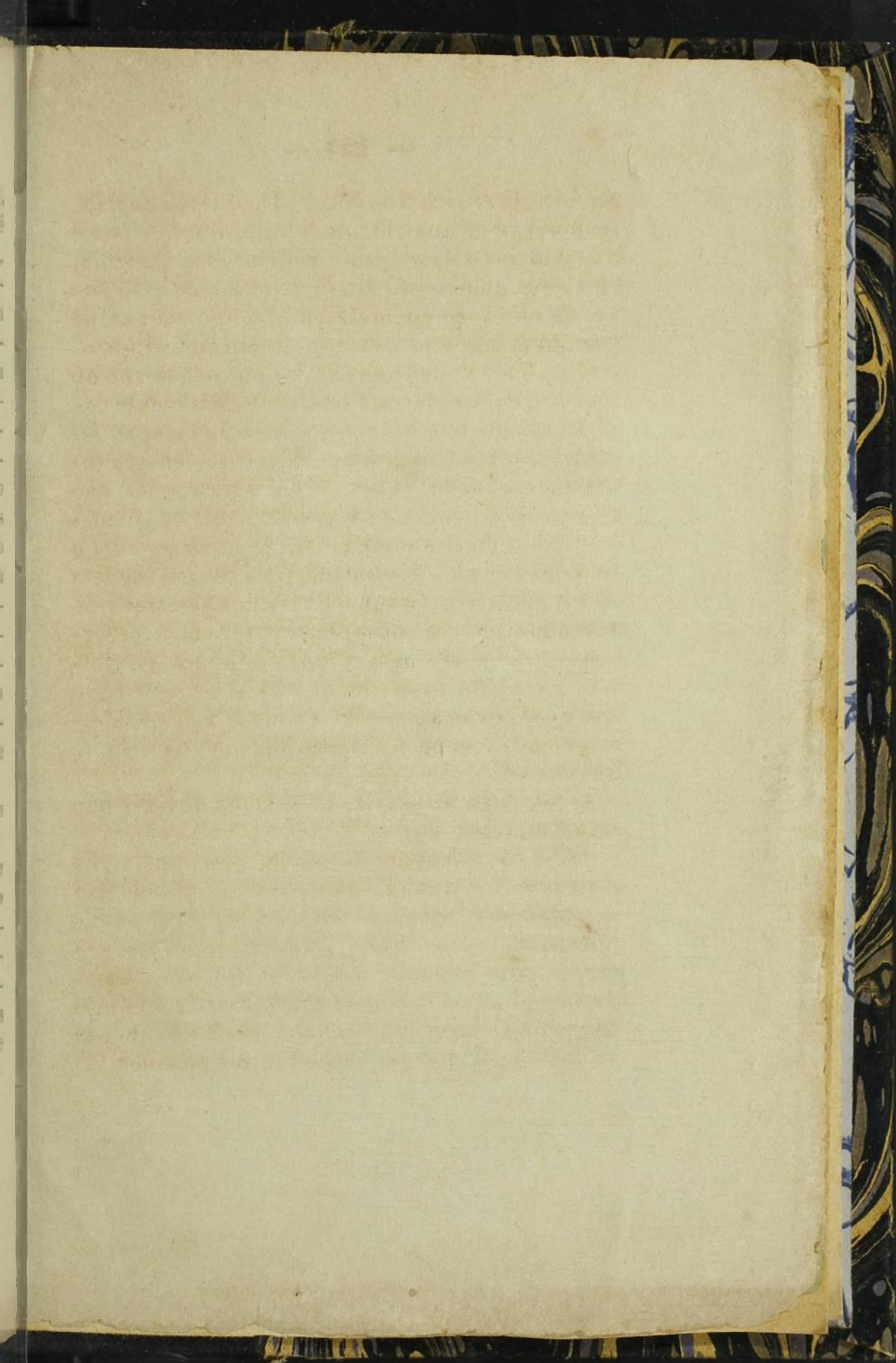
Se o governo portanto conseguir verificar a responsabilidade dos empregados, creio que está evitado metade do mal ou a maior parte, porque não é a impunidade dos individuos que faz a maior desordem no paiz, é a impunidade dos empregados. Como é que nos individuos ha de haver moralidade se a immoralidade está nas autoridades superiores e vai caminhando para as inferiores por escala? Pois os delegados e subdelegados que cometerão tantos e tão inauditos desacatos nas eleições fariam isto se não tivessem o apoio das autoridades superiores? De certo que não; bem longe disto, nenhum era capaz de fazer estes desacatos se não tivesse a seu favor o presidente da provincia e o chefe de policia.

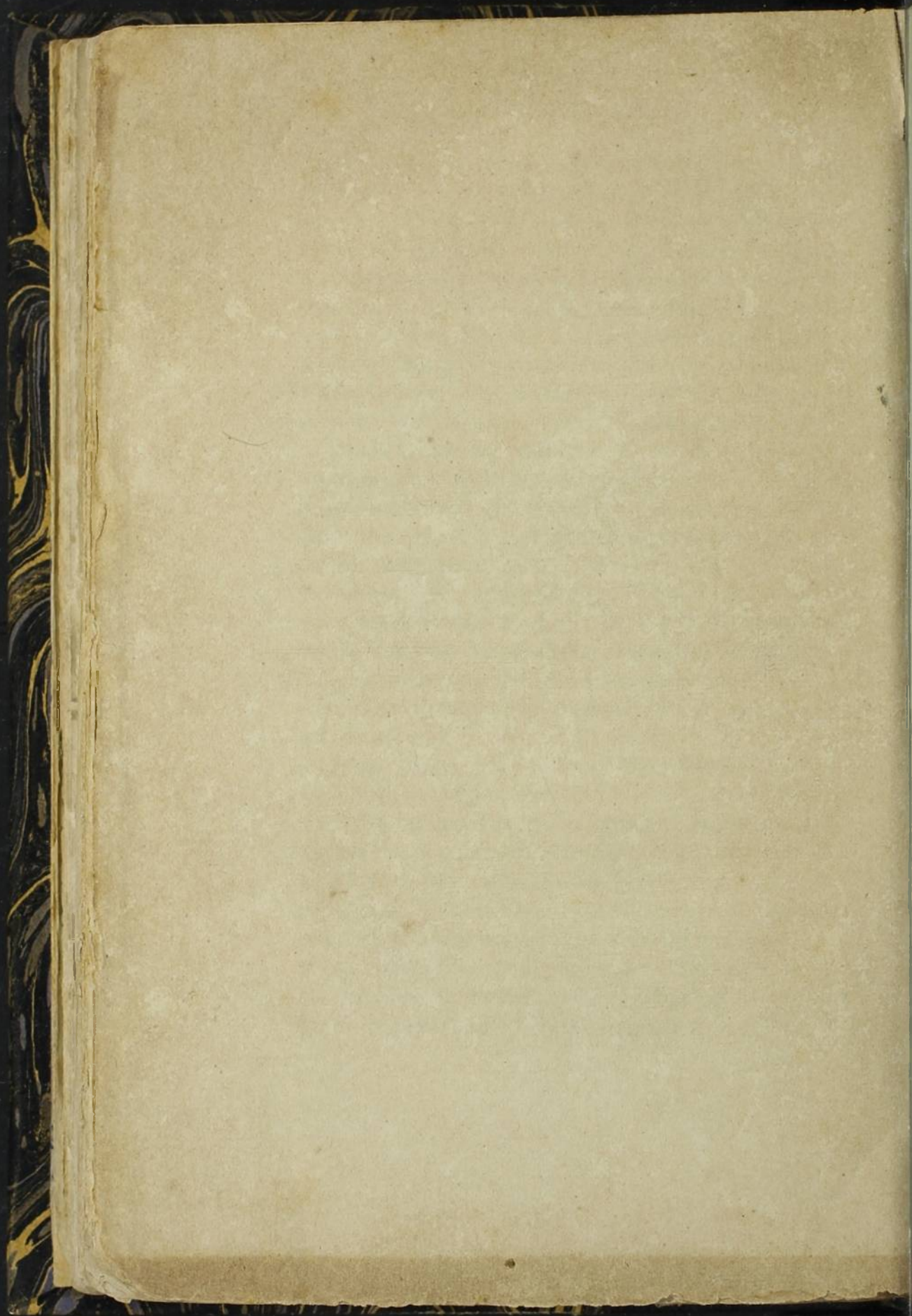
Poder-se-ha dizer que os presidentes e os chefes de policia não derão ordem para taes attentados; mas elles não commetterião taes violencias se não tivessem certeza da impunidade. Como não se ha de dar anarchia no povo se a anarchia está na administração? Como não ha de o povo estar anarchico, quando a administração está anarchica? Não haja impunidade castigue-es, que teremos cortado o nosso maior mal; corrija-se os empregados publicos que deixarem de cumprir seus deveres, que violarem as leis; mas consentir que os presidentes, chefes de policia e todos os seus subalternos, confiados na impunidade, cometão quanto desatino quizerem, e depois queixar-se das de-

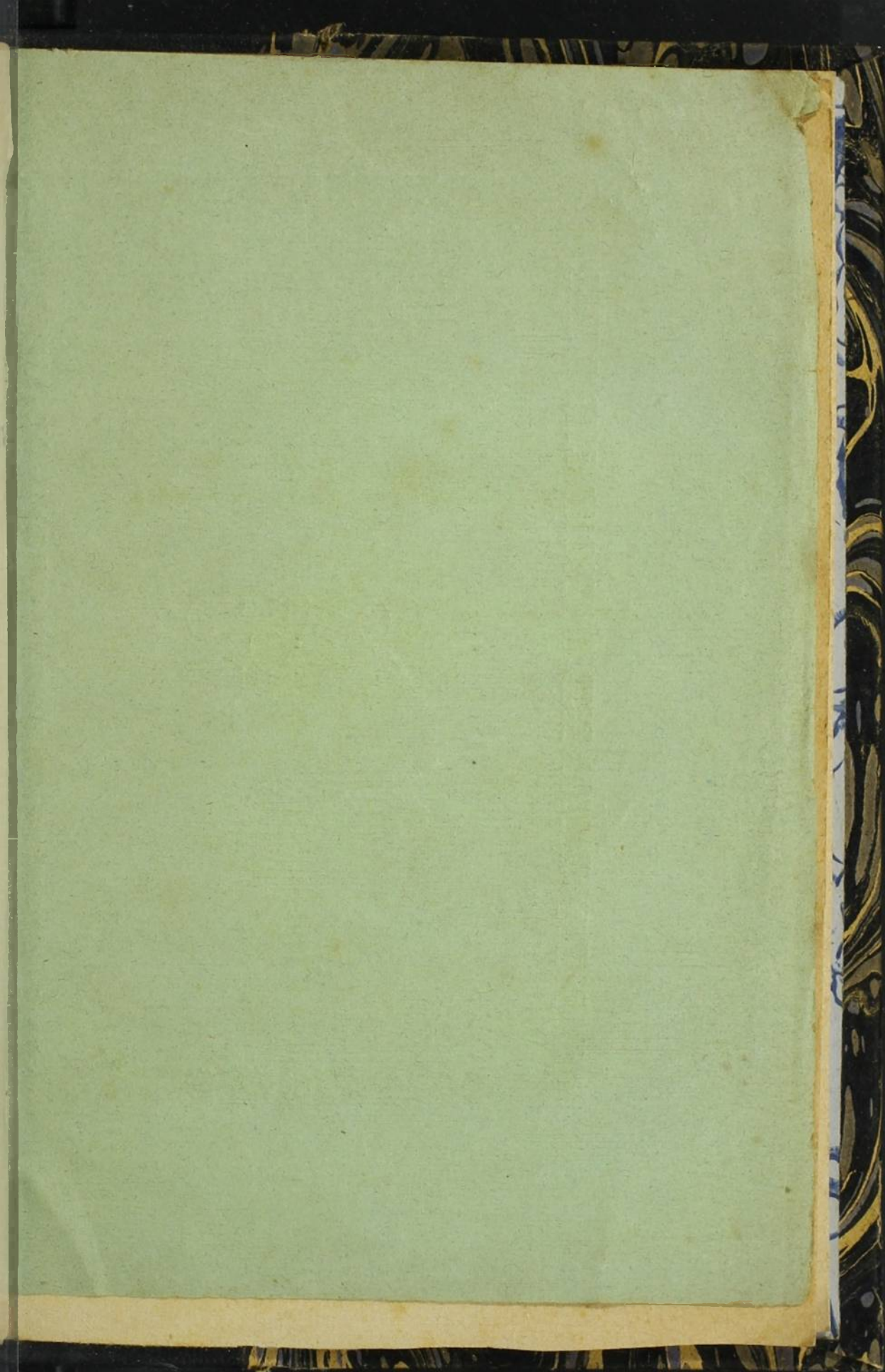
sordens, da anarchia do povo? ! Do que me queixo, senhores, é da anarchia da administração ; esta é que é mais fatal ao paiz ; evitem esta anarchia, chia, que quasi posso dizer que respondo pelo povo. Os povos são essencialmente amigos da paz, da tranquillidade, nunca se revoltão sem motivo ; quando ha uma revolta, ha um vicio ou no governo ou nas leis. Parece-me que é verdade geralmente conhecida, que os governos são causa de todas as desordens, porque os governos o que querem são individuos passivos, obediencia passiva ; mas não querem elles mesmos ser passivamente obedientes á lei. Ora, tanta obrigação tem de obedecer á lei o individuo como a autoridade, ou a autoridade tem maior obrigação, porque tem sobre si maior responsabilidade. Os povos sendo governados conforme seus interesses bem entendidos nunca se revoltão, e quando se revoltão, examine-se que ha o que quer que seja, que vê-se aquella tendencia essencial que tem para a tranquillidade ; ha sempre um motivo....

O SR. VASCONCELLOS : — Não ha duvida, não ha effeito sem causa.

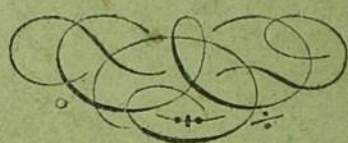
O SR. VERGUEIRO : — Assim, bem que julgue necessaria a reforma de algumas leis, comtudo não se melhorando a moralidade do governo, da administração, fação-se as leis que quizerem, não saberão cousa alguma ; pelo contrario, moralisando-se o governo, a administração, ainda com más leis pôde-se fazer boas cousas. Não me lembra se ha mais alguma cousa que deixe de responder.

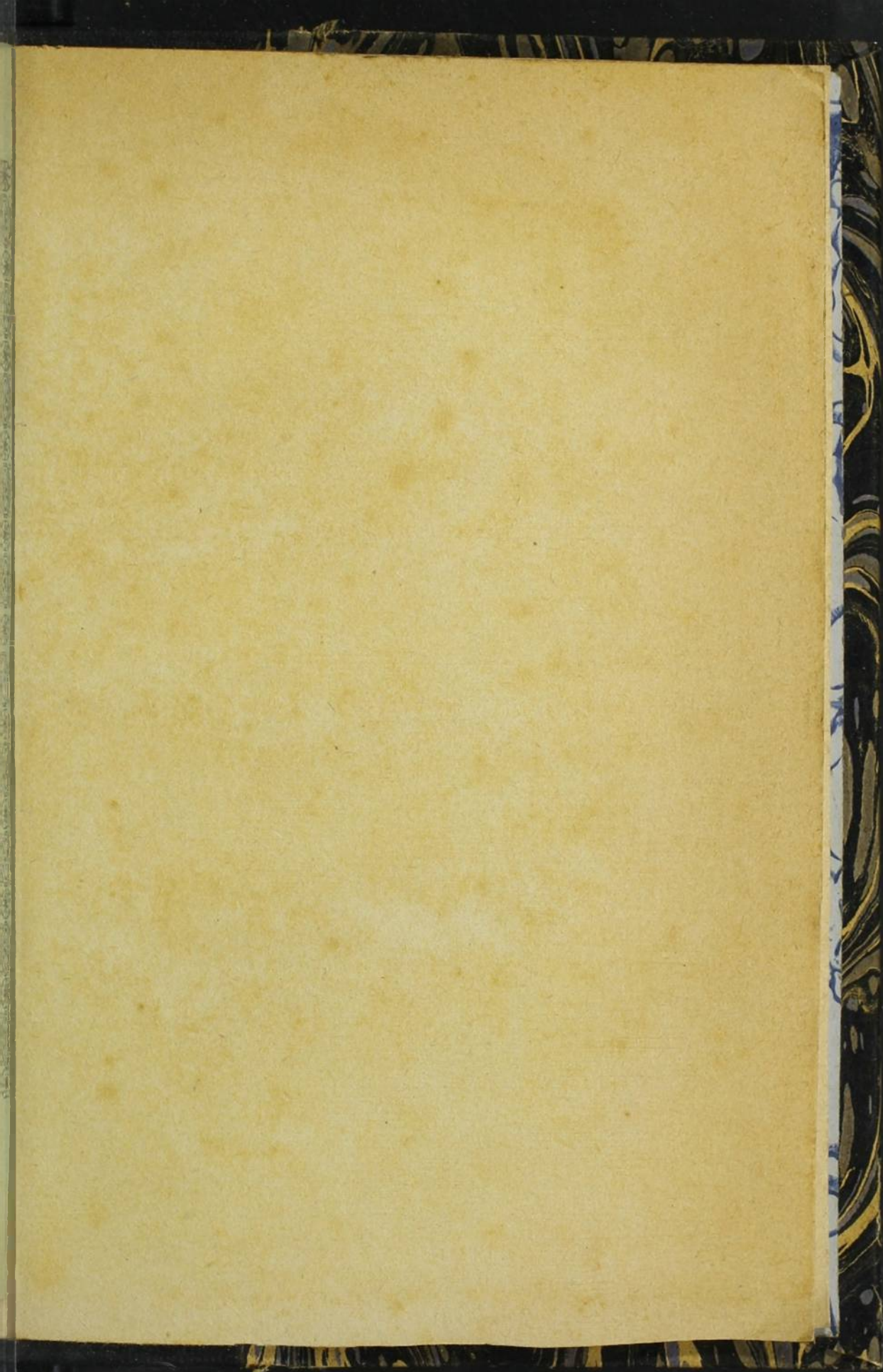






149,00





010598

JM



